



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

AFONSO DE JESUS ROSA SOUSA

**“Ser Padre é uma aventura de serviço e
de amor”:**

**O presbítero no pensamento e ação pastoral do
Cardeal Policarpo (1936-2014)**

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Paulo F. de Oliveira Fontes

Lisboa
2022



Fig. 1 – Cardeal-Patriarca D. José da Cruz Policarpo (pintura em tela por João Marcos, 2003)¹

¹ Fotografia da pintura localizada no *Auditório Cardeal Policarpo* do Seminário dos Olivais. Publicamos nesta tese com autorização do seu autor, D. João Marcos.

ÍNDICE

Siglas.....	7
Introdução.....	9
Capítulo 1.....	12
D. José Policarpo: um marco para a Igreja e para a Sociedade.....	12
1.1. Percurso Pessoal de José da Cruz Policarpo	13
1.2. O Patriarcado de Lisboa.....	29
1.2.1. Estatísticas do Episcopado do Patriarca Policarpo	35
1.3. A perspetiva do II Concílio do Vaticano na vida do Patriarca Policarpo	37
Capítulo 2.....	43
Ser Padre, Formar Padres, Apascentar Padres.....	43
2.1 O Padre e Bispo Policarpo, Reitor: Síntese do pensamento sobre o presbítero	43
2.2.1. Cartas de 1971-1973.....	44
2.2.2. Carta de 1974.....	45
2.2.3. Cartas de 1975 a 1984	45
2.2.4. Cartas de 1985 a 1990	49
2.2 O Patriarca Policarpo, Bispo Diocesano: Síntese do pensamento sobre o presbítero	51
2.2.1. Dom Profético	52
2.2.2. Unidade e Comunhão, Obediência Filial e Caridade Pastoral	52
2.2.3. Consagração Sacerdotal na Igreja, Povo de Deus	54
2.2.4. Espiritualidade Sacerdotal.....	55
2.2.5. Santidade Pessoal e Ministério de Santificação	56
2.2.6. Ser Orante: a centralidade eucarística	58
2.2.7. Consagração Virginal: o Celibato	61
2.2.8. Fidelidade ao Ministério Ordenado.....	62
2.3. A reflexão sobre o papel da mulher na vida da Igreja	62
Capítulo 3.....	65

Cuidar do Clero e Governar uma Diocese	65
3.1. Formação Inicial	68
3.1.1. Reestruturação dos Seminários Diocesanos	68
3.1.2. Criação de um Seminário Missionário: o Seminário Redemptoris Mater.....	69
3.1.3. Incremento do Ano Propedêutico.....	69
3.1.4. Ano Pastoral Formativo no Seminário dos Olivais	70
3.2. Formação Contínua	70
3.3. Estruturas Administrativas, Formativas e Económicas	71
3.3.1. Estatuto Económico do Clero.....	71
3.3.2. Normas para a Administração das Paróquias	72
3.3.3. Instituto Diocesano da Formação Cristã.....	72
3.3.4. Centro Diocesano de Espiritualidade	73
3.3.5. Normas para a Celebração dos Sacramentos e Sacramentais.....	73
3.3.6. Reforma da Cúria Diocesana.....	74
3.3.7. Normas para o Diaconado Permanente	74
Conclusão	76
Bibliografia: Fontes e Estudos.....	81
I – Fontes: Escritos do Patriarca Policarpo	81
II – Fontes: Registos dos Arquivos dos Seminários	88
III – Fontes Magisteriais da Igreja	92
IV – Fontes de Imprensa e Televisão.....	93
V – Artigos e Estudos	96
Anexos	105
Anexo 1 - Carta de José da Cruz Policarpo ao Cardeal-Patriarca de Lisboa com o pedido da sua admissão no Seminário de Santarém.....	105
Anexo 2 - Esclarecimento do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, sobre a ordenação de mulheres.....	105
Anexo 3 – Testemunho do Cón. António Almeida Janela sobre D. José Policarpo	108

Palavras-Chave: Patriarca; Presbítero; Clero; Patriarcado de Lisboa; Diocese de Lisboa; José Policarpo; Sacerdócio Ministerial; Padre; Presbiterado; Ministério Sacerdotal

Resumo:

D. José da Cruz Policarpo foi Patriarca de Lisboa entre 1998 e 2013. Esta diocese viu-o crescer, abraçar a vocação, ser ordenado padre, professor de Teologia, reitor do Seminário dos Olivais, mais tarde, bispo auxiliar e, por fim, bispo titular. Nesta investigação procuramos perceber os aspetos e os desafios de ser padre para o mundo atual nesta diocese. Para isso analisamos quer os escritos deste Patriarca, quer a sua ação pastoral. Marcado pela eclesiologia do II Concílio do Vaticano, procurou centrar o seu ministério na oração e na comunhão, valorizando todo o Povo de Deus, no qual o padre também está inserido.

Key words: Patriarch; Clergy; Patriarchate of Lisbon; Diocese of Lisbon; José Policarpo; Priest; Priesthood; Priestly Ministry

Abstract:

D. José da Cruz Policarpo was Patriarch of Lisbon between 1998 and 2013. This diocese saw him grow, embrace his vocation, be ordained priest, professor of Theology, rector of the Olivais Seminary, later, auxiliary bishop and, finally, titular bishop. In this research we try to understand the aspects and challenges of being a priest for today's world in this diocese. For that, we analyze both the writings of this Patriarch and his pastoral action. Marked by the ecclesiology of the Second Vatican Council, he tried to center his ministry in prayer and communion, valuing the whole People of God, in which the priest is also inserted.

SIGLAS

BIP - Boletim de Informação Pastoral

BDP – Boletim Diocesano de Pastoral

CEAL – Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos da Conferência Episcopal Portuguesa

CEDF – Comissão Episcopal da Doutrina da Fé da Conferência Episcopal Portuguesa

CEEC – Comissão Episcopal da Educação Cristã da Conferência Episcopal Portuguesa

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

CP – Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa

CPD – Conselho Pastoral Diocesano do Patriarcado de Lisboa

CVII – II Concílio do Vaticano

DID – Dia da Igreja Diocesana

EEC – Estatuto Económico do Clero do Patriarcado de Lisboa

EP – Externato de Penafirme

FIUC – Federação Internacional das Universidades Católica

FT – Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

GS – Documento Conciliar *Gaudium et Spes*

LG – Documento Conciliar *Lumen Gentium*

OT – Documento Conciliar *Optatam Totius*

PAP – Plano de Ação Pastoral

PL – Patriarcado de Lisboa

PDV – Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis* do Papa João Paulo II

PO – Documento Conciliar *Presbyterorum Ordinis*

RR – Rádio Renascença

SAP – Secretariado da Ação Pastoral do Patriarcado de Lisboa

SCP – Sporting Clube de Portugal

SLP – Seminário Liceal de Penafirme

SO – Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais

UCP – Universidade Católica Portuguesa

VV – Jornal Voz da Verdade

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, elaborada no contexto do Mestrado Integrado em Teologia, procura apresentar o presbítero à luz do pensamento e ação pastoral do Cardeal José da Cruz Policarpo, Patriarca de Lisboa. O Papa São Paulo VI afirmava no encerramento da 3ª Sessão do II Concílio do Vaticano: “A Igreja é para o mundo. A Igreja outro poder terreno não ambiciona para si senão aquele que a habilita a servir e a amar”². Se a Igreja é chamada ao serviço e ao amor, podemos deduzir que o presbítero, sendo membro da Igreja, também o é. Por isso, como afirmava o Patriarca Policarpo, “ser Padre é uma aventura de serviço e de amor”³ – expressão dita na homilia das ordenações veranais em 1997, as primeiras como Arcebispo Coadjutor, sendo deste modo programático para o seu pontificado de Patriarca. É isto que iremos procurar perceber de forma tão profunda e ampla nos escritos e ditos do Cardeal Policarpo⁴.

Para este prelado “toda a questão, por mais atual que seja, tem uma história, tem uma inteligência que só se revela quando enquadrada no seu passado”⁵. E a questão do presbítero na diocese de Lisboa tem um passado que enquadramos na história da diocese, já que só assim compreendemos as opções tomadas por D. José. História essa que marca a história do próprio Patriarca, lisboeta de raiz e de ministério, e que é a narrativa de uma vida entregue na e pela Igreja de Lisboa.

Em primeiro lugar, o presbítero é uma aventura de amor, pois como lembrava José Policarpo: “ungido, o sacerdote tem o poder de ungir, consagrar, perdoar, actuando o amor infinito de Deus pela sua Igreja, é por isso que o nosso sacerdócio é um ministério de amor sem limite”⁶. Ao mesmo tempo, é um ministério de serviço, já que o padre é assim testemunha “de um mistério de amor sem limites, mistério de unidade que, da abundante riqueza da Trindade se derrama, sem limites, sobre a Igreja; mistério de serviço dos homens nossos contemporâneos, que sentirão nesse nosso serviço, a ternura do amor de Deus”⁷. Tendo o ministério sacerdotal a maior paixão de amor que é comunicar a Vida, que não é a vida de cada padre, mas “é a de

² Paulo VI, «Allocutiones XII: tertia exacta Oecumenicae Synodi Sessione promulgatisque Constitutione dogmatica de Ecclesia atque Decretis de Oecumenismo et de Ecclesiis Orientalibus catholicis», AAS 56, n. 16 (1964): 1013.

³ Excerto completo: “Ser padre não é um caderno de encargos, não é um programa determinado ao pormenor, ser padre é uma aventura de serviço e de amor, em que, continuamente, temos de ler a vontade de Deus e as necessidades do povo que nos é confiado”, José Policarpo, «Homilia na Solenidade dos Apóstolos São Pedro e São Paulo», em *A Palavra Celebrada: Homilias*, Obras Escolhidas: no 25º aniversário da Ordenação Episcopal (1978-2003)⁴ (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003), 435–36.

⁴ Usaremos como fonte primária a *Vida Católica*, órgão oficial do Patriarcado de Lisboa, sabendo que a maior parte dos escritos foram mais tarde compilados numa coleção intitulada por *Obras Escolhidas – D. José Policarpo*, editada pela editora da UCP.

⁵ António Marujo e Jorge Wemans, «Uma voz na mudança do século», em *Igreja e Democracia* (Lisboa: Multinova, 1999), 9.

⁶ José Policarpo, «Um Povo de Ungidos e de Testemunhas», *Vida Católica*, 3, n. 7 (2001): 207.

⁷ Policarpo, 210.

Cristo ressuscitado”⁸. Que júbilo inolvidável é, assim, passar da morte à vida, das trevas à luz, do pecado à graça. Por isso, “o sacerdote é sempre um enviado de Deus aos outros, sacramento do Seu amor”⁹.

A problemática fundamental que está na base da nossa investigação parte da questão elementar: como ser padre na Diocese de Lisboa na sociedade atual? Tendo claro o espaço: a Diocese de Lisboa. Sabemos que o ministério ordenado se vive num contexto próprio, e que a geografia do ministério é por si significativa. Já o era no tempo dos Apóstolos, onde ser Apóstolo em terras judias era diferente de ser Apóstolo em terras gentias, diferença não na essência, mas na concretização. Ainda mais o é num mundo global, mas esfingicamente diferente, até mesmo num território do mesmo país. E tendo claro o tempo: atual, num hoje *post* II Concílio do Vaticano, que, contudo, para ser entendido é necessário conhecer as mudanças que o Concílio provocou. Assim sendo, para melhor compreensão do tema, achámos por bem beneficiar do vasto e rico magistério desta figura proeminente da Igreja em Portugal: o Cardeal Policarpo.

Assim, a presente dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo, numa visão mais histórica, exporemos a figura do Patriarca lisbonense, descrevendo-o a partir da investigação realizada. Em primeiro lugar, a vida detalhada, tentando ser o mais pormenorizado no que nos foi possível descobrir e pesquisar, muitas vezes com alguns exemplos, não sendo exaustivos no relato de todas as conferências, intervenções que proferiu, nem em todos os escritos publicados, mas passando os passos da vida de seminário, e sua explicação; o início do seu ministério presbiteral; o tempo de Bispo Auxiliar e depois de Patriarca. Em segundo lugar, o contexto da diocese, perpassando os acontecimentos mais significativos dos meados do séc. XX e início do século XXI, a criação das várias instâncias diocesanas e a elaboração do Plano de Ação Pastoral. Ao mesmo tempo, a estatística dos novos padres e diáconos ordenados por D. José. Em terceiro lugar, a sintetização do acontecimento central eclesiológico do século XX: o II Concílio do Vaticano no prisma do tema do presbítero, concretizando na vida e ação do Patriarca D. José, com enfoque para a compreensão dos «sinais dos tempos».

No segundo capítulo, numa visão mais eclesiológica, exporemos os escritos do Cardeal D. José sobre o ser presbítero. Em primeiro lugar, sintetizamos o seu magistério de Reitor do Seminário dos Olivais (SO), abordando as cartas que escrevera no início de ano aos seminaristas, analisadas a partir dos originais guardados no Arquivo do Seminário, sabendo que algumas delas foram publicadas na revista do Seminário. Em segundo lugar, epitomamos o seu

⁸ José Policarpo, «Tende em vós os mesmos sentimentos de Jesus Cristo», *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 125.

⁹ José Policarpo, «Sacerdócio Ministerial: Vocação e Compromisso», *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 129.

magistério de Patriarca, abordando os temas centrais sobre o ser presbítero na Diocese de Lisboa, depois de analisado por nós todo o seu magistério disponível. Ficam levantados todos os textos (homilias, discursos, mensagens, cartas pastorais) que escreveu ou enunciou onde o tema do sacerdócio é frisado, mesmo que não citados no corpo do texto ou em nota de rodapé, aparecem referenciados na bibliografia. Em terceiro lugar, abordamos de forma simples um dos casos mediáticos que ocorreu já no final da sua vida, neste caso em relação ao ministério ordenado: o papel das mulheres no seio da Igreja.

No terceiro capítulo, numa visão mais pastoral, elencaremos as várias ações pastorais que o Patriarca desempenhou no Patriarcado de Lisboa. Trataremos de perceber quais as instâncias criadas ou reformadas que têm direta ou indiretamente ligação ao clero, que passos foram dados e em que moldes aconteceram.

Reconhecemos que um dos desafios maiores da abordagem da figura do Patriarca é a contemporaneidade sentida no seio eclesial lisboeta, que não só nos impossibilitou a consulta do arquivo pessoal de D. José¹⁰, como provocou reações ainda diversas na tentativa de diálogo com alguns padres, nomeadamente colegas de seminário. Não esqueçamos que, caso estivesse vivo, faria este ano 86 anos.

Concluimos a nossa investigação com uma abordagem pessoal à hodiernidade desta figura da sociedade e da Igreja, procurando mostrar o que nos suscitou ao escrever esta dissertação. Simultaneamente, listaremos os desafios que reconhecemos hoje a um presbítero, partindo de tudo o que investigámos.

Este tema, escolhido por nós, é significativamente marcante, não só pela caminhada vocacional que fazemos rumo ao sacerdócio, mas por achamos ser basilar num momento em que se assiste a uma polarização grupal dentro da Igreja Católica Portuguesa, à qual não escapa a própria Diocese. Num tempo em se que coloca em questão a figura do presbítero e os desafios que enfrenta achamos que as palavras do Patriarca Policarpo são deveras pertinentes neste aspeto, sempre com uma posição clara e de comunhão com o Papa.

Por fim, agradecemos a colaboração de tantos para que fosse possível escrever esta dissertação, com especial menção o incentivo deixado pelo seu sucessor, o Patriarca D. Manuel Clemente aquando de uma conversa pessoal onde informámos sobre a escolha deste tema.

¹⁰ Provavelmente uma mais-valia num estudo posterior a respeito do pensamento do Patriarca D. José. Todavia, neste momento, foi recusada a possibilidade de consulta.

CAPÍTULO 1

D. JOSÉ POLICARPO: UM MARCO PARA A IGREJA E PARA A SOCIEDADE

José da Cruz Policarpo é uma figura marcante e incontornável para a Igreja Católica em Portugal, mas também para a Sociedade Portuguesa, concretamente entre os meados do século XX e o início do século XXI.

Aquando da sua morte muitas foram as figuras que realçaram esta sua capacidade de ser ponte entre o mundo eclesial e a sociedade, de ousar descobrir os caminhos do II Concílio do Vaticano no palmilhar de um mundo em transformação. Marcado pelos “sinais dos tempos”, que entenderemos mais à frente, encarou a figura do Padre com um olhar objetivo e desafiador, que dialoga com o mundo que o rodeia e é rosto de Cristo Vivo.

Conhecer a vida de José Policarpo é conhecer um homem, um padre, um bispo, um “apaixonado pela verdade”¹¹, por Cristo e pela Igreja, que quer levar todos à salvação. Destacou-se pela sua “entrega total aos sucessivos ministérios que lhe foram confiados na Igreja particular e na Igreja universal [que descobriremos ao percorrer o seu percurso de vida,]; pela grande lucidez com que sempre leu os sinais dos tempos que viveu e nos ajudou a viver, na melhor lição do Concílio Vaticano II; pela grande bondade com que acompanhou o clero e os fiéis, constantemente pai, irmão e amigo. – Todos manteremos viva a sua herança pastoral”¹², como afirmou o Patriarca D. Manuel Clemente, aquando da sua morte.

Segundo o cardeal D. José Tolentino Mendonça, D. José Policarpo tem um “perfil de bispo intelectual, informado, capaz de falar em auditórios muito diversificados e de escutá-los a todos, pronto para pensar as questões do presente, conferindo-lhes largueza e horizonte”¹³. Mais, “foi o rosto de uma Igreja que conjuga a inteligência e a fé, que coloca em diálogo a tradição com a modernidade, que não desiste de entender e iluminar o presente do mundo”¹⁴.

Monsenhor Saturino da Costa Gomes – nessa data diretor da FT – definiu-o, em 1999, no volume que o homenageou da revista *Didaskalia*, como “o teólogo competente e actualizado, sensível e aberto aos sinais dos tempos, dialogante com pessoas de culturas diferentes, gerador de novas ideias e perspectivas, apaixonado pela evangelização, cordial no contacto, eivado de

¹¹ O Papa Francisco afirmou-o no telegrama de condolências que escreveu a D. Manuel Clemente e foi lido na celebração exequial. Cf. Francisco, «Telegrama de Sua Santidade o Papa Francisco», *Vida Católica*, 4, n. 2 (2014): 29–30.

¹² Manuel Clemente, «Mensagem do Patriarca de Lisboa ao Clero do Patriarcado», *Vida Católica*, 4, n. 2 (2014): 31.

¹³ José Tolentino Mendonça, «D. José Policarpo: o timoneiro sábio da normalidade», *Público*, 13 de Março de 2014, 8735 edição, 9.

¹⁴ Mendonça, 9.

uma fé inabalável na construção da cidade terrena, distante e avesso a todas aquelas atitudes que em nada dignificam a pessoa e a Igreja”¹⁵.

Para o Cônego António Janela, colega de seminário e membro conjunto, durante um tempo, da equipa formadora do Seminário, a proximidade e a fraternidade são marcantes em D. José, com gestos significativos, sendo um homem da pastoral: “Muito aprendi com o seu profundo saber teológico aplicado à reflexão e prática pastoral pois, reconhecidamente, foi um fecundo pastoralista, académica e ministerialmente”¹⁶.

No olhar do Cônego João Canilho, antigo Vigário Geral da Diocese (entre 2004 e 2013), o Patriarca Policarpo foi um “teólogo apaixonado pela eclesiologia conciliar, pastor atento às transformações da sociedade, e às suas influências na vida do povo de Deus, perfil de intelectual aberto à cultura contemporânea, preocupado em estabelecer diálogo entre a fé e as suas correntes de pensamento, deixa-nos o legado de um magistério exercido com lucidez, resguardado sempre de protagonismos e radicalismos”¹⁷.

D. Joaquim Mendes, bispo seu auxiliar durante mais de cinco anos, reconheceu a graça de viver com este Prelado: “Foi uma graça poder viver e colaborar com um Pastor dotado de sábia ousadia pastoral e teológica, com uma grande sensibilidade cultural e social, e com um coração magnânimo, de grande caridade pastoral, que procurou edificar a Igreja como grande família de Deus, espaço de comunhão, aberta ao mundo e às suas inquietações e problemas. Foi uma graça poder conviver com um Pastor do Concílio Vaticano II, conhecedor profundo da *Gaudium et Spes*, do diálogo aberto e respeitador com o mundo e com todos, uma grande testemunha de Cristo e do Evangelho, um verdadeiro e autêntico mestre, pontífice e pastor, com grande inquietação pastoral por comunicar o Evangelho, com audácia e frescura de linguagem, e com grande sensibilidade aos problemas da sociedade e do mundo contemporâneo”¹⁸.

1.1. PERCURSO PESSOAL DE JOSÉ DA CRUZ POLICARPO¹⁹

José da Cruz Policarpo, o segundo mais velho de nove irmãos, filho de José Policarpo e Maria Gertrudes, nasceu a 26 de fevereiro de 1936 na freguesia da Alvorninha, situada no

¹⁵ Manuel Saturino Gomes, «Apresentação», *Didaskalia* 29, n. 1–2 (1999): 3–6.

¹⁶ Lê-se no testemunho que escreveu a nosso pedido para esta nossa investigação, de modo a que conseguíssemos compreender o olhar de um presbítero próximo a D. José, um «irmão no sacerdócio», e que pode ser lido na íntegra no Anexo 3.

¹⁷ João Canilho, «Uma Palavra de Reconhecimento», *Voz da Verdade*, 30 de Junho de 2013, 4083 edição, 6.

¹⁸ Joaquim Mendes, «D. José Policarpo», *Voz da Verdade*, 30 de Junho de 2013, 4083 edição, 17.

¹⁹ Cf. Manuel Clemente, «D. José da Cruz Policarpo», *Didaskalia* 29, n. 1–2 (1999): 7–8; Diogo Paiva Brandão, «Um pontificado em fotos e testemunhos: D. José Policarpo», *Voz da Verdade*, 30 de Junho de 2013, 4083 edição, sec. Especial; «Coadjutor Patriarcal de Lisboa», *Lumen*, 3, 58, n. 2 (1997): 79.

concelho das Caldas da Rainha, zona oeste do Patriarcado de Lisboa (PL). Foi batizado a 19 de março de 1936 na Igreja Paroquial de Alvorninha. Frequentou a escola primária de Frei Domingos na Benedita²⁰.

Aos 6 anos teve o primeiro desejo de querer ser padre: “lembro que a primeira vez que eu pensei nisso – tenho-o muito presente na minha memória – foi no dia do meu Crisma, que coincidiu mais ou menos com a minha Primeira Comunhão”²¹. Concretamente “padre de aldeia”, como recordou numa entrevista à RTP²². O primeiro modelo de ser padre era, nesse tempo para José Policarpo, ser como o seu pároco, que era um padre de aldeia, ideia que foi destacada muitas vezes em várias notícias²³. Contudo, nunca chegou a ser pároco de uma aldeia. Recebeu o sacramento do crisma por ocasião da visita pastoral do então bispo de Vatarba, D. João da Silva Campos Neves, entre 2 e 3 de agosto de 1942 à Paróquia de Alvorninha²⁴. Com o desejo de ir para o Seminário escreveu ao Cardeal-Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira uma carta datada de 16 de agosto de 1949 pedindo autorização para tal²⁵.

Entrou no Seminário de Santarém a 1 de outubro de 1949²⁶ onde fez a 1^a²⁷, a 2^a²⁸ e a 3^a²⁹ classes. Em 1952 seguiu para o novo ano escolar no Seminário de Almada onde frequentou a 4^a e a 5^a classes, e o primeiro ano de Filosofia, com a introdução às cadeiras filosóficas. Por

²⁰ Local que será agora reconstruído para instalar um núcleo museológico dedicado a D. José Policarpo. Cf. «Antiga escola primária de Frei Domingos vai acolher museu dedicado a D. José Policarpo», *Região de Cister*, 25 de Março de 2021, 1440 edição, 7.

²¹ Diogo Paiva Brandão, «“Não podemos anunciar a Palavra de Deus como uma rotina”: Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo», *Voz da Verdade*, 30 de Outubro de 2011, 4004 edição, sec. Grande Entrevista, 2.

²² Cf. «Entrevista biográfica de Carlos Cruz a Dom José Policarpo», *Carlos Cruz - Quarta Feira* (Lisboa: RTP 1, 23 de Dezembro de 1998), <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jose-antonio-policarpo-parte-i/>, Arquivo RTP.

²³ Cf. Mário Robalo e Rosa Pedroso Lima, «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”», *Revista Expresso*, 15 de Março de 1997.

²⁴ Como consta nas certidões emitidas pelo pároco de Alvorninha, o Pe. José Augusto Costa, em agosto de 1949 para o processo de admissão ao Seminário. Cf. Seminário Patriarcal de Santarém, «Processos de Admissão» (1949_1950), Arquivo Diocesano de Santarém.

²⁵ Possivelmente seria uma carta pró-forma, pois existem cartas com textos semelhantes de outros jovens a pedir para entrar no Seminário. No entanto, é toda escrita à mão com letra de José Policarpo e assinada pelo próprio. A carta pode ser lida na íntegra no Anexo 1, que transcrevemos da consulta de Seminário Patriarcal de Santarém.

²⁶ Como atesta: Seminário Patriarcal de Santarém, «Livro de Matrículas» (1949_1950), Arquivo Diocesano de Santarém, que consultámos.

²⁷ Correspondendo ao ano académico 1949/1950. Realizou o exame da Primeira Classe (Religião, Português, Latim, Corografia, Matemática, Ciências, Desenho, Música) no dia 7 de julho de 1950, foram membros do júri o Cónego Francisco Maria Felix, o Padre Fernando Duarte e o Padre Joaquim Octávio Gouveia. Como atesta: Seminário Patriarcal de Santarém, «Termos de Exames do Curso Secundário» (1949_1950), liv. 6, fl. 247v, UI 647, Arquivo Diocesano de Santarém.

²⁸ Correspondendo ao ano académico 1950/1951. Realizou exame da Segunda Classe (Religião, Português, Latim, Matemática, Ciências, Desenho, Francês) no dia 6 de julho de 1951, foram membros do júri o Cónego Fernando Duarte, o Pe. Joaquim Octávio Gouveia e o Padre Herculano de Brito Martins. Como atesta: Seminário Patriarcal de Santarém, «Termos de Exames do Curso Secundário» (1950_1951), liv. 6, fl. 227, UI 646, Arquivo Diocesano de Santarém.

²⁹ Correspondendo ao ano académico 1951/1952. Realizou exame da Terceira Classe (Religião, Português, Latim, Geografia, Francês) no dia 7 de julho de 1952, foram membros do júri o Pe. Herculano de Brito Martins, Pe. Joaquim Octávio Gouveia e o Padre Carlos Veríssimo de Figueiredo. Como atesta: Seminário Patriarcal de Santarém, «Termos de Exames do Curso Secundário» (1951_1952), liv. 7, fl. 3, UI 649, Arquivo Diocesano de Santarém.

fim, passou em 1955 para o Seminário Maior da Diocese, o Seminário dos Olivais (SO), onde fez o 2º e 3º anos de Filosofia³⁰ e seguidamente fez o 1º, 2º 3º e 4º anos de Teologia³¹, terminando os estudos antes do verão de 1961. O tempo em que esteve neste Seminário foi marcado por alguns acontecimentos. Em 1956 o cronista Albino Cleto (que mais tarde foi co-ordenado bispo por D. José) destacou o concurso de crítica literária que o seminarista José Policarpo, a 12 de janeiro, ganhou³². Policarpo foi cronista do Seminário no ano 1957/58. Nessa altura participava dos encontros de escuteiros do agrupamento do SO.

No tempo da Teologia recebeu a Tonsura³³ a 15 de agosto de 1958, na Sé Patriarcal³⁴; o Ostiariado³⁵ e Leitorado³⁶ a 21 de fevereiro de 1959, na Capela do Seminário³⁷; o

³⁰ O aluno José da Cruz Policarpo aparece no ano académico 1955/1956 registado no *Livro de Exames do 1º Ano de Filosofia* do Seminário dos Olivais e no ano académico 1956/1957 registado no *Livro de Exames do 2º Ano de Filosofia* do Seminário dos Olivais (cf. Seminário Patriarcal de Cristo-Rei, «Livro de Exames do 1º Ano de Filosofia» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais; Seminário Patriarcal de Cristo-Rei, «Livro de Exames do 2º Ano de Filosofia» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais.).

³¹ O aluno José da Cruz Policarpo aparece no ano académico 1957/1958 registado no *Livro de Exames do 1º Ano de Teologia* do Seminário dos Olivais, no ano académico 1958/1959 registado no *Livro de Exames do 2º Ano de Teologia* do Seminário dos Olivais, no ano académico 1959/1960 registado no *Livro de Exames do 3º Ano de Teologia* do Seminário dos Olivais e no ano académico 1960/1961 registado no *Livro de Exames do 4º Ano de Teologia* do Seminário dos Olivais (cf. Seminário Patriarcal de Cristo-Rei, «Livro de Exames do 1º Ano de Teologia» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais; Seminário Patriarcal de Cristo-Rei, «Livro de Exames do 2º Ano de Teologia» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais; Seminário Patriarcal de Cristo-Rei, «Livro de Exames do 3º Ano de Teologia» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais; Seminário Patriarcal de Cristo-Rei, «Livro de Exames do 4º Ano de Teologia» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais.).

³² Cf. Albino Cleto, «Crónica», *Novellae Olivarum*, n. 133 (Abril de 1956): 95.

³³ A Prima Tonsura era o rito que antecedia as ordens menores e era recebido ao iniciar o estudo da Teologia, “não confere qualquer poder espiritual, contudo produz os seguintes efeitos: 1º entrada no estado eclesiástico; 2º concessão dos privilégios de «Foro» e do «Canon», consistindo de pena de Excomunhão em que «puser mãos violentas contra aquele que recebeu a Prima Tonsura», isto é, contra quem o ofender fisicamente; 3º torna apto para alcançar benefícios eclesiásticos; 4º dispõe para a receção das Ordens Menores; 5º sujeição às obrigações comuns dos Clérigos.” (J. C. Freitas Barros, *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem* (Lisboa, 1957), 53.). Este rito consistia em três atos: “1º Imposição da Tonsura, ou seja, o corte de cabelos da cabeça do Tonsurado em cinco lugares: na frente, por detrás, nos dois lados e no centro. O candidato apresenta-se revestido com a batina ou hábito religioso. (...) 2º Investidura da sobrepeliz (...) 3º Admoestação feita pelo Ministro, na qual se proclamam os seus privilégios e se lhe recomenda que seja digno de graça que recebeu, e fiel à sua vocação” (Freitas Barros, 54–55.).

³⁴ Como atesta o registo da cerimónia que consultámos em Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, «Livro de Registos das Ordens» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais.

³⁵ O Ostiariado era o primeiro grau das Ordens Menores, quem o recebia passava a ser chamado de Ostiário e era lhe conferido “os seguintes poderes: 1º abrir e fechar as portas dos templos sagrados; 2º admitir nos mesmos tempos as pessoas as pessoas dignas e expulsar as indignas; 3º tocar os sinos para chamar os fiéis às funções sagradas; 4º manter a boa ordem, o asseio e a decência nos lugares sagrados” (Freitas Barros, *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem*, 59.). O rito deste passo consistia na “entrega das Chaves do Templo e da Campanha (simbolizando esta os sinos) ao Ordinando, o qual, após a receção das mesmas, abre e fecha as portas da Igreja e toca a campainha” (Freitas Barros, 60.).

³⁶ O Leitorado era o segundo grau das Ordens Menores, quem o recebia passava a ser chamado de Leitor e era lhe conferido “os seguintes poderes: 1º ler publicamente nas Igrejas a Sagrada Escritura, principalmente as Lições do Ofício Divino; 2º ensinar o Catecismo aos Catecúmenos e às Crianças; 2º instruir o povo nas verdades da Fé” (Freitas Barros, *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem*, 63.). O rito deste passo consistia na entrega do Missal Romano (no atual ritual entrega-se a Sagrada Escritura)

³⁷ Como atesta o registo da cerimónia que consultámos em Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, «Livro de Registos das Ordens».

Exorcistado³⁸ e o Acolitado³⁹ a 18 de outubro de 1959, por D. Manuel Cerejeira na Capela do Seminário⁴⁰; o Subdiaconado⁴¹ a 25 de fevereiro de 1961 (Sábado das Têmporas)⁴²; e o Diaconado⁴³ a 14 de maio de 1961, na Capela do Seminário⁴⁴. Foi ordenado presbítero, pelas mãos do mesmo, na Missa pontifical, dia 15 de agosto de 1961 na Sé Patriarcal⁴⁵.

A sua primeira nomeação eclesial, ocorrida logo a seguir à ordenação, foi como membro da equipa formadora⁴⁶ do então recentemente (1960) aberto Seminário Liceal de Penafirme (SLP)⁴⁷. Esta foi surpreendente para D. José, já que no ano em que estava para ser ordenado, o Cardeal Cerejeira tinha lhe pedido que tratasse do passaporte e avisasse a família pois iria prosseguir com os estudos superiores em Roma logo a seguir à ordenação⁴⁸, algo que veio a

³⁸ O Exorcistado era o terceiro grau das Ordens Menores, quem o recebia passava a ser chamado de Exorcista e era lhe conferido três poderes que culminam num só objetivo: “expulsão do demónio ou neutralização da sua ação” (Freitas Barros, *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem*, 69.) Porém, eles só poderiam exercer este poder sobre autorização especial do Ordinário Diocesano (Cf. Freitas Barros, 74.).

³⁹ O Acolitado era o último grau das Ordens Menores, quem o recebia passava a ser chamado de Acólito e era lhe conferido “1º acender as velas do Altar e conduzi-las acesas durante a Missa e noutras Cerimónias Litúrgicas; 2º preparar o pão e o vinho para o Sacrifício da Missa, assim como o fogo e o incenso que hão-de servir em ceras funções sagradas; 3º ajudar à Missa” (Freitas Barros, *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem*, 77.). O rito deste passo consistia na entrega de um Castiçal com a vela e uma galheta vazia (no atual ritual entrega-se um Cálice ou uma Píxide)

⁴⁰ Como atesta o registo da cerimónia que consultámos em Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, «Livro de Registos das Ordens».

⁴¹ O Subdiaconado era o primeiro grau das Ordens Maiores, quem o recebia passava a ser chamado de Subdiácono e era lhe conferido “os seguintes poderes: 1º auxiliar o Diácono no Altar, durante a preparação do Cálice, de itando neste a água; 2º cantar a Epístola nas Missas solenes; 3º tocar nos Vasos Sagrados e purificar e a lavar as roupas sagradas; 4º levar a Cruz nas Procissões” (Freitas Barros, *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem*, 85.).

⁴² Como atesta o registo da cerimónia no *Livro das Crónicas do Seminário* que consultámos, e que frisa a indicação litúrgica, sendo hábito que o Retiro anual coincidissem com o retiro dos ordinandos *in sacris* para as ordenações nas Têmporas da Quaresma, assim este aconteceu entre 18 e 25 de fevereiro, sendo o pregador para os alunos de Teologia o Padre Celestino Pires, sj. O Patriarca Cerejeira passou pelo Retiro e falou aos seminaristas nos dias 22, 23 e 24, culminando o Retiro no dia 25 com as ordenações (cf. Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, «Livro das Crónicas do Seminário» (sem data), Arquivo do Seminário dos Olivais.).

⁴³ O Diaconado era o segundo grau das Ordens Maiores, quem o recebia passava a ser chamado de Diácono.

⁴⁴ Como atesta o registo da cerimónia no *Livro das Crónicas do Seminário* que consultámos, e que destaca a ida nos dias anteriores a Fátima, 6 e 7 desse mês, por parte dos finalistas (onde se encontrava o Subdiácono Policarpo) para se consagrarem à Virgem Maria (cf. Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, «Livro das Crónicas do Seminário».).

⁴⁵ Como atesta o relato da cerimónia no *Livro das Crónicas do Seminário* que consultámos. O Retiro da ordenação começou a 8 de agosto e foi pregado pelo Padre Lerenó, ordenado em 1954 e nesse momento assistente da Ação Católica (cf. Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais.).

⁴⁶ Com o Pe. Policarpo vêm mais dois colegas para reforçar a equipa, todos acabados de terminar a formação no Seminário dos Olivais: o Padre Aurélio Marques e o Padre Vítor Filipe. Cf. Carlos Aleixo Silva, *O Seminário Liceal de Penafirme (1960-1977)*, 1.ª ed., 2010, 74. O Pe. Policarpo fica no primeiro ano como prefeito adjunto da primeira turma do segundo ano (Cf. Aurélio Marques, «Composição do Conselho Disciplinar 1961/1962», Atas do Conselho Disciplinar (Seminário Liceal de Penafirme, 30 de Setembro de 1961), Seminário Liceal de Penafirme.).

⁴⁷ O Pe. Orlando Leitão na carta que enviou ao Cardeal Patriarca com a justificação das necessidades de mais pessoal para o SLP sugeriu uma lista com o nome de vários padres, onde consta o Pe. Policarpo em 5º lugar. Cf. Orlando Leitão para Cardeal Patriarca de Lisboa, «Justificação sumária das necessidades deste Seminário em pessoal no ano lectivo de 1961/62», 5 de Agosto de 1961, Correspondência Expedida - Ano Lectivo 1961/62 - Nº 5, Seminário Liceal de Penafirme.

⁴⁸ Cf. «Entrevista biográfica de Carlos Cruz a Dom José Policarpo».

acontecer mais tarde. Recebeu o seu primeiro ordenado ao serviço desta função em outubro de 1961⁴⁹.

A 30 de setembro de 1961, o diretor Pe. Orlando Leitão pediu ao Inspetor Superior do Ensino Particular “a concessão de diploma de professor do ensino particular a dois dos novos professores nomeados para este Seminário Liceal pelo Em.^{no} Senhor Cardeal Patriarca, os Rev.^{os} P.^{es} José da Cruz Policarpo e Vítor Manuel Correia Filipe.”⁵⁰. Ainda com diploma requerido à espera de aprovação, o Pe. Policarpo começou o ano académico de 1961/62 a lecionar português do 1º ciclo liceal e francês do 1º e 2º ciclos liceais⁵¹. A 8 de setembro de 1964 o Pe. Orlando Leitão pediu ao Inspetor, de modo a dar execução às nomeações feitas pelo Cardeal Patriarca, o diploma de diretor (o que hoje consideramos como diretor pedagógico)

⁴⁹ Recebeu 600\$00 como Professor sem diuturnidades. (Cf. «Ordenados dos Padres (1960/61, 1961/62, 1962/63, 1963/64)», Ordenados (Seminário Liceal de Penafirme, 1960), Seminário Liceal de Penafirme.). Em agosto de 1964 passou a receber 800\$00 como Vice-Reitor (a nova função para o qual tinha sido nomeado nessa altura), em agosto de 1966 tem um novo aumento onde passou a receber 850\$00, em setembro desse ano recebe um novo aumento com o qual passou a receber 900\$00, com a sua ida para Roma o último ordenado a ser pago foi em outubro desse ano com o valor de 900\$00 (Cf. «Ordenados dos Padres (1964/65, 1965/66, 1966/67)», Ordenados (Seminário Liceal de Penafirme, 1964), Seminário Liceal de Penafirme.).

⁵⁰ Orlando Leitão para Inspetor Superior do Ensino Particular, «Processos de concessão de diploma de professor do ensino particular», 30 de Setembro de 1961, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 118, Seminário Liceal de Penafirme. Para a conclusão do processo o Pe. Orlando Leitão enviou um novo ofício ao Inspetor a 13 de outubro de 1961 com a certidão de nascimento do Pe. José da Cruz Policarpo. (Cf. Orlando Leitão para Inspetor Superior do Ensino Particular, «Certidão de Nascimento do Pe. José da Cruz Policarpo», 13 de Outubro de 1961, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 150, Seminário Liceal de Penafirme.) A 27 de Outubro de 1961 o Pe. Orlando Leitão enviou um novo ofício ao Inspetor, frisando que era a pedido do Pe. Policarpo, com a estampilha fiscal que este tinha solicitado para o processo 25.945. Reconhecemos aqui o andamento do processo para a concessão do diploma de professor ao Pe. Policarpo, era um processo demorado e que obrigava a diversas etapas. (Cf. Orlando Leitão para Inspetor Superior do Ensino Particular, «Estampilha Fiscal», 27 de Outubro de 1961, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 178, Seminário Liceal de Penafirme.).

⁵¹ Cf. Orlando Leitão para Inspetor Superior do Ensino Particular, «Relações do pessoal docente e do número dos alunos do SLP», 30 de Dezembro de 1961, sec. Anexo 1, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 303, Seminário Liceal de Penafirme. A 1 de fevereiro de 1962 o Pe. Orlando Leitão enviou 800\$00 em estampilhas fiscais e 3\$00 em selos de correio ao Inspetor de modo a serem passados os diplomas de professores do Pe. Policarpo e do Pe. Vítor Filipe, que tinham sido requeridos anteriormente. (Cf. Orlando Leitão para Inspetor Superior do Ensino Particular, «Estampilhas Fiscais e Selos de Correio para os diplomas de professores», 1 de Fevereiro de 1962, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 398, Seminário Liceal de Penafirme.). Os diplomas são recebidos no SLP a 5 de março de 1962, o Pe. Policarpo com o diploma 25.945 (Cf. Orlando Leitão para Inspetor Superior do Ensino Particular, «Recepção dos diplomas 25.944 e 25.945 de professores particulares», 5 de Março de 1962, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 461, Seminário Liceal de Penafirme.).

para o professor Pe. José Policarpo⁵². Este diploma é recebido a 15 de janeiro de 1965⁵³. Como diretor mudou o paradigma das escolhas dos professores no SLP: deixam de ser selecionados padres e começam a ser escolhidos, em maior número, leigos, homens e, pela primeira vez, mulheres⁵⁴, para as principais disciplinas dos ciclos. Uma das alterações que marcam logo o início do tempo do Pe. Policarpo nessa função, é a possibilidade de qualquer professor ser convidado a assistir do Conselho Disciplinar do SLP⁵⁵, algo que começa a ser frequente nas várias reuniões, ficando assim abertas também a leigos e não só aos padres.

Foi nomeado para a função de Vice-Reitor⁵⁶ do SLP no fim do mês de julho de 1964. Nestes tempos demonstrou o seu desejo de pôr em prática a ideia de *aggiornamento* que a Igreja vivia sob o impulso do II Concílio do Vaticano (ocorrido entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965, por convocação do Papa São João XXIII). Em 1965, o Pe. Policarpo pediu autorização ao Cardeal Cerejeira para “que a partir do próximo dia 7 de Março, 1º Domingo da

⁵² Cf. Orlando Leitão para Inspector Superior do Ensino Particular, «Pedidos de Diplomas», 8 de Setembro de 1964, 1, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 224, Seminário Liceal de Penafirme. Do Paço Patriarcal, em nome do Cardeal Patriarca, a 14 de outubro de 1964 foi enviada uma carta ao Ministro da Educação Nacional pedindo a autorização de funções de diretor do estabelecimento de ensino particular SLP para o Pe. Policarpo, pedindo também que este desempenhasse de imediato as funções pedidas, pois o anterior diretor já tinha recebido nomeações eclesiais novas que o impediam de estar presente até à receção do diploma. O documento não se encontra assinado (Cf. Comissão de Sua Eminência Reverendíssima para Ministro da Educação Nacional, «Autorização de funções de diretor para o Pe. José da Cruz Policarpo», 14 de Outubro de 1964, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 236, Seminário Liceal de Penafirme.). A 30 de dezembro de 1964 o Pe. Policarpo enviou para o Inspector, como este lhe pedira numa carta enviada a 28 de dezembro de 1964, 500\$00 em selos fiscais e 1\$50 em franquias de modo a ser passado o seu diploma de Diretor de Estabelecimento de Ensino Particular. (Cf. José Policarpo para Inspector Superior do Ensino Particular, «Estampilha Fiscal para diploma de Diretor», 30 de Dezembro de 1964, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 323, Seminário Liceal de Penafirme. e Inspector Superior do Ensino Particular para José Policarpo, «Selos Fiscais para diploma de Diretor», 28 de Dezembro de 1964, Dossiê nº 1, Ministério - Livro nº 44, Seminário Liceal de Penafirme.).

⁵³ O diploma foi enviado ao Pe. Policarpo pela Inspeção Superior do Ensino Particular (Cf. Inspector Superior do Ensino Particular para José Policarpo, «Envio do diploma de diretor», 15 de Janeiro de 1965, Dossiê nº 1, Ministério, Seminário Liceal de Penafirme.). A 18 de janeiro de 1965 a Inspeção pediu o alvará nº 1645 e selo fiscal de 375\$00 para que fosse feito o averbamento respetivo (Cf. Inspector Superior do Ensino Particular para Presidente do Seminário Liceal de Penafirme, «Pedido do envio do Alvará nº 1645 e do selo fiscal», 18 de Janeiro de 1965, Dossiê nº 1, Ministério - Livro nº E, Seminário Liceal de Penafirme.). Envio que foi concretizado a 22 de janeiro de 1965 (Cf. José Policarpo para Inspector Superior do Ensino Particular, «Envio do Alvará e da importância solicitada pelo Inspector», 22 de Janeiro de 1965, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 347, Seminário Liceal de Penafirme.).

⁵⁴ Por exemplo, a escolha de Maria Amélia Calheiros para professora de Matemática do 1º ciclo e a renovação de Mário de Sousa Oliveira como professor de Português e Ciências Geográfico-Naturais do 1º ciclo e Geografia do 2º ciclo. (Cf. José Policarpo para Ministro da Educação Nacional, «Professora Maria Amélia Calheiros», 20 de Setembro de 1965, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 38, Seminário Liceal de Penafirme; José Policarpo para Ministro da Educação Nacional, «Professor Mário de Sousa Oliveira», 20 de Setembro de 1965, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 39, Seminário Liceal de Penafirme.).

⁵⁵ Cf. João Nuncio, «Ata nº 117 do CD do SLP», Ata, Atas do Conselho Disciplinar (Seminário Liceal de Penafirme, 30 de Setembro de 1964), 58, Seminário Liceal de Penafirme.

⁵⁶ Com a saída do Reitor, o Pe. Orlando Leitão (nomeado em 1962, até então vice-reitor - função que fica sem nomeação até o Pe. Policarpo ser nomeado; foi o único reitor do SLP) o Seminário deixou de ter nomeação de Reitor. Cf. Silva, *O Seminário Liceal de Penafirme (1960-1977)*, 76, 81. O primeiro documento assinado pelo novo vice-reitor é 15 de setembro de 1964 (Cf. José Policarpo, «Certificado de Missas», 15 de Setembro de 1964, Correspondência Expedida - Ano Lectivo 1964/65 - Nº 178, Seminário Liceal de Penafirme.).

Quaresma se possa celebrar Missa *versus populum* no altar-mor da Igreja deste Seminário”⁵⁷, pedido que foi aceite.

No início do novo ano académico/pastoral⁵⁸ de 1966 viajou para Itália para estudar Teologia Fundamental na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Terminou, em 1968, o 2º grau canónico com a tese "Teologia das Religiões não cristãs". Doutorou-se na mesma universidade com a tese "Sinais dos Tempos: génese histórica e interpretação teológica", defendida a 22 de junho de 1970 e orientada pelo Padre Renatus Latourelle, sj. Esta tese, como previa o seu orientador, marcou-o para a vida toda. Mais: marcou a sua maneira de ver o mundo e a Igreja⁵⁹. Durante esta sua estadia por Roma foi aluno residente do Colégio Pontifício Português⁶⁰, sendo que para o Doutoramento acabou por residir entre Roma e Lisboa⁶¹.

No âmbito académico⁶², em 1970, acabado de se doutorar, começou a exercer a docência na Faculdade de Teologia (FT) da Universidade Católica Portuguesa (UCP), sendo elevado em 1971 à categoria de Professor Auxiliar, em 1977 à de Professor Extraordinário e em 1986 à de Professor Ordinário. Foi nomeado diretor do ciclo geral da FT em 1972 e diretor da FT por duas vezes, primeiro para os triénios 1974-1977 e 1978-1980, segundo para o triénio 1985-1988. Sob iniciativa do Diretor Prof. José Policarpo foi criado em 1978 o Conselho Científico da FT. Na

⁵⁷ José Policarpo para Cardeal Patriarca de Lisboa, «Carta ao Cardeal-Patriarca», 1 de Fevereiro de 1965, Correspondência Expedida (1964-1965) - Ofício nº 363, Seminário Liceal de Penafirme. Sabemos que o atual altar se encontra no mesmo sítio desde a origem da construção da Igreja, ou seja, já com distância da parede e posicionado à entrada do Presbitério, facilitando a mudança rápida da forma como era celebrada a Santa Missa.

⁵⁸ Estava preparado para começar mais um ano letivo mas o Pe. Policarpo recebeu a missão do Cardeal Cerejeira de ir estudar para Roma, assim deixou a função de vice-reitor, ficando nomeado o Padre António Crisóstomo para esta função (como consta na ficha do Pe. Crisóstomo nos *Dados Biográficos dos Clérigos* no Arquivo do Patriarcado de Lisboa; assinou o primeiro documento enquanto vice-reitor a 23 de setembro, porém o Pe. Policarpo continuou a assinar os documentos do Ministério da Educação enquanto diretor do SLP até ao dia 17 de outubro, visto ser um processo que envolvia uma burocracia diferente da nomeação eclesial). Cf. Silva, *O Seminário Liceal de Penafirme (1960-1977)*, 86–87; José Policarpo para Ministro da Educação Nacional, «Autorização de funções de diretor para o Pe. António Crisóstomo», 26 de Setembro de 1966, Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 25, Seminário Liceal de Penafirme. O novo ano académico em Roma começou em outubro.

⁵⁹ D. José confidenciou a conversa que teve com o seu orientador no início da escolha do tema numa entrevista à *Revista Expresso*, relembrando a dimensão ousada de uma tese claramente impregnada do Concílio que tinha encerrado recentemente. Cf. Robalo e Lima, «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”», 28.

⁶⁰ Que nessa altura tinha a sua sede em Via del Banco di Santo Spirito, n. 12. Entrou no Colégio em outubro de 1966. Sabemos, pela consulta do Arquivo do Colégio Pontifício Português, que obteve autorização para se inscrever na Universidade, por parte do Decano da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana, a 17 de outubro de 1966 e que a sua matrícula foi paga, pelo Colégio, a 23 desse mês.

⁶¹ No verão de 1969 o Pe. Policarpo recebeu a indicação do Cardeal Cerejeira para ficar, a partir dessa altura, a residir no Seminário dos Olivais em Lisboa, indo a Roma apenas o tempo necessário para terminar a tese. Por conseguinte, esteve em Roma durante algumas semanas no final de setembro e início de outubro de 1969, residindo, nessas idas a Roma, sempre no Colégio. Deixou, assim, de ser residente habitual no verão de 1969 mas continuou a ir periodicamente a Roma até à defesa da tese, como verificámos pela consulta do Arquivo do Colégio Pontifício Português.

⁶² Cf. António Montes Moreira, «Fundação e Organização Estrutural (1968-1981)», em *História da Universidade Católica Portuguesa* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018), 420–25; João Lourenço, «Os anos da consolidação da Faculdade (1981-2017)», em *História da Universidade Católica Portuguesa* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018), 434–35.

universidade assumiu diversos cargos, entre eles destaca-se o de Reitor⁶³, segundo da história da UCP, por Decreto da Congregação para a Educação Católica, em dois mandatos seguidos, 1988 a 1992 e 1992 a 1996. A nível internacional também assumiu funções nos órgãos que juntam as diversas universidades católicas, destacando-se o ter sido, entre 1991 e 1994, Vice-Presidente da Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC). Assumiu a função de Magno Chanceler da UCP entre 1998 e 2013, cargo que teve por inerência ao ser elevado a Patriarca de Lisboa.

No mundo eclesial, paralelamente, foi nomeado⁶⁴ pelo Cardeal Cerejeira, a 3 de outubro de 1970, Reitor do Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, funções que exerceu até 1997. Esta nomeação traduziu-se numa nova era para a formação sacerdotal da diocese, já que o SO tinha enfrentado tempos difíceis nos anos anteriores⁶⁵, nomeadamente com o último reitor, o Cón. Abílio Cardoso nomeado para a função entre 1966 e 1968 (que acabou por pedir dispensa do ministério sacerdotal mais tarde), que terminou com a demissão de toda a equipa formadora em outubro de 1968 e levou, conseqüentemente, à saída de muitos seminaristas e à criação de uma equipa provisória até à chegada do Pe. Policarpo⁶⁶.

As razões principais para toda esta situação foram a desconfiança de muitos da formação dada no Seminário – especialmente, a proposta da equipa resignante de conceber a formação por comunidades pequenas espalhadas pela diocese e não numa só comunidade no seminário – e a não articulação com o desejo do Patriarca Cerejeira do ensino da Teologia na UCP – que para o Pe. Policarpo fazia sentido e ele próprio, como vimos, começou simultaneamente a sua função de professor na UCP e a sua função de reitor – enquanto se tentavam aplicar as novas indicações deixadas pelo Concílio e se discutia o papel do sacerdócio no mundo atual. A este propósito, em 1981, o *Sinal* – folha formativa e informativa do Secretariado Diocesano da

⁶³ Tomou posse numa cerimónia ocorrida em Lisboa a 18 de novembro de 1988. O seu reitorado destaca-se pelo alargamento significativo das valências e faculdades que a UCP dispunha; pela mudança de estatuto passando a ser uma Universidade Pública não estatal; com a formação de três centros Regionais: Lisboa, Porto e Beiras, estando em processo para formar o de Braga; a apresentação dos novos estatutos da UCP; a criação dos primeiros Centros de Estudo. Neste seu tempo de reitor a UCP participou no capital social do lançamento do quarto canal com 3% (70 mil contos), voltando a colaborar com uma verba de 500 000 contos para financiar a instalação da rede, tendo participado ainda no aumento de capital de novembro de 1993 (analisaremos o caso da televisão mais adiante). É deste reitorado que surge uma reflexão ampla para a criação da faculdade de medicina, algo que só veio a realizar-se em 2021. Cf. Manuel Braga da Cruz, «Expansão e consolidação da Universidade em Centros Regionais», em *História da Universidade Católica Portuguesa* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018), 141–72.

⁶⁴ Cf. Manuel Cerejeira, «Comunicação ao Clero e Fiéis sobre as Vocações e Seminários», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 27–28 (1970): 9–10.

⁶⁵ Para compreender todo este período anterior ao tempo de reitor do Pe. Policarpo recomendamos a leitura de: Mendo Ataíde, «A questão da formação sacerdotal no contexto das transformações paradigmáticas do século XX em Portugal: o caso do Seminário dos Olivais» (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2019), 104–23.

⁶⁶ O Cardeal Cerejeira escreveu a 13 de outubro de 1968 uma Mensagem ao Clero e fiéis do Patriarcado sobre o Seminário dos Olivais, explicando a situação e nomeou a equipa provisória, Cf. Manuel Cerejeira, «Mensagem do Senhor Cardeal-Patriarca sobre o Seminário dos Olivais», *Novidades*, 13 de Outubro de 1968, 24308 edição.

Pastoral das Vocações – afirmou que D. José foi “o homem que corajosamente fechou o parêntesis da crise e recomeçou a história gloriosa do Seminário de Cristo-Rei”⁶⁷.

Tal como acontecera no SLP, uma das primeiras reformas do Pe. Policarpo no SO foi a contratação de mulheres para trabalharem nos serviços do Seminário perto dos seminaristas (algo que até então era impossível, já que eram só praticamente homens a trabalhar, as únicas mulheres trabalhavam no gineceu, que era a rouparia que se situava junto à Quinta do Candeeiro e onde os seminaristas não podiam sequer passar), inicialmente com a coordenação das Auxiliares do Apostolado, como testemunho o Cón. Armando Duarte⁶⁸. Instaurou nesse tempo também a quarta-feira comunitária, momento de comunhão e partilha da comunidade do Seminário.

O Pe. Policarpo foi o orador, juntamente com o Pe. Dufaux, dos dois encontros que o novo Patriarca, D. António Ribeiro, organizou com o clero da diocese, na Foz do Arelho, entre 24 e 26 de novembro de 1971, e nos Olivais, entre 29 de novembro e 1 de dezembro, abordando o tema «pastoral da fé»⁶⁹. Neste seu tempo enquanto reitor e padre do Patriarcado contribuiu com reflexões nos boletins da diocese⁷⁰, algumas conferências⁷¹ e pregou retiros⁷².

Em 1974, de 27 setembro a 26 de outubro, destacou-se a sua participação⁷³, acompanhando o Cardeal Ribeiro, na qualidade de perito, na terceira Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, com o tema *Evangelização no mundo moderno*, que originou uma reflexão publicada em livro de sua autoria⁷⁴.

Esta sua participação coincidiu com um período controverso no seminário que terminou com uma carta dos seminaristas ao Patriarca Ribeiro, na altura eram 14 seminaristas, em comunhão com todos os outros formadores, exceto o Reitor que nesse momento estava com o destinatário da carta em Roma. A mesma pedia “a doação do parque do Seminário ao município de Loures, o edifício ao Ministério da Cultura ou dos Assuntos Sociais, a biblioteca à Universidade Católica, e a venda da atual Casa Patriarcal; o Seminário seria transferido para

⁶⁷ «Um pouco de História: as Bodas de Ouro do Seminário dos Olivais», *Sinal*, n. 18 (1981): 3.

⁶⁸ Numa conferência testemunhal proferida a 16 de março de 2022 no SO.

⁶⁹ Cf. «Dois encontros do novo Patriarca com os padres da Diocese de Lisboa», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 37-38-39 (1971): 8.

⁷⁰ Destaca-se, a título de exemplo, o texto que escreveu sobre a celebração da Páscoa para o BDP. Cf. José da Cruz Policarpo, «Viver a Páscoa», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 44 (1972): 2-3.

⁷¹ A título de exemplo, a conferência que deu no ciclo de conferências sobre a família, organizado pelo SAP, intitulada por «Indissolubilidade e crescimento no amor, à luz da Fé», Cf. «Ciclo de Conferências sobre a Família», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 50 (1972): 5.

⁷² A título de exemplo, o retiro que pregou em Sintra ao clero do Patriarcado entre 23 e 27 de julho de 1973, Cf. «Retiros para o Clero do Patriarcado», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 54 (1973): 3.

⁷³ Cf. «Novo Bispo Auxiliar de Lisboa», *Lumen*, 2, 39, n. 8-9 (1978): 357.

⁷⁴ Cf. José Policarpo, *Evangelização, anúncio de liberdade: o futuro do evangelho em Portugal à luz do sínodo* (Lisboa: Multinova, 1975).

uma paróquia”⁷⁵, no quadro das transformações sociopolíticas em curso na sociedade portuguesa após o 25 de abril de 1974. Esta carta acabou por não trazer nenhuma consequência nem alteração no seminário.

D. José foi ordenado bispo, com o título de Bispo titular de Calábria⁷⁶, a 29 de junho de 1978, pelas mãos do Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro na Igreja de Santa Maria de Belém (Mosteiro dos Jerónimos), tendo tido como co-ordenantes D. João Alves e D. Manuel Falcão, ficando auxiliar do Patriarcado, por nomeação do Papa Paulo VI a 26 de maio de 1978⁷⁷, nesse tempo era arcebispo auxiliar D. Maurílio de Gouveia (até 1981) e eram bispos auxiliares D. António dos Reis Rodrigues (até 1998) e D. António Baltasar Marcelino (até 1981). Escolheu como lema episcopal: “Per Obedientiam ad Libertatem”⁷⁸. Na homilia da ordenação o Patriarca Ribeiro dizia “que em vez de «doctor in schola theologorum», serás «Magister in universitate Ecclesiae», o que significa abrir os limites, embora já amplos, de um sistema pessoal ou escolástico de pensamento, ao horizonte muito mais largo da fé da Igreja universal.”⁷⁹.

A partir da ordenação episcopal começou a celebrar crismas pela diocese, a fazer visitas paroquiais, a presidir às reuniões do clero vicariais e a presidir a diversas festas paroquiais, ficando responsável pela zona termo de Lisboa como relatam as agendas episcopais desse tempo⁸⁰. Com a reestruturação das tarefas da diocese pelos vários bispos⁸¹, foi decidido em conselho episcopal de 4 de agosto de 1978 que D. José ficava com a zona “Termo de Lisboa”,

⁷⁵ Nuno Brás, «D. José Policarpo e a Formação Sacerdotal», *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 261.

⁷⁶ A nomeação para titular de Calábria levou D. José a investigar a história e a geografia desta diocese extinta, tendo ido presencialmente a uma possível localização da mesma e rezado lá a oração de Vésperas, cf. José da Cruz Policarpo, «A cidade romana e a diocese de Calábria», *O Tratado de Alcanices e a importância Histórica das terras de Riba Côa: Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*, 1998, 107–14..

⁷⁷ Cf. «Sacra Congregatio pro Episcopis: Provisio Ecclesiarum», *AAS* 70, n. 11 (1978): 788. Curiosamente a notícia só chegou à diocese no dia 31 de maio, último dia dos trabalhos do conselho presbiteral que então decorria. Cf. «D. José da Cruz Policarpo: Novo Bispo Auxiliar do Patriarcado», *Voz da Verdade*, 11 de Junho de 1978, 2422 edição.

⁷⁸ Traduz-se para português por: “Pela Obediência à Liberdade”. A obediência foi sempre um marco na docilidade com que aceitou todos os desafios para os quais a Igreja o chamava: “A Igreja é que sabe aquilo para que sirvo. Portanto, se me pedem, posso achar que não sou capaz, mas após recuperar os princípios fundamentais que orientam a minha vida não tem sentido dizer que não” (Robalo e Lima, «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”», 29.); “A obediência não se discute, e eu encerrei esse «dossier” (Robalo e Lima, 28.). Procurou sempre na sua vida a liberdade, ou seja, vivia uma vida livre, porque vivia uma vida entregue a Deus. Já que, quem obedece é livre. Em 2004, numa homilia de ordenações, confidenciou que já antes de ser o lema episcopal, era o seu lema de vida interior: “Como sabeis, esse mistério da liberdade, amada como obediência, é o lema das minhas armas de fé episcopais: «pela obediência à liberdade». Mas antes de integrar as armas de fé, essa perspectiva era, há muitos anos, um lema secreto, que só o meu diretor espiritual conhecia, e que brotou no meu coração naqueles dias de graça em que tendo ouvido o chamamento do Senhor, também eu Lhe pedia um espaço para poder conciliar a minha vida, os meus planos, com o chamamento d’Ele”, José Policarpo, «Pela Obediência à Liberdade», *Vida Católica*, 3, n. 17 (2004): 126.

⁷⁹ António Ribeiro, «O Bispo ao serviço da fé da Igreja», *Voz da Verdade*, 9 de Julho de 1978, 2426 edição, 3.

⁸⁰ Podem ser encontradas diversas referências às atividades neste período como bispo nos vários números do boletim *Noticiário*, do Patriarcado de Lisboa.

⁸¹ Cf. «Bispos do Patriarcado: responsabilidades e tarefas pastorais», *Voz da Verdade*, 6 de Agosto de 1978, 2430 edição.

sabendo que teria a colaboração do D. António dos Reis Rodrigues devido às outras nomeações e ocupações (universidade e seminário). Em relação às comissões diocesanas tinha a responsabilidade da Doutrina da Fé, do Ecumenismo e da Educação Cristã (englobava a catequese de infância, da adolescência e de adultos, ensino religioso, ensino da Igreja nas escolas); das pastorais tinha a pastoral dos meios intelectuais e a pastoral juvenil.

Evidenciam-se, no meio das várias atividades, as suas participações em celebrações de cariz ecuménico, como foi o caso da sua ida a Roma entre os dias 19 e 25 de novembro de 1979 para participar no Secretariado para a união dos Cristãos⁸². Ou, a nível diocesano, a título de exemplo, no ano de 1981, no oitavário pela unidade dos cristãos, onde presidiu à sua abertura na Sé Patriarcal a 18 de janeiro, presidiu dias mais tarde, a 21 de janeiro, a uma celebração na Igreja do Campo Grande, e, também, ao encerramento da semana a 25 de janeiro em Algés, tendo sido o bispo que mais ações realizou a propósito dessa semana⁸³. Organizou um seminário de reflexão, que contou com a presença do Sr. Patriarca, sobre a pastoral universitária entre 15 e 17 de dezembro de 1978⁸⁴, e presidiu nesse tempo aos vários encontros de universitários, participando também em algumas reuniões da recente criada comissão diocesana da pastoral universitária. Colaborou ativamente com a *Voz da Catequese* nos anos 80, jornal do secretariado diocesano da educação cristã da infância e adolescência, que chegava a 15 dioceses do país⁸⁵.

Presidiu, também, a diversas ordenações de diáconos e padres, como anotaremos mais adiante, e a profissões religiosas, como foi o caso dos votos de várias Servas de Nossa Senhora de Fátima, a 22 de outubro de 1980⁸⁶. Ao mesmo tempo, foi convidado como orador de muitas conferências, seja em âmbito eclesial (paróquias, congressos, simpósios – a título de exemplo, destaca-se a sua conferência no curso para animadores vocacionais, que decorreu entre 3 e 7 de novembro 1986 em Fátima, com o título «Igreja, comunidade dos chamados»⁸⁷), seja noutros ambientes (como se percebe pela conferência dada 13 de fevereiro de 1986 à força aérea portuguesa na base aérea nº1⁸⁸, entre tantas outras).

De âmbito espiritual, foi pregador de vários retiros e recoleções, nomeadamente promovidos pelo secretariado diocesano da pastoral juvenil e de recoleções para o clero diocesano. Orientou, ainda, diversas assembleias de jovens, algumas decorridas no SO. Presidiu, como bispo e reitor, na igreja do seminário, também às admissões como candidatos

⁸² Cf. «Diversos», *Noticiário*, n. 24 (1979): 8.

⁸³ Cf. «Actividades Pastorais», *Noticiário*, n. 38 (1981): 2–3.

⁸⁴ Cf. «Actividades Pastorais», *Noticiário*, n. 13 (1979): 3.

⁸⁵ Cf. «Secretariados e Serviços», *Noticiário*, n. 39 (1981): 6–7.

⁸⁶ Cf. «Clero e Religiosos», *Noticiário*, n. 34 (1980): 7.

⁸⁷ Cf. «Noticiário», *Sinal*, n. 43 (1986): 4.

⁸⁸ Cf. «Actividades Pastorais», *Noticiário*, n. 97 (1986): 5. A título de exemplo, nesse mês palestrou ainda dia 15 em Coimbra, dia 21 na Semana de Pastoral Litúrgica na Casa da Buraca e dia 27 na Igreja do Campo Grande.

às ordens sacras, primeiro passo do caminho para o sacerdócio que normalmente era dado diante do Senhor Patriarca, a 13 de dezembro de 1983⁸⁹ de um seminarista e a 27 de março de 1985⁹⁰ de dois seminaristas. E à instituição de leitor de dois seminaristas de Cochim a 18 de março de 1981⁹¹. Admissões e instituições que depois presidiu diversas vezes no seminário enquanto Patriarca.

Assumi em 1978 a função de Presidente da Comissão Episcopal da Doutrina da Fé (CEDF), primeira função ao serviço da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP)⁹², desempenhada até 1981. Depois foi Presidente da Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos (CEAL) entre 1981 e 1987 e Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã (CEEC) entre 1987 e 1989, entre estas presidências foi conjuntamente vogal noutras comissões. Em 1987, de 1 a 30 de outubro, destacou-se a sua participação, na qualidade de presidente cessante da CEAL, na sétima Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, com o tema *A vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo*⁹³. Nele afirmou em plenário que “na Igreja, os diversos carismas, vocações e ministérios interpenetram-se. Na Igreja particular está presente o ministério do bispo que conduz à unidade de vida e de missão toda essa variedade de dons do Espírito”⁹⁴.

Em 1993⁹⁵ a convite do Eng. Fernando Magalhães Crespo⁹⁶, do Conselho de Administração da Rádio Renascença (RR) e do Eng. Silvério Martins entrou para o projeto do Canal Quatro da televisão, depois transformado no nome TVI, como Presidente da Assembleia e do Conselho Geral. O Cardeal Ribeiro⁹⁷ tinha o desejo de um projeto televisivo da Igreja para

⁸⁹ Cf. «Seminários», *Noticiário*, n. 72 (1983): 5.

⁹⁰ Cf. «Seminários», *Noticiário*, n. 88 (1985): 5.

⁹¹ Cf. «Seminários», *Noticiário*, n. 40 (1981): 4–5.

⁹² Cfr. «Conferência Episcopal Portuguesa: Comunicado», *Lumen*, 2, 39, n. 8–9 (1978): 358.

⁹³ Foi um dos dois padres sinodais portugueses, o outro foi o Cardeal Patriarca Ribeiro, na qualidade de presidente da CEP. Cf. António Rego, «Sínodo dos Bispos - 87: o cristão leigo protagonista do mundo», *Boletim Diocesano de Pastoral*, 2, n. 10–11 (1987): 17.

⁹⁴ Rego, 19.

⁹⁵ D. José contou em primeira pessoa o seu processo de envolvimento junto da TVI numa entrevista à Revista Expresso. Cf. Robalo e Lima, «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”», 30. Marcelo Rebelo de Sousa recordou D. José Policarpo como “o encarregado pelo Cardeal-Patriarca da altura, D. António Ribeiro, de presidir aos destinos da TVI, à montagem do projecto, à angariação do financiamento e, nesse sentido, fez tudo o que estava ao seu alcance” Bruno Contreiras Mateus, Isabel Faria, e Vanessa Fidalgo, «Um “santo” com os pés na terra», *Domingo*, 20 de Fevereiro de 2011, 24.

⁹⁶ O Engenheiro Magalhães Crespo, do Conselho de Administrador da RR a partir de 1974, apresentou o projeto num debate no Programa *Actual* da RTP 1. Cf. Margarida Marante, «Televisão Privada em Portugal», *Actual* (Lisboa: RTP 1, 27 de Maio de 1986), <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/televisa-o-privada-em-portugal/>, Arquivo RTP. Foi gerente, gerente-executivo e vice-presidente do conselho de gerência do Grupo Renascença.

⁹⁷ Em 1980 D. António Ribeiro pediu um Canal Televisivo para a Igreja, num formato regional só para Lisboa. Nesse ano o Primeiro-ministro da Aliança Democrata, Sá Carneiro, prometeu que esse desejo seria realidade quando a Constituição o permitisse. Em 1985 o Primeiro-ministro Cavaco Silva reconheceu a Igreja como candidata preferencial para a atribuição de um canal por iniciativa privada, deixando de ser apenas uma realidade estatal. Em fevereiro de 1990 ficou, com a proposta da Lei, regulamentado o exercício da atividade televisiva em

a Grande Lisboa e com a possibilidade da entrega de dois canais televisivos por concurso a privados surgiu a resposta, como combinado pela Conferência Episcopal, por iniciativa de leigos e instituições católicas. Não se tratou de um canal confessional, mas de um canal generalista com programas que promovessem a dimensão cultural partindo da moral cristã. A este propósito é de recordar a tentativa de colaboração entre a TVI e a catequese, como foi o tema do trigésimo segundo encontro nacional dos Responsáveis Diocesanos da Catequese de Infância e Adolescência, realizado entre 13 e 16 de abril de 1993⁹⁸.

No ano em que foi fundada a 4, ou TVI como é comumente conhecido o canal, esta criou perplexidade na sociedade e na Igreja, por esse motivo no dia 3 de maio de 1993 o Eng. Roberto Carneiro, Presidente da TVI, foi falar num colóquio do Centro de Encontros Sacerdotais como destacou o jornal VV, reconhecendo que “estamos empenhados numa tarefa gigantesca, uma tarefa de Igreja, no mais pleno sentido da palavra pelo sentido inédito desta experiência”⁹⁹. Para ajudar o canal foi aprovado em junho de 1993, a exemplo do ocorrido com a RR, a criação de uma associação dos amigos da TVI¹⁰⁰. O canal acabou por ser vendido e transformado, nomeadamente por razões de sustentação e dos sucessivos aumentos do capital social da empresa, tendo tido já diversos acionistas diferentes. É considerado por alguns¹⁰¹ um dos poucos fracassos pastorais de D. José, que acabou por não corresponder, como admitiu, às expectativas que o próprio tinha sonhado.

Em 1997, a 5 de março foi designado Arcebispo Coadjutor¹⁰² de Lisboa, por nomeação do Papa João Paulo II. A 27 de março¹⁰³ desse ano foi nomeado, pelo Patriarca Ribeiro, Vigário-

Portugal. Cf. «Um canal de TV para a Igreja Católica: Cronologia do processo de atribuição de um espaço televisivo ou canal de televisão privado à Igreja Católica», *Telejornal* (Lisboa: RTP 1, 7 de Março de 1990), <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/um-canal-de-tv-para-a-igreja-catolica/>, Arquivo RTP. A Igreja já tinha um espaço na Televisão Pública, RTP, que foi criticado diversas vezes, especialmente com a atribuição de um canal próprio, lugar que foi sempre defendido por D. José. Cf. Tiago Rebelo, «Debate sobre a Igreja Católica na RTP: Debate parlamentar sobre a atribuição de um espaço televisivo, no canal 2 da RTP, à Igreja Católica», *Telejornal* (Lisboa: RTP 1, 8 de Março de 1990), <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/debate-sobre-a-igreja-catolica-na-rtp/>, Arquivo RTP.

⁹⁸ Cf. «TVI e Catequese: que colaboração», *Voz da Verdade*, 11 de Abril de 1993, 3154 edição.

⁹⁹ «A TVI continua a assumir-se como “um projecto diferente”: declarações de Roberto Carneiro sobre a TVI», *Voz da Verdade*, 16 de Maio de 1993, 3159 edição. Curiosamente, o jornal *Voz da Verdade* (VV) foi relatando os avanços neste projeto, como foi o caso, a título de exemplo, da ativação do novo emissor da TVI – Quatro para melhorar a cobertura na zona de Lisboa, a 18 de maio de 1993, propondo a sintonização do mesmo na casa das pessoas abrangidas nessa área. Cf. «Activado novo emissor da TVI», *Voz da Verdade*, 30 de Maio de 1993, 3161 edição.

¹⁰⁰ Cf. «Para breve uma associação de amigos da TVI», *Voz da Verdade*, 27 de Junho de 1993, 3165 edição.

¹⁰¹ Cf. Afonso Praça, «D. José Policarpo: Modernidade, cigarros e bacalhau», *Visão*, 27 de Fevereiro de 1997, 32.

¹⁰² Cf. «Congregatio pro Episcopis: Provisio Ecclesiarum», *AAS* 89, n. 4 (1997): 260. Estando datada a nomeação a 5 de março na *Acta Apostolicae Sedis*, todavia o comunicado de imprensa emitido pelo Cardeal Ribeiro é de 4 de março, nele explica que foi a seu pedido, por razões de saúde, que o Papa nomeou um coadjutor. Cf. António Ribeiro, «Comunicado de Imprensa: Nomeação do Arcebispo Coadjutor do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 5. Esta nomeação implica o direito de sucessão, isto é, o coadjutor a quando da morte do Prelado ou quando chegado o término do seu mandato, por idade estipulada no Código de Direito Canónico, este assume de imediato a titularidade da Diocese.

¹⁰³ Cf. António Ribeiro, «Decreto: Nomeação de Vigário-Geral», *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 17.

Geral do PL. A sua relação com o seu predecessor é marcante, daí ser necessário evidenciar aqui algumas referências.

Na homilia da Missa Crismal, aquando da tomada de posse de D. José como Coadjutor, D. António afirmou: “Senhor D. José, a [sua] nomeação (...) para a Igreja de Lisboa, é garantia sólida de que, sob a acção de um novo Pastor, vai continuar a percorrer, na docilidade do Espírito, os caminhos firmes da renovação conciliar, respondendo simultaneamente (...) aos desafios pastorais do momento”¹⁰⁴. Ao mesmo tempo, na mesma ocasião, D. José no seu discurso afirmou: “Senhor Patriarca, (...) [uma palavra] de agradecimento (...) pelo que de si recebi e consigo aprendi, ao longo de 26 anos, nesta arte de ser pastor”¹⁰⁵. E assim, a transição entre estes dois Patriarcas acontece de forma contínua, como D. António pretendia: “deixou-nos o testemunho da lucidez e do desprendimento: percebeu que garantir, na Igreja de Lisboa, a plenitude do sacerdócio, no ministério do bispo, sem ruturas, nem sobressaltos, era mais importante que o seu destino pessoal”¹⁰⁶, como afirmou D. José.

D. António Ribeiro morreu a 24 de março de 1998¹⁰⁷. Nesse mesmo dia D. José tornou-se o 16º Patriarca de Lisboa. Recebeu o Pálio¹⁰⁸ a 28 de junho de 1998 pelas mãos do Cardeal Angelo Sodano, Secretário de Estado do Vaticano, na Missa de Vigília dos Santos Pedro e Paulo celebrada no Mosteiro dos Jerónimos por ocasião do dia da Santa Sé na Exposição Mundial de Lisboa, que então decorria. Como Patriarca instalou, depois de obras, a nova Casa Patriarcal – residência oficial para o bispo da diocese de Lisboa – no Palácio junto ao SO (anterior espaço do seminário, que foi usado inicialmente como seminário, depois como residência dos professores, entre outros). A 23 de novembro de 1998 inaugurou as novas instalações dos serviços administrativos do Patriarcado no Mosteiro de São Vicente de Fora.

A 13 de abril de 1999 foi eleito Presidente da CEP, e reeleito para um segundo mandato consecutivo a 11 de Abril de 2002. Desde 2005, por inerência de ser Patriarca, fez parte do Conselho Permanente da CEP. A 3 de maio de 2011 foi eleito novamente Presidente da CEP, exerceu funções até junho de 2013, saindo desse novo mandato por ficar bispo emérito. Na qualidade de Presidente da CEP consagrou Portugal ao Sagrado Coração de Jesus, a 6 de junho

¹⁰⁴ António Ribeiro, «Hora de esperança e de alegria», *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 11.

¹⁰⁵ José Policarpo, «Discurso da Tomada de Posse como Arcebispo Coadjutor», *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 13.

¹⁰⁶ José Policarpo, «O Sacerdote, uma diferença que define», *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 157.

¹⁰⁷ Cf. José Policarpo, «A morte de Sua Eminência: comunicação aos Sacerdotes», *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 23.

¹⁰⁸ Insígnia entregue aos Metropolitas (não são transmissíveis, mas pessoais, daí que D. José tenha sido entemado com o Pálio que recebeu). O Patriarca de Lisboa é Metropolitano e, por isso, responsável pela Província Eclesiástica de Lisboa, que conta com as Dioceses de Angra, Funchal, Guarda, Leiria-Fátima, Portalegre-Castelo Branco, Santarém e Setúbal. Cf. «Imposição do Pálio ao Senhor Patriarca D. José da Cruz Policarpo», *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 403.

de 1999, no último dia do terceiro Congresso Eucarístico Nacional, cem anos depois da consagração do Género Humano ao Coração de Jesus feita pelo Papa Leão XIII¹⁰⁹.

No dia 21 de janeiro de 2001 o Papa João Paulo II nomeou-o Cardeal Presbítero com o título de Santo António dos Portugueses no Campo de Marte¹¹⁰, título de nova ereção. Nesse ano participou, em Roma, entre 21 e 24 de maio no consistório extraordinário convocado pelo Papa, e, entre 30 de setembro e 27 de outubro, na décima sétima Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, com o tema *O Bispo: Servidor do Evangelho de Jesus Cristo para a esperança do mundo*¹¹¹.

Na Cúria Romana desempenhou, por nomeação do Santo Padre, colaboração próxima em diversos organismos, nomeadamente como consultor do Secretariado para os Não Crentes a 18 de janeiro de 1982¹¹², reconduzido a 14 de abril de 1987¹¹³; membro do Conselho Pontifício para a Cultura a 19 de outubro de 1998¹¹⁴, reconduzido a 14 de maio de 2001¹¹⁵ e a 14 de maio de 2006¹¹⁶; membro bispo diocesano da Congregação da Educação Católica a 5 de abril de 1989¹¹⁷; membro da Congregação da Educação Católica a 30 de abril de 2001¹¹⁸, reconduzido a 24 de abril de 2012¹¹⁹ e a 9 de novembro de 2013¹²⁰; membro do Conselho Pontifício para os Leigos a 14 de maio de 2001¹²¹, reconduzido a 11 de março de 2008¹²².

Sendo uma figura ímpar no diálogo com a sociedade em que estava, D. José deslocou-se à Assembleia da República (AR), aquando da sua elevação a Patriarca, a 31 de março de 1978 para um encontro com o Presidente da AR Vasco da Gama Fernandes¹²³. Participou, igualmente, na sessão comemorativa do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem ocorrida na AR na reunião plenária de 10 de dezembro de 1998 onde se instituiu pela aprovação do projeto de resolução n.º 105/VJ o dia 10 de dezembro como o Dia Nacional

¹⁰⁹ A consagração pode ser lida na íntegra em: José Policarpo, «Consagração ao Sagrado Coração de Jesus», *Lumen*, 3, 60, n. 4 (1999): 26–27.

¹¹⁰ Cf. «*Diarium Romanae Curiae*», AAS 93, n. 3 (2001): 191.

¹¹¹ Que o próprio D. José refere na ordenação episcopal de D. António Montes Moreira, cf. José Policarpo, «Homília na Ordenação Episcopal de D. António Montes Moreira», *Vida Católica*, 3, n. 9 (2001): 103–6.

¹¹² Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 74, n. 3 (1982): 362.

¹¹³ Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 79, n. 5 (1987): 624.

¹¹⁴ Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 90 (1998): 1046. Para um período de cinco anos.

¹¹⁵ Nomeado a agora como Cardeal. Cf. «*Diarium Romanae Curiae*», AAS 93, n. 7 (2001): 502. Para um período de cinco anos.

¹¹⁶ Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 98, n. 6 (2006): 495. Para um período de cinco anos.

¹¹⁷ Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 81, n. 7 (1989): 895.

¹¹⁸ Cf. «*Diarium Romanae Curiae*», 2001, 501. Para um período de cinco anos.

¹¹⁹ Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 104, n. 7 (2012): 619. Nomeação válida até completar 80 anos, algo que acabou por não acontecer por falecer antes.

¹²⁰ Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 105, n. 12 (2013): 1184.

¹²¹ Cf. «*Diarium Romanae Curiae*», 2001, 501. Para um período de cinco anos.

¹²² Cf. «*Segreteria di Stato: Nomine*», AAS 100, n. 4 (2008): 261.

¹²³ Cf. «Patriarca no Parlamento», *Voz da Verdade*, 19 de Abril de 1998, 3395 edição, sec. Igreja em Portugal.

dos Direitos Humanos¹²⁴. Foi também escolhido como uma das figuras da Comissão de Honra das comemorações do centenário de fundação do Sporting Clube de Portugal (SCP), por ser adepto do mesmo clube, ocorridas na temporada 2005/2006¹²⁵. A 11 de maio de 2010 foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Como reitor, sendo membro da comissão nacional e presidente da comissão diocesana para a visita do Papa João Paulo II a Portugal entre 10 e 14 de maio de 1982¹²⁶, acolheu no SO o Papa João Paulo II a 14 de maio de 1982, como consta da assinatura que deixou no livro de honra “cum benedictione / Joannes Paulus PP. II / 14.5.1982”¹²⁷. Enquanto Patriarca recebeu na sua diocese duas visitas papais: o Papa João Paulo II que veio a Portugal no ano 2000 por ocasião da beatificação dos pastorinhos Francisco e Jacinta Marto a 13 de maio em Fátima, tendo aterrado a 12 de maio em Lisboa, onde foi recebido por D. José, sendo por isso uma passagem curta; e o Papa Bento XVI que veio a Portugal entre 10 e 14 de maio de 2010, aí numa visita à diocese onde celebrou Missa no Terreiro do Paço, Lisboa, a 10 de maio. Participou no conclave que elegeu o Papa Bento XVI em abril de 2005¹²⁸, e no conclave que elegeu o Papa Francisco em março de 2013¹²⁹.

Como ordena o direito canónico¹³⁰, perto de completar os 75 anos de idade, o Patriarca escreveu ao Santo Padre pedindo a renúncia à sua missão de Pastor titular da diocese a 18 de fevereiro de 2011 por carta enviada através da Nunciatura Apostólica, reconhecendo total liberdade na decisão que o Papa tomasse sobre o assunto¹³¹. Essa renúncia só foi aceite a 18 de maio de 2013 com a nomeação do seu sucessor¹³², ficando com o título de Patriarca Emérito. Ao mesmo tempo, ficou Administrador Apostólico de Lisboa até à tomada de posse do novo Patriarca¹³³. A partir de julho ficou a morar numa casa, pertença do Patriarcado, em Sintra, aí queria “fazer um centro de espiritualidade e disse que o Papa o tinha encarregado de uma

¹²⁴ Cf. «Reunião Plenária de 10 de dezembro de 1998», *Diário da Assembleia da República*, Série I: VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, n. 26 (11 de Dezembro de 1998): 917. O Presidente da Assembleia da República no seu discurso lembra o exemplo de Cristo e o seu Sermão da Montanha.

¹²⁵ Aquando do seu falecimento o SCP emitiu também uma nota de pesar, cf. «D. José Policarpo: Nota de pesar», Site oficial do Sporting Clube de Portugal, 12 de Março de 2014, <https://www.sporting.pt/pt/noticias/clube/2014-03-12/d-jose-policarpo-0>.

¹²⁶ O presidente da comissão nacional foi o bispo auxiliar D. António dos Reis Rodrigues. Cf. «Actividades Pastorais», *Noticiário*, n. 54–55 (1982): 4; «Actividades Pastorais», *Noticiário*, n. 52–53 (1982): 3–4.

¹²⁷ *Seminário dos Olivais: Livro de Honra*, 1964.

¹²⁸ Como consta no registo oficial de presenças no conclave. Cf. «Initium Conclavis», *AAS* 97, n. 5 (2005): 692.

¹²⁹ Como consta no registo oficial de presenças no conclave. Cf. «Ingressio in Conclave», *AAS* 105, n. 4–5 (2013): 360.

¹³⁰ Cf. *Código de Direito Canónico*, 2ª Edição anotada (Braga: Edições Theologica, 1997), par. 1, cân. 401.

¹³¹ Cf. Nuno Rosário Fernandes, «Igreja de Lisboa expressa gratidão ao seu Bispo», *Voz da Verdade*, 27 de Fevereiro de 2011, 3974 edição, 5.

¹³² O Papa Francisco nomeou Patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente, até então Bispo titular do Porto (Cf. «Congregatio pro Episcopis: Provisio Ecclesiarum», *AAS* 105, n. 6 (2013): 476.).

¹³³ Ocorrida a 7 de julho de 2013 na Sé Patriarca de Lisboa, como consta na Ata da Tomada de Posse. Cfr «Acta da Tomada de Posse de D. Manuel José Macário do Nascimento Clemente», *Vida Católica*, 4, n. 1 (2013): 31–32.

missão, sobre a qual não podia falar, mas era uma missão noutra país”¹³⁴. Nunca se soube do que se tratava. Permaneceu ali até à sua morte.

Morreu vítima de um aneurisma na aorta no Hospital SAMS às 19h50 do dia 12 de março de 2014¹³⁵, depois de se ter sentido mal vindo do retiro anual dos bispos que estava a decorrer, como habitualmente, em Fátima na primeira semana da Quaresma. A 14 de março de 2014 foi celebrada a Missa Exequial por D. Manuel Clemente na Sé Patriarcal de Lisboa, ficando sepultado no Panteão dos Patriarcas, no Mosteiro de São Vicente de Fora. Esse dia foi marcado por luto nacional decretado pelo Governo¹³⁶. Muitas foram as personalidades do mundo eclesial e da sociedade civil que marcaram presença e manifestaram reconhecimento por D. José Policarpo¹³⁷.

1.2. O PATRIARCADO DE LISBOA

A Igreja de Lisboa teve um lugar especial na vida de D. José, como reconheceu. Deste modo, sentiu um carinho peculiar por aquela que foi sempre a sua “Igreja particular: nela fui batizado, nela nasceu e se consolidou a minha vocação sacerdotal; servi-a como padre e como bispo, ao longo de 36 anos; a ela sou agora dado e enviado, a um título especial e definitivo”¹³⁸. Mais, demonstrou uma amor incondicional por esta Igreja local que foi partilhado aquando do término do seu pontificado: “amo muito a Igreja de Lisboa, sinto-me muito amado pela Igreja de Lisboa. Ao terminar o meu ministério como Bispo diocesano, não posso terminar esta relação de amor; vou descobrir as novas formas de vos servir e amar”¹³⁹.

A sua pertença à diocese é também marcada pela sua pertença à Igreja-Mãe da diocese: a Catedral. Como afirmava no encerramento do seu jubileu sacerdotal: “em cinquenta anos de ministério sempre me senti profundamente ligado a esta Catedral, onde fui consagrado sacerdote. Aqui fui associado ao sacerdócio apostólico, daqui fui enviado em missão, sentimento renovado e aprofundando em cada missão que recebia, até ao dia em que fui

¹³⁴ Como afirmava o Cónego António Janela. Natália Faria et al., «Morreu o patriarca “que não pedia licença para dizer o que pensava”», *Público*, 13 de Março de 2014, 8735 edição, 8.

¹³⁵ Como consta no obituário oficial da Santa Sé. Cf. «Necrologio», *AAS* 106, n. 4 (2014): 342.

¹³⁶ Cf. Presidência do Conselho de Ministros, «Decreto n.º 7-A/2014», *Diário da República*, I, n. 51 (13 de Março de 2014): 1864 (2), <https://data.dre.pt/eli/dec/7-a/2014/03/13/p/dre/pt/html>.

¹³⁷ Destacamos: Aníbal Cavaco Silva, então Presidente da República – “Todos os Portugueses, crentes e não crentes, lamentam a perda de uma personalidade ímpar, que pela lucidez serena e pela luminosa inteligência da sua palavra constituiu, ao longo de décadas, uma das mais importantes referências éticas e espirituais da nossa sociedade” (Aníbal Cavaco Silva, «Palavras», *Voz da Verdade*, 23 de Março de 2014, 4115 edição.), neste número do jornal *Voz da Verdade* podemos encontrar as palavras de homenagem de outras figuras.

¹³⁸ Policarpo, «Discurso da Tomada de Posse como Arcebispo Coadjutor», 14.

¹³⁹ José Policarpo, «Creio na Santa Igreja», *Vida Católica*, 3, n. 44 (2013): 33.

reenviado para presidir, na plenitude do sacerdócio apostólico, a esta Igreja”¹⁴⁰. O Pe. Policarpo acompanhou as diversas reestruturações que a diocese, onde estava incardinado, foi tendo, até ao momento (já no processo final), em que foi também decisor de algumas dessas mudanças.

O Cardeal Cerejeira foi nomeado Patriarca de Lisboa a 18 de novembro de 1929 e resignou a 10 de Maio de 1971, sendo na vida de D. José, a referência episcopal diocesana no período de nascimento até ao seu primeiro ano como reitor. Nesse dia o Cardeal Ribeiro foi nomeado Patriarca, ficando até à sua morte, tendo sido o bispo residencial durante o reitorado de D. José.

Nos anos 60, com o II Concílio do Vaticano (CVII) surgiram indicações pastorais que levaram a repensar e a ajustar a pastoral da diocese, quer com a proposta das divisões paroquias, zonas pastorais e até diocesanas – ou seja, a revisão dos limites da área das dioceses, podendo acontecer a criação ou supressão em alguns casos – quer com os mecanismo de ação pastoral, principalmente a elaboração de um programa pastoral diocesano, que culminou, mais tarde, com a elaboração do Plano de Ação Pastoral (PAP)¹⁴¹. Achamos conveniente mencioná-lo pela sua pertinência para a reflexão pastoral e formação de instâncias que se seguiram, e que falaremos mais adiante, e pelo contributo que o Pe. José Policarpo deu para a formulação do documento.

Para tornar efetivo o desejo conciliar, o Cardeal Cerejeira começou por constituir, por decreto¹⁴² de 18 de abril de 1966, a comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado, que teve como presidente o Cón. Manuel Falcão (meses mais tarde foi nomeado Bispo Auxiliar de Lisboa). Nela estava também presente o Pe. José da Felicidade Alves (que mais tarde abandonou o ministério sacerdotal e a quem D. José celebrou o seu casamento canónico, que ficou mediático).

O primeiro passo ocorreu no mês seguinte. O Cardeal Cerejeira por decreto¹⁴³ de 29 de maio de 1966, respondendo ao relatório apresentado pela comissão e ouvindo as instâncias diocesanas para o efeito, dividiu o Patriarcado de Lisboa em três regiões pastorais: – até então a diocese só tinha vigarias que organizavam as paróquias por zonas, não existindo nenhuma outra divisão – a região pastoral de Lisboa – que ficou subdividida em oito zonas pastorais – a

¹⁴⁰ José Policarpo, «A Catedral, sinal da unidade da Igreja Diocesana», *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 91.

¹⁴¹ O texto integral do PAP pode ser lido no BDP: «Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 89 (1976): 7–19.

¹⁴² Cf. Manuel Cerejeira, «Decreto de Criação duma Comissão Preparatória para a Reestruturação Pastoral do Patriarcado de Lisboa», *Lumen* 30, n. 4 (1966): 406–8.

¹⁴³ Cf. Manuel Cerejeira, «Reestruturação Pastoral do Patriarcado de Lisboa: Decreto», *Lumen* 30, n. 5 (1966): 488–91.

região pastoral de Santarém e a região pastoral de Setúbal. A 16 de julho desse ano¹⁴⁴, por uma provisão, o Cardeal Cerejeira nomeou um responsável para cada região pastoral: Lisboa – D. António Monteiro; Santarém – D. António de Campos; Setúbal – Cón. João Alves (mais tarde, foi nomeado bispo de Coimbra).

Como resultado do trabalho das várias reuniões da comissão e como forma de preparação do futuro conselho presbiteral, aconteceu um segundo passo para este caminho: a primeira Assembleia do Clero do Patriarcado¹⁴⁵, que decorreu na Casa do Bom Pastor entre os dias 26 de setembro e 1 de outubro de 1966. Como fruto dos trabalhos e conclusões desta assembleia¹⁴⁶, foi criado, por decreto, o Secretariado de Acção Pastoral (SAP) – dissolvendo-se a comissão – a 29 de novembro de 1966, ficando o Cón. Manuel Falcão seu diretor, e a Fraternidade – primeiramente tinha o nome de Comissão – Diocesana de Previdência e Assistência ao Clero do Patriarcado na mesma data.

Mais tarde, criou-se o Conselho Presbiteral (CP), a 18 de novembro de 1967¹⁴⁷ – o Pe. Policarpo foi nomeado membro no segundo conselho¹⁴⁸; e o Conselho Pastoral Diocesano (CPD), criado, a título experimental, a 5 de maio de 1970¹⁴⁹, onde o Pe. Policarpo foi nomeado membro¹⁵⁰. Surge¹⁵¹ nesse tempo, de forma muito espontânea, o Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais. Estes conselhos são fruto das indicações conciliares¹⁵². Foi criado o Conselho Diocesano da Pastoral das Vocações e o Secretariado Diocesano da Pastoral das Vocações a 3

¹⁴⁴ Cf. Manuel Cerejeira, «Reestruturação Pastoral do Patriarcado de Lisboa: Provisão», *Lumen* 30, n. 6 (1966): 589–90.

¹⁴⁵ Esta assembleia foi o momento-chave de começar o «aggiornamento» conciliar na pastoral da diocese, nela participaram cerca de 120 padres. Para aprofundar este acontecimento (preparação, programa, participantes, comunicação inicial do Cón. Manuel Falcão, comunicado final, e palavras do Cardeal Cerejeira) recomendamos a leitura no BIP de «Assembleia do Clero do Patriarcado», *Boletim de Informação Pastoral*, n. 48–49 (1966): 9–19.

¹⁴⁶ Cf. «Movimento da Renovação Pastoral», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 3 (1968): 4–7.

¹⁴⁷ Cf. Manuel Cerejeira, «Decreto de Criação do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 1 (1968): 6.

¹⁴⁸ O primeiro sobre a presidência do Cardeal Ribeiro. Cf. António Ribeiro, «Decreto da constituição e convocação do segundo Conselho Presbiteral», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 42 (1972): 2–3.

¹⁴⁹ Cf. Manuel Cerejeira, «Decreto de Criação do Conselho Pastoral do Patriarcado», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 25–26 (1970): 14.

¹⁵⁰ Cf. Manuel Cerejeira, «Provisão a nomear os membros do Conselho Pastoral», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 25–26 (1970): 14–15.

¹⁵¹ Não sabemos ao certo a data da criação do mesmo, mas na convocação da segunda reunião do primeiro CP, o Cardeal Cerejeira refere-o como instância que se reúne com alguma regularidade, Cf. Manuel Cerejeira, «O Patriarcado na hora da renovação: Carta do Senhor Cardeal Patriarca ao Clero e Decreto de convocação do Conselho Presbiteral», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 11–12 (1969): 17–22.

¹⁵² As indicações do CVII: CP – Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Decretum de Presbyterorum Ministerio et Vita: Presbyterorum Ordinis», AAS 58 (1966): n. 7.; CPD – Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Decretum de Pastoralis Episcoporum Munere in Ecclesia: Christus Dominus», AAS 58 (1966): n. 27.

de outubro de 1970¹⁵³. O Secretariado Diocesano de Pastoral Juvenil (SDPJ) teve os seus estatutos aprovados a 12 de dezembro de 1979, pelo Bispo Auxiliar D. José Policarpo¹⁵⁴.

A par das estruturas ocorreu uma mudança de paradigma¹⁵⁵, passou-se para a comumente chamada «pastoral de conjunto», que levou a pensar em âmbito interparoquial e intervicarial. Promoveu-se um sentido de corresponsabilidade, de diálogo, de trabalho em conjunto, levando a que todos – bispo, padres, diáconos, consagrados ou leigos – reconheçam que têm um lugar na Igreja e um contributo a dar à missão da Igreja, nomeadamente o caráter apostólico do laicado no meio do mundo – percebemos que isto altera o modo de exercer o ministério sacerdotal.

O Pe. Policarpo foi um grande impulsionador deste olhar eclesiológico renovado pelo CVII, como indica o artigo que escreveu anos mais tarde para o BDP com as coordenadas teológicas do PAP em 1976. Como afirmava, “A Igreja não é um «negócio» de clérigos para «consumo» de leigos, com os religiosos como «intermediários». Cada um tem nela a sua dignidade própria, a sua tarefa específica. A Igreja deve ser, verdadeiramente, obra de todos”¹⁵⁶. Nele aponta a renovação pelo prisma da Liturgia, algo curioso, como declarava “Renovemos a Liturgia e teremos, em grande parte, renovado a Igreja”¹⁵⁷.

A 17 de Janeiro de 1975, depois de muita turbulência, duas tentativas falhadas, retrocessos e deceções¹⁵⁸, numa reunião do secretariado permanente do CP, o Patriarca Ribeiro constituiu uma comissão para elaborar o PAP – foi o momento chave, onde se aceitou a ideia do mesmo e se começou a elaborá-lo, passando de esquemas a formulações concretas – com os padres José Policarpo, Carlos Paes, Luís Mafra, José Sousa, António Janela, e mais tarde os padres José Serrazina e Henrique Canas. Sendo que o Pe. Policarpo foi o principal redator do mesmo, fazendo o anteprojeto do plano¹⁵⁹ e depois as sucessivas formulações, com os contributos dados pela comissão, que teve a sua composição diversas vezes alterada, e com as

¹⁵³ Cf. Cerejeira, «Comunicação ao Clero e Fiéis sobre as Vocações e Seminários».

¹⁵⁴ Cf. José da Cruz Policarpo, «Secretariado Diocesano da Pastoral Juvenil: Estatutos», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 106–108 (1979): 35–36.

¹⁵⁵ A primeira reunião que foi impulsionadora desta pastoral ocorreu a 18 de abril de 1967, foi o passo decisivo para uma mudança de mentalidade, mais do que as estruturas, que vieram meses depois. Cf. «Primeiro passo para a organização da pastoral de conjunto», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 3 (1968): 7–8.

¹⁵⁶ José Policarpo, «Coordenadas Teológicas do “Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa”», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 90 (1976): 7.

¹⁵⁷ Policarpo, 14.

¹⁵⁸ O Pe. Luís Mafra refere a dificuldade da elaboração do PAP e os obstáculos em se tornar concreto a sua aplicação na diocese, ao fazer a história da redação do mesmo. Cf. Luís Mafra, «Breve apanhado da história da elaboração do Plano de Acção Pastoral do Patriarcado - PAP apresentado à diocese em 15 de Setembro de 1976», *Lusitania Sacra*, 2, n. 8–9 (1997 de 1996): 681–707.

¹⁵⁹ O texto integral deste anteprojeto pode ser consultado no BDP: «Anteprojecto de Plano Pastoral para a Diocese de Lisboa», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 83–84 (1975): 4–7.

indicações vindas das reuniões do CPD e do CP, sendo o Pe. Mafra e o Pe. Policarpo os únicos a terem estado sempre presentes em todo o processo desta nova comissão.

O PAP foi apresentado à Diocese de Lisboa a 14 de setembro de 1976 pelo Cardeal Ribeiro. Foi amplamente divulgado pela diocese, mas a sua aplicação, possivelmente pelo seu tom considerado por alguns demasiado teórico, não foi como se esperaria. D. José criticou numa intervenção, anos mais tarde, a 10 de outubro de 1989, numa reunião geral do clero do Patriarcado, o sistema de programas pastorais e fez uma sugestão em relação ao PAP¹⁶⁰. Em 1978 foram publicados dois cadernos, pelo Centro de Estudos Pastorais, que visavam o apoio ao estudo e aprofundamento do PAP, um deles da autoria do Pe. Policarpo intitulado «A Igreja – comunidade de Fé e de Amor»¹⁶¹.

Tornou-se necessário pelo aumento da população e a conseqüente diversidade da extensa área do Patriarcado, com características pastorais muito diversas, procurando sempre o melhor para o Povo de Deus, a autonomização das regiões pastorais acima identificadas. Assim, o Patriarcado reformula a sua área geográfica e, por bulas papais do Papa Paulo VI de 16 de julho de 1975, são criadas duas novas dioceses¹⁶² com os nomes respetivos das regiões pastorais: a Diocese de Santarém (Bula Apostólica *Sedis Consuetudinem*) e a Diocese de Setúbal (Bula Apostólica *Studentes Nos*). Contudo, o Seminário de Almada e o Santuário de Cristo-Rei ficaram integrados no Patriarcado. O primeiro só seria entregue, já com D. José como Patriarca, como instância independente à Diocese de Setúbal no ano 1999, com a reestruturação dos seminários diocesanos em Lisboa, como veremos adiante.

Igualmente notório na vida do presbitério são os cursos de Atualização Teológico-Pastoral do Clero do Patriarcado¹⁶³, no seminário, iniciados em 1969, com três ciclos (anos), para que os padres recebessem uma atualização com o grande contributo dos textos conciliares e suas novidades. O Pe. Policarpo foi o professor de teologia do IV turno – quarta turma – do primeiro ano, decorrido entre 4 e 27 de maio de 1970¹⁶⁴, continuado a ser professor nos turnos seguintes. A 1 de fevereiro de 1971 o Pe. Policarpo, por ser reitor, presidiu à Missa de início do II turno do segundo ciclo, como contam as notícias no *Boletim de Pastoral Diocesana*¹⁶⁵.

¹⁶⁰ Não conseguimos ter acesso nem à intervenção, nem à carta de 20 de outubro de 1989 do Pe. Luís Mafra entregue a D. José, intitulada por “Pastoral diocesana, PAP e programas pastorais”, onde é explicada o ocorrido e a opinião do mesmo em relação à intervenção de D. José.

¹⁶¹ Cf. «Plano de Acção Pastoral», *Noticiário*, n. 2 (1978): 3.

¹⁶² Cf. «Novas Dioceses de Setúbal e Santarém», *Lumen*, 2, 36, n. 8–9 (1975): 378.

¹⁶³ Cf. «Curso de Actualização Teológico-Pastoral para o Clero do Patriarcado», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 18–19 (1969): 6–7. Paralelamente a este curso decorrem na diocese cursos – de diversos âmbitos – para os leigos.

¹⁶⁴ Cf. «Previstos em 1970-71 seis turnos do Curso de Actualização do Clero», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 25–26 (1970): 9.

¹⁶⁵ BDP. Cf. «Reciclagem do Clero», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 31–32 (1971): 17.

No âmbito dos seminários, referimos ainda duas reuniões¹⁶⁶, a que o bispo Policarpo presidiu da comissão encarregada pelo Cardeal Ribeiro de estudar o problema do seminário menor. A primeira a 5 de fevereiro de 1981 e a segunda a 26 de março do mesmo ano. Colaborou também na reflexão nacional sobre a restauração do diaconado permanente em Portugal, nomeadamente com duas conferências na semana nacional de reflexão sobre o tema em Fátima de 5 a 9 de novembro de 1979¹⁶⁷. A 11 de novembro de 1989, o Bispo Policarpo presidiu à reunião dos padres formadores dos seminários da diocese para preparar o novo ano pastoral, que a seu pedido refletiu sobre a unidade formativa dos seminários e pré-seminário, e da etapa a que corresponde cada um. Daí saiu um documento¹⁶⁸ com as conclusões e redefinições, datado de 30 de novembro de 1989, que depois foi aprovado e confirmado pelo Cardeal Ribeiro a 14 de março de 1990.

Um marco importante na vida da Igreja (por isso, necessariamente, na vida da Igreja de Lisboa) é o jubileu do ano de 2000, conhecido como o Ano Santo. O Patriarca D. José Policarpo conduziu a igreja lisbonense na sua preparação e vivência, com atividades diversas para os vários setores da sociedade, destacou-se o jubileu dos sacerdotes com a Assembleia Diocesana dos Sacerdotes em Fátima.

Outro marco para a Igreja de Lisboa foram os vários encontros de evangelização (tema chave no pensamento do Cardeal Policarpo). O primeiro grande evento foi a participação na organização do décimo terceiro Encontro Internacional Povos e Religiões intitulado por *Oceanos de Paz: Religiões e Culturas em diálogo* no ano de 2000, ocorrido em Lisboa, e que aprofundaremos mais adiante. De seguida, convocou a Diocese para receber a terceira sessão do *Congresso Internacional para a Nova Evangelização* (ICNE), em 2005 – “iniciativa sua, com os cardeais-arcebispos de Viena, Paris, Bruxelas, juntando-se depois o de Budapeste”¹⁶⁹..

Juntamente no desejo de ligação às outras igrejas promoveu em Lisboa o Encontro Europeu de Jovens organizado pela comunidade de Taizé, que decorreu entre 28 de dezembro

¹⁶⁶ Cf. «Seminários», *Noticiário*, n. 39 (1981): 5; «Seminários», 1981, 4.

¹⁶⁷ Com os temas: «A Igreja como comunhão de carismas e ministérios» e «O ministério diaconal para uma Igreja em renovação». Cf. Luís Lopes, «Restauração do Diaconado Permanente», *Boletim Diocesano de Pastoral*, 2, n. 6 (1986): 27–31.

¹⁶⁸ O documento final poder ser encontrado em: José Policarpo et al., «Reunião dos Padres dos Seminários e Pré-Seminário» (Lisboa, 30 de Novembro de 1989), Arquivo do Pré-Seminário de Lisboa. Surge já aqui uma hipótese de um ano propedêutico, neste caso no Seminário de Almada, algo que veio a ser incrementado, como veremos, anos mais tarde em São José. O documento foi aprovado pelo D. José Policarpo, o Cón. Manuel Clemente, o Cón. Pires de Campos, o Pe. Álvaro Bizarro e o Pe. Mário Pedras numa reunião a 7 de fevereiro de 1990. E depois enviado para o Patriarca que aprovou a 14 de março de 1990, esta versão tem assinada à mão a aprovação do documento por parte do Patriarca Ribeiro. Houve mais reuniões deste âmbito, elas começaram nos anos 70 a pedido do Cardeal Cerejeira.

¹⁶⁹ Manuel Clemente, «Cardeal Policarpo, ou o tempo assinalado», em *Atraídos pelo infinito* (Lisboa: Alêtheia Editores, 2011), 105.

de 2004 e 1 de janeiro de 2005. Recebeu a Missão Metr poles, projeto proposto em 2012 no âmbito da nova evangeliza o pelo Papa Bento XVI a 12 grandes cidades europeias, entre elas Lisboa. Assim, o Patriarca D. José inseriu o Patriarcado de Lisboa na rede das principais dioceses europeias. Nos vários anos comemorativos que a Igreja foi vivendo, destaca-se o encerramento do Ano do Rosário no Est dio Nacional do Jamor com a celebra o do Terço Vivo presidida por D. José, com a presena da Cruz das Jornadas Mundiais da Juventude.

1.2.1. ESTATÍSTICAS DO EPISCOPADO DO PATRIARCA POLICARPO¹⁷⁰

Dom José Policarpo ordenou diversos diáconos transit rios (isto  , com vista ao sacerdócio), diáconos permanentes, presbíteros e bispos, quer diocesanos quer religiosos.

Enquanto Bispo Auxiliar presidiu a 26 de dezembro de 1978   ordena o de um diácono dos sagrados coraoens¹⁷¹, a primeira que há registo; a 25 de maro de 1979   ordena o diaconal de quatro dehonianos¹⁷²; a 14 de junho de 1980   ordena o de um diácono dos padres marianos¹⁷³; a 26 de julho de 1980   ordena o de dois padres e um diácono salesianos¹⁷⁴; a 21 de dezembro de 1980   ordena o de um padre dehoniano¹⁷⁵; a 22 de novembro de 1981   ordena o de um diácono dehoniano¹⁷⁶; a 7 de maro de 1982   ordena o de um diácono dominicano¹⁷⁷; a 25 de julho de 1982 um padre e um diácono salesianos¹⁷⁸; a 1 de maio de 1983 dois diáconos claretianos¹⁷⁹; a 2 de junho de 1983   ordena o de um padre agostinho¹⁸⁰. Foi bispo co-ordenante a 22 de janeiro de 1983 da ordena o episcopal do Pe. Albino Cleto – nomeado Bispo Auxiliar de Lisboa. Como Arcebispo Coadjutor, encontrando-se D. António Ribeiro já bastante debilitado, ordenou a 29 de junho de 1997¹⁸¹ seis sacerdotes – cinco diocesanos e um franciscano; nesse mesmo ano, a 28 de setembro, ordenou mais três sacerdotes diocesanos.

Como Patriarca de Lisboa presidiu   sua primeira ordena o a 17 de maio de 1998, a ordena o episcopal de D. Tomaz da Silva Nunes – nomeado Bispo Auxiliar do Patriarcado, foi co-ordenante da ordena o episcopal de D. José Alves – nomeado na mesma altura para

¹⁷⁰ Cf. Diogo Paiva Brandão, «Ser Padre   uma aventura de servio e de amor», *Voz da Verdade*, 23 de Junho de 2013, 4082 edio, 2–4.

¹⁷¹ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 13 (1979): 2.

¹⁷² Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 16 (1979): 2.

¹⁷³ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 30 (1980): 4.

¹⁷⁴ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 32–33 (1980): 2.

¹⁷⁵ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 37 (1981): 2.

¹⁷⁶ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 49 (1982): 3.

¹⁷⁷ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 50 (1982): 2.

¹⁷⁸ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 56–57 (1982): 2.

¹⁷⁹ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 65 (1983): 2.

¹⁸⁰ Cf. «Ordenaoens», *Noticiário*, n. 66 (1983): 3.

¹⁸¹ Cf. «Ordenaoens», *Vida Católica*, 2, n. 36 (1997): 538.

Bispo Auxiliar do Patriarcado – a 31 desse mês¹⁸²; no mesmo ano a 5 de julho¹⁸³ ordenou cinco sacerdotes – três diocesanos e dois dehonianos – e cinco diáconos permanentes; e a 29 de novembro¹⁸⁴ mais três sacerdotes – um diocesano, um franciscano e um dehoniano.

Em 1999, ordenou a 4 de julho cinco sacerdotes – dois diocesanos e três franciscanos. Nesse ano não presidiu às habituais ordenações diaconais de Advento por motivos de saúde. Iniciou o ano jubilar 2000 com a ordenação episcopal do seu sucessor, D. Manuel Clemente – nomeado Bispo Auxiliar de Lisboa –, a 22 janeiro¹⁸⁵; nesse ano ordenou quatro padres – todos diocesanos – e dois diáconos permanentes a 2 de julho¹⁸⁶. Em 2001 ordenou a 1 de julho¹⁸⁷ um padre dehoniano e dois diáconos permanentes; nesse mesmo ano ordenou seis padres – três diocesanos e três franciscanos – a 23 de setembro; a 14 de outubro¹⁸⁸ desse ano em Bragança ordenou bispo D. António Montes Moreira – nomeado Bispo de Bragança-Miranda.

A 29 de junho de 2002¹⁸⁹ ordenou sete sacerdotes – seis diocesanos e um paulista – e sete diáconos permanentes – dois celibatários e cinco casados. Em 2003, ano do seu jubileu episcopal, ordenou a 29 de junho¹⁹⁰ cinco padres – quatro diocesanos e um verbita; nesse mesmo ano a 30 de novembro¹⁹¹ ordenou um diácono permanente – juntamente com mais alguns diáconos em vista ao sacerdócio, que aqui não contabilizamos. A 27 de junho de 2004¹⁹² ordenou sete sacerdotes – cinco diocesanos e dois dominicanos – e quatorze diáconos permanentes. Em 2005 ordenou no Porto a 2 de abril¹⁹³ bispo D. Carlos Azevedo – nomeado Bispo Auxiliar de Lisboa; nesse mesmo ano a 26 de junho¹⁹⁴ ordenou seis padres – cinco diocesanos e um franciscano – foram também ordenados diáconos permanentes.

A 2 de julho de 2006¹⁹⁵ ordenou sete sacerdotes – três diocesanos, dois dehonianos, um dominicano e um franciscano. Em 2007 ordenou a 1 de julho¹⁹⁶ sete padres – seis diocesanos e um vicentino – e quatro diáconos permanentes – um celibatário e três casados. A 10 de fevereiro de 2008¹⁹⁷ ordenou um sacerdote diocesano na Sé de Lisboa; a 30 de março desse ano ordenou

¹⁸² Cf. «Novos Bispos Auxiliares de Lisboa», *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 405–6.

¹⁸³ Cf. «Ordenações», *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 477.

¹⁸⁴ Cf. «Ordenações», *Vida Católica*, 2, n. 39 (1998): 710.

¹⁸⁵ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 212.

¹⁸⁶ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 5 (2000): 233.

¹⁸⁷ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 8 (2001): 256–57.

¹⁸⁸ Cf. Policarpo, «Homília na Ordenação Episcopal de D. António Montes Moreira».

¹⁸⁹ Cfr. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 11 (2002): 125.

¹⁹⁰ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 14 (2003): 182–83.

¹⁹¹ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 312.

¹⁹² Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 17 (2004): 187–88.

¹⁹³ Cf. José Policarpo, «Ministério Episcopal, Ministério de Unidade», *Vida Católica*, 3, n. 19 (2005): 295–98.

¹⁹⁴ Cf. José Policarpo, «A experiência pascal do amor de Cristo, fonte de sentido do amor com que os Sacerdotes amam a Igreja», *Vida Católica*, 3, n. 20 (2005): 151–56.

¹⁹⁵ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 23 (2006): 149.

¹⁹⁶ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 26 (2007): 262.

¹⁹⁷ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 28 (2008): 309.

bispo D. Joaquim Mendes – nomeado Bispo Auxiliar de Lisboa; no mesmo ano a 29 de junho¹⁹⁸ ordenou sete sacerdotes – todos diocesanos, dos quais dois pela primeira vez formados no Seminário *Redemptoris Mater*.

No ano Paulino de 2009 ordenou a 28 de junho¹⁹⁹ três novos padres – todos diocesanos – e cinco diáconos permanentes – todos casados. A 27 de junho de 2010²⁰⁰ ordenou seis sacerdotes – cinco diocesanos e um dominicano – e quatro diáconos permanentes – todos casados. Em 2011 ordenou bispo D. Ildo Fortes – nomeado Bispo do Mindelo, Cabo Verde – a 3 de abril²⁰¹; no mesmo ano a 2 de julho²⁰² ordenou seis padres – cinco diocesanos e um dominicano – e oito diáconos permanentes – todos no estado de casados; a 2 de outubro²⁰³ em Bragança ordenou bispo D. José Cordeiro – nomeado Bispo de Bragança-Miranda; a 20 de novembro²⁰⁴ desse ano ordenou bispo D. Nuno Brás – nomeado Bispo Auxiliar de Lisboa;

A 1 de julho de 2012²⁰⁵ ordenou cinco sacerdotes – quatro diocesanos e um jesuíta – e dois diáconos permanentes. A 29 de junho de 2013²⁰⁶, já como Administrador Apostólico, presidiu às suas últimas ordenações, antes da tomada de posse do novo Patriarca, nelas ordenou seis padres – todos diocesanos.

Ao todo D. José Policarpo, enquanto Patriarca, ordenou 8 bispos como ordenante principal, 97 padres, dos quais 73 eram diocesanos, e 54 diáconos permanentes. Assim, pode considerar-se que muito do presbitério da diocese de Lisboa foi marcado pelo exercício do ministério deste Patriarca.

1.3. A PERSPETIVA DO II CONCÍLIO DO VATICANO NA VIDA DO PATRIARCA POLICARPO

Como se intitulava, D. José faz parte da “geração da «Gaudium et Spes»”²⁰⁷, isto é, a geração de teólogos e padres que procuraram o diálogo da Igreja com o Mundo, que procuraram pôr em prática o que iam lendo e vivendo do Concílio. Como vimos anteriormente, viveu em Roma o pós-Concílio, isso levou-o a ter solicitações para participar em “grupos de reflexão conciliar”²⁰⁸. Porém, como estava muito focado na tese, acabou por participar de forma fugaz

¹⁹⁸ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 29 (2008): 310.

¹⁹⁹ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 267–68.

²⁰⁰ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 35 (2010): 166–67.

²⁰¹ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 299.

²⁰² Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 222–23.

²⁰³ Cf. José Policarpo, «Vai, toma conta da minha Vinha», *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 95–98.

²⁰⁴ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 185.

²⁰⁵ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 41 (2012): 217–18.

²⁰⁶ Cf. «Registo de Actos Oficiais», *Vida Católica*, 3, n. 44 (2013): 58.

²⁰⁷ José Policarpo, «Discurso no lançamento da Revista Didaskalia», *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 84.

²⁰⁸ Robalo e Lima, «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”», 28.

nessas reuniões. Todavia, como reconhece, dialogar com o mundo em que vivia não foi uma tarefa fácil, surgindo diversos desafios.

A Igreja enfrentava um quadro cultural com muitas matizes complexas, como D. José afirmava: “o naturalismo, que leva à perda da dimensão sobrenatural; o individualismo, que destrói a vocação de comunhão, em comunidade; o triunfalismo da razão, que compromete a adesão a uma verdade que nos é revelada; a alteração ética, fruto de um exercício individualista da liberdade; a perda do verdadeiro sentido de felicidade”²⁰⁹. Todavia, “a Igreja [sabe que] deve realizar a sua missão e o seu ser numa relação consciente com o mundo em que está inserida e para o qual é portadora de mensagem e sacramento de salvação”²¹⁰, uma imagem eclesiológica conciliar²¹¹. Já que a “missão da Igreja não pode centrar-se na rejeição da sociedade como um todo. Deve ler os «sinais dos tempos», ou seja, identificar as perspectivas que podem encontrar a sua verdade plena na profundidade cristã”²¹², como afirmava D. José.

D. José “como homem, como padre, como bispo, como homem da Igreja, como pensador, como homem da cultura”²¹³ sentia-se capaz de dialogar com todos, – um exemplo concreto foram as Cartas que trocou no Diário de Notícias com Eduardo Prado Coelho²¹⁴ – de ser próxima do irmão, com “ateus, agnósticos, mal crentes, descrentes, com outras posições políticas”²¹⁵.

O Concílio provocou, como observa, uma mudança de paradigma, uma conversão de estruturas, mesmo eclesiais, desafiando a novas relações, “uma relação da Igreja com a sociedade, e da Igreja com os diversos componentes da sociedade: o diálogo ecuménico, o diálogo inter-religioso, a convivência democrática das pessoas na construção da Justiça e da Paz”²¹⁶. Impulsionador destes diálogos, não podemos esquecer o seu contributo para o décimo terceiro encontro internacional inter-religioso intitulado por *Oceanos de Paz* no ano de 2000, em Lisboa, organizado pela Comunidade de Santo Egídio com a contribuição do PL. Como afirmava: “lendo os sinais dos tempos, perscrutando com esperança o dinamismo profundo do

²⁰⁹ José da Cruz Policarpo, «Laicidade e Laicismo: Igreja, Estado e Sociedade», em *Laicidade do Estado e da Igreja* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2008), 138.

²¹⁰ Policarpo, «Coordenadas Teológicas do “Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa”», 6.

²¹¹ Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Constitutio Dogmatica de Ecclesia: Lumen Gentium», *AAS* 57 (1965): n. 48. *Catecismo da Igreja Católica*, 2ª edição (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999), n. 774–776.

²¹² Clemente, «Cardeal Policarpo, ou o tempo assinalado», 121. Tradução deste excerto feita por D. Manuel Clemente de uma conferência em francês proferida no Encontro Europeu da Cultura Cristã (Viena, 3 de maio de 2006).

²¹³ Policarpo, «Discurso no lançamento da Revista Didaskalia», 84.

²¹⁴ Cf. José Policarpo e Eduardo Prado Coelho, *Diálogos sobre a Fé*, 3ª, Testemunhos (Lisboa: Notícias Editorial, 2004).

²¹⁵ Policarpo, «Discurso no lançamento da Revista Didaskalia», 84.

²¹⁶ José Policarpo, «A laicidade», *Communio: Revista Internacional Católica*, n. 5 (2001): 395.

mundo contemporâneo, podemos discernir sinais de esperança, grandes dinamismos e processos em curso, anunciadores do progresso da harmonia e da paz”²¹⁷, sinais esses encontrados no diálogo ecuménico e no diálogo inter-religioso. E o encontro que teve a 27 de novembro de 2001 com o 14º Dalai Lama do Tibete no Mosteiro de São Vicente.

A Igreja, como pede o II Concílio do Vaticano, tem de olhar o mundo, procurar compreender a sociedade: “A Igreja tem o dever de perscrutar incessantemente os sinais dos tempos e de os interpretar à luz do Evangelho, de tal sorte que possa responder, de um modo adequado a cada geração, às perenes interrogações dos homens sobre o sentido da vida presente e futura e sobre a sua relação recíproca. Importa, por conseguinte, conhecer e compreender este mundo no qual vivemos, as suas esperanças, as suas aspirações, a sua índole frequentemente dramática”²¹⁸.

Ler os sinais dos tempos significa assim, nas palavras de D. José, que “a Igreja deve estar atenta à História dos homens e captar nela sinais positivos do Reino de Deus. Porque uma sociedade justa não está apenas presente na realidade explícita do cristianismo, mas acontece também na vida dos homens”²¹⁹. Isto é, “Ela [, a Igreja,] tem de perscrutar continuamente a história dos homens para lhe captar as grandes linhas de força, aqueles dinamismos e anseios que sendo busca de valores, se podem transformar em abertura ao Evangelho”.²²⁰ É com a Igreja que podemos ler estes sinais dos tempos: “A comunidade eclesial dispõe dos meios que a convertem na entidade autorizada para efetuar a leitura crente dos sinais dos tempos”²²¹. Como D. Manuel Clemente reconheceu: “lembro-me – de memória antiga e recente – como no seu discurso normal [de D. José] estava e continua presente a mesma atenção ao que se passa, lendo-o teologicamente, para lhe corresponder pastoralmente. Sempre a atenção ao devir dos acontecimentos, sempre assinalado o tempo e tomando-o como sinal”²²².

Sabemos que no século XX “a presença e a relação dos católicos e da Igreja com a sociedade portuguesa assenta em novas bases e, progressivamente, utiliza novos e modernos meios — expressão do processo de secularização e laicização da sociedade, para a qual a própria Igreja Católica também contribui. Foi o que aconteceu com a utilização dos principais meios

²¹⁷ José Policarpo, «Discurso do Patriarca de Lisboa na Sessão de Abertura do Encontro», *Vida Católica*, 3, n. 6 (2006): 205. Para ler mais intervenções de D. José neste encontro: José Policarpo, «Homilia do Patriarca de Lisboa na Celebração Eucarística», *Vida Católica*, 3, n. 6 (2006): 197–200; José Policarpo, «Mensagem Final do Patriarca de Lisboa no Encerramento do Encontro», *Vida Católica*, 3, n. 6 (2006): 211–13.

²¹⁸ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Constitutio Pastoralis de Ecclesia: Gaudium et Spes», AAS 58 (1966): n. 4.

²¹⁹ Robalo e Lima, «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”», 28.

²²⁰ Policarpo, «Coordenadas Teológicas do “Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa”», 6.

²²¹ Domingos Terra, *A leitura crente dos sinais dos tempos: fundamentação, procedimento e dificuldades* (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012).

²²² Clemente, «Cardeal Policarpo, ou o tempo assinalado», 101.

de comunicação social, da imprensa à rádio, passando depois pela televisão, até à utilização dos mais recentes media.”²²³ Deste modo a Igreja procura descobrir novas formas de cumprir o mandato apostólico, de chegar ao coração de cada homem que está sedento de Deus. O padre é chamado a ser o propulsor deste diálogo da Igreja com o Mundo, esta é a missão da Igreja hoje, esta é a missão do padre hoje. Como afirmava D. José: “para a missão da Igreja no mundo de hoje são precisos homens e mulheres cristãos, com uma fé sólida, esclarecida e experimentada na vida”²²⁴. Isso acontece, necessariamente, com a ajuda dos padres que ensinam, que orientam, que conduzem os cristãos no seu quotidiano.

Outro aspeto é o pensar a teologia no *post* Concílio. Assim, questionamo-nos afinal o que é a teologia? Como pensa o teólogo o mundo atual? Para o Patriarca Policarpo a teologia é “a arte de dizer a fé, sempre, em todas as circunstâncias, sempre de novo, sem se repetir, sem fechar nenhuma porta, nem à surpresa nem ao horizonte novo ainda não descoberto”²²⁵. Mais “a teologia não é uma ciência teórica, mas uma realidade que tem cada um de viver e sentir na própria carne, numa dimensão existencial. Os problemas concretos da vida são ponto de partida para a reflexão cristã”²²⁶, como afirmava como professor do primeiro curso sobre Pastoral da Caridade organizado pela Cáritas Diocesana em 1971. Ainda, numa conferência em 1989, “para mim, hoje, a teologia é cada vez mais, uma sabedoria e menos uma ciência, porque ela é impossível sem a fé e sem a razão”²²⁷, desvinculando-a assim de uma ciência da religião, porque para o teólogo é preciso fé.

Nos documentos conciliares o tema do sacerdócio ministerial é relevante, daí que dois dos oitos decretos conciliares se centrem neste assunto, para além das várias referências noutros documentos: o decreto *Presbyterorum Ordinis*²²⁸ sobre o ministério e a vida dos presbíteros e o decreto *Optatam Totius*²²⁹ sobre a formação sacerdotal. Como lembra o Padre Manuel Morujão, o âmago do pensamento sobre o sacerdócio na perspetiva conciliar é a “vivência do mistério da encarnação pelos sacerdotes, à imitação de Cristo Sacerdote, que não viveu

²²³ Paulo Fontes, «O catolicismo português no século xx: da separação a democracia», em *História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002), 135. Encontramos aqui uma das razões para o desejo do projeto televisivo religioso apresentado anteriormente.

²²⁴ José Policarpo, «Congresso Diocesano da Pastoral Juvenil», *Raiz*, n. 50 (1985): 14.

²²⁵ Policarpo, «Discurso no lançamento da Revista Didaskalia», 83.

²²⁶ «Curso Diocesano da Pastoral da Caridade», *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 31–32 (1971): 15. A sua cadeira chamava-se Teologia da Caridade, eram apenas três disciplinas cada uma com um professor diferente. As lições eram dadas presencialmente, mas podiam também ser acompanhadas por correspondência, onde os textos comentados pelos professores eram enviados por correio, não conseguimos ter acesso às lições do Pe. Policarpo.

²²⁷ José Policarpo, «Fé e Cultura», *Boletim de Formação e Informação*, n. 7–8 (1990): 8. Conferência que deu no Encontro Nacional das Escolas Católicas, ocorrido em Fátima em setembro de 1989.

²²⁸ Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Decretum de Presbyterorum Ministerio et Vita: Presbyterorum Ordinis».

²²⁹ Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Decretum de Institutione Sacerdotali: Optatam Totius», AAS 58 (1966): 713–27.

separado ou segregado da vida real dos seus contemporâneos. O sacerdote, em nome de Deus, tem de estar atento à vida dos homens e mulheres do tempo atual”²³⁰.

Inerente a este pensamento surge o desafio de os presbíteros reconhecerem e promoverem “a dignidade e a participação própria dos leigos na missão da Igreja (...) [entregando-lhes] obras do serviço da Igreja, deixando-lhes espaço e liberdade de ação”²³¹. Isto é uma provocação claramente conciliar, caminhávamos para o “processo de desclericalização da Igreja, ou de afirmação da Igreja não a partir de uma estrutura clerical, mas da Igreja como comunidade de todos os batizados”²³². A mudança do modelo eclesiológico vigente provocou necessariamente a renovação de olhar o sacerdócio.

A colaboração do padre com os leigos é algo que o Patriarca procurou incutir na sua ação pastoral, como vimos no seu contexto histórico. Os padres aproximam-se, desta forma, da realidade na qual são chamados a exercer o seu múnus sacerdotal, conscientes das capacidades e desafios do homem de hoje, não se trata de aplicar fórmulas pré-estabelecidas em massa, mas de conhecer pessoalmente cada ovelha do rebanho, de a desafiar segundo as suas capacidades. Em 1998²³³ reconheceu que a diocese ainda se encontrava muito centrada nos padres, mas que já tinha feito caminho de responsabilização dos leigos na vida pastoral, ficando desafios para o seu tempo de Patriarca.

É de notar a mudança terminológica que o Concílio provocou na apresentação deste tema. Se antes falávamos de sacerdote, o Vaticano II recuperou o termo grego presbítero para se referir aos ministros ordenados que receberam o segundo grau da ordem, reconhecendo o sacerdócio²³⁴ com duas aceções: o sacerdócio comum dos fiéis – todo o batizado é chamado a participar na missão de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei – e o sacerdócio ministerial, nos seus diversos graus. Como afirmava, “são diferentes um do outro na sua essência, e não apenas em graus; mas ordenam-se um para o outro; com efeito, um e outro participam do sacerdócio único de Cristo, cada um segundo o seu modo peculiar”²³⁵.

Este tema voltou de forma concreta à reflexão da Igreja no tempo que se seguiu ao Concílio. Nomeadamente, na segunda Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos

²³⁰ Manuel Morujão, «Sacerdotes como Cristo quer e a Igreja precisa para o mundo atual», em *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares* (Lisboa: Paulus, 2012), 157–58.

²³¹ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Decretum de Presbyterorum Ministerio et Vita: Presbyterorum Ordinis», n. 9.

²³² Policarpo, «A laicidade», 395.

²³³ Cf. José Policarpo, «A Igreja de Lisboa ao ritmo do Espírito: Comunicação nas Jornadas Diocesanas», *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 385–86.

²³⁴ Ao mesmo tempo, reconhecendo que não se trata mais do sacerdócio com o sentido da Antiga Aliança, não há mais sacrifícios de animais, vários sacerdócios, mas um só e único sacerdócio, ministério e sacrífico: o de Cristo.

²³⁵ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Constitutio Dogmatica de Ecclesia: Lumen Gentium», n. 10.

ocorrida entre 30 de setembro e 6 de outubro de 1971, com o tema: “O sacerdócio ministerial e a justiça no mundo”; e na oitava Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos ocorrida entre 30 de setembro e 28 de outubro de 1990, que tinha como tema: "A formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais". Dela nasceu a Exortação Apostólica Pós-Sinodal intitulada *Pastores dabo vobis*²³⁶, do Papa São João Paulo II, documento incontornável na reflexão do sacerdócio pós-conciliar.

²³⁶ Cf. João Paulo II, «Adhortatio Apostolica Postsynodalis: Pastores Dabo Vobis», AAS, n. 84 (1992): 657–804.

CAPÍTULO 2

SER PADRE, FORMAR PADRES, APASCENTAR PADRES

D. José afirmava que “a primeira preocupação de uma Igreja particular, a que preside o Bispo como Sucessor dos Apóstolos, é a renovação contínua do seu presbitério, a maneira como escolhe, forma, consagra e envia os futuros sacerdotes. Esta exigência não termina com o Seminário, pois prolonga-se na integração dos novos sacerdotes, na formação contínua de todos, na solicitude com que se acompanham os sacerdotes durante toda a sua vida”²³⁷. É sobre este acompanhamento que D. José refletiu no seu magistério como Reitor e depois como Patriarca, e que veremos agora em análise.

2.1 O PADRE E BISPO POLICARPO, REITOR: SÍNTESE DO PENSAMENTO SOBRE O PRESBITERO

Retomando, em 1970 o Padre Policarpo é nomeado reitor do Seminário Maior da Diocese. Desde 1971, data da primeira carta em arquivo – não sabemos se terá havido carta no primeiro ano enquanto reitor –, que escreveu quase todos os anos, no início de ano, aos seus Seminaristas, cartas essas que iremos apresentar num modelo cronológico anual. Nelas apresentava o ano e programava-o tematicamente, com desafios e propostas concretas que nos ajudam a perceber o amadurecimento da sua reflexão sobre o sacerdócio, a sociedade e a Igreja,

Ao escrever, já como Patriarca, sobre o SO, expõe as diretrizes que este apresenta e que o ligam às diretrizes da própria diocese: a unidade do presbitério; a qualidade da liturgia; os estudos teológicos que visam a sabedoria; a abertura à vastidão da realidade²³⁸. Estas são marcas chave que aparecerão nas cartas de início de ano.

Se enquanto seminarista viveu e recebeu as ordens menores e maiores, como reitor viveu a transformação do processo da formação sacerdotal. A 15 de agosto de 1972 o Papa Paulo VI publicou a Carta Apostólica na forma de *Motu Proprio Ministeria Quaedam*²³⁹, com a qual é suprimida a tonsura; as ordenas menores – que explicámos anteriormente, aquando da receção por parte do seminarista José Policarpo – passam a ser chamadas de ministérios, e são reduzidos

²³⁷ José Policarpo, «O Seminário na Igreja Particular», *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 22.

²³⁸ Cf. Policarpo, «O Seminário na Igreja Particular». O Cónego Carlos Paes ao refletir sobre o modelo que a equipa formadora (Reitor D. José, Vice-Reitor Cón. Carlos e restante equipa) concebia corrobora esta leitura de D. José, reconhecendo que se pretendia “criar uma comunidade eclesial de formação, onde se pre parassem pastores para o Povo de Deus, dotados duma espiritualidade ministerial, duma formação teológica conciliar, duma cultura plural e aberta à modernidade, e de um sentido de Igreja marcado pela comunhão.” (Carlos Paes, «O Seminário Patriarcal de Lisboa: 75 anos nos Olivais - reflexões sobre a década de 70», *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 45.).

²³⁹ Cf. Paulo VI, «Litterae Apostolicae Motu Proprio datae: Ministeria Quaedamitterae», *AAS* 64, n. 8 (1972): 529–34.

apenas para o leitorado e acolitado²⁴⁰; o subdiaconado é extinto. Bem como a Carta Apostólica na forma de *Motu Proprio Ad Pascendum*²⁴¹, com o qual é introduzido o rito de admissão entre os candidatos ao diaconado e ao presbiterado e o rito da consagração celibatária. Estas alterações traduzem mudanças na forma de planear a estrutura formativa do seminário.

2.2.1. CARTAS DE 1971-1973²⁴²

A primeira fase das cartas destaca-se pelo estilo sintético e informativo. Marcadas pelo recomeço novo e diferente do SO, as cartas evidenciam o aparecimento das novidades e das adaptações, acima de tudo com o desejo de construir em conjunto o caminho de seminário. O ano de 1973 não apresenta carta no arquivo do seminário.

Na primeira carta, em 1971, com uma comunidade de apenas 11 seminaristas, indica o recomeço da lecionação com as alterações que ocorreram também no ensino que os seminaristas frequentavam, ainda a dois ritmos: temos referências à Faculdade de Teologia recentemente criada (1968, sendo reconhecida pelo Estado Português só nesse ano de 1971²⁴³, e ereta canonicamente nesse ano pela Congregação Romana da Educação Católica²⁴⁴); e ao Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos em Lisboa²⁴⁵. Consta ainda a informação do dia a seguir à entrada no seminário ser um dia de oração e reflexão.

A segunda carta, em 1972 – primeiro ano pastoral com o novo Patriarca –, evidencia a alteração do tempo de oração de início de ano, passando a dois dias de reflexão e oração. Ao mesmo tempo, o Pe. Policarpo apresenta a novidade maior desse ano: um ano ainda não experimentado, pensamos tratar-se de um ano pastoral que esta comunidade de seminário depois do novo recomeço ainda não teria vivido. Apresentam-se, ainda, as alterações na equipa formadora, com um novo formador, e nos funcionários colaboradores do Seminário.

²⁴⁰ Anos mais tarde, em 1999, o Patriarca Policarpo propôs ao CPD uma reflexão sobre os ministérios laicais, isto é, pensar uma abertura destes ministérios a leigos e a criação de novos ministérios, nomeadamente na área da evangelização e catequese. Algo que veio a acontecer mais tarde no pontificado do Papa Francisco. Cf. José Policarpo, «Ministérios Laicais», *Vida Católica*, 3, n. 3 (1999): 185–88.

²⁴¹ Cf. Paulo VI, «Litterae Apostolicae Motu Proprio datae: Ad Pascendum», *AAS* 64, n. 8 (1972): 534–40.

²⁴² Cf. José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 4 de Outubro de 1971, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 22 de Setembro de 1972, Arquivo do Seminário dos Olivais.

²⁴³ Cf. Ministério da Educação Nacional, «Decreto-Lei», Pub. L. No. 307/71, § 165, Série I Diário do Governo 1019 (1971).

²⁴⁴ Como consta do Decreto *Ampla cum sedes* n° 1262/71, datado de 1 de outubro de 1971. Cf. «Estatutos da Faculdade de Teologia» (2020), n. 1, §2.

²⁴⁵ Criado em 1967, começou por ser chamado Centro de Estudos Eclesiásticos (CEE), em 1968 é renomeado para Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos (ISEE) (nome que aparece na referida carta), reunindo os institutos religiosos do Sul, em 1971 sofre uma nova renomeação passando a ser denominado por Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET). Cf. António Montes Moreira, «Relações exteriores da Faculdade de Teologia (1968-1981)», *Ephata* 3, n. 1 (2021): 213, <https://doi.org/10.34632/ephata.2021.9479>.

2.2.2. CARTA DE 1974²⁴⁶

Em 1974, ano marcante na história do País – com as alterações no regime político e com uma revolução que teve repercussões em diversos âmbitos – e com a sua ida para Roma para tomar parte nos trabalhos do sínodo, estando ausente no habitual recomeço do ano, é inaugurado um estilo diferente de escrever a carta. Como o próprio reconheceu, passa a ser mais extensa, em forma de epístola por pontos, neste caso, quatro.

Os seminaristas são desafiados a cultivar o desejo de serem padres na Igreja, que precisa de um novo ardor evangelizador perante as convulsões que vivia, e para o mundo, que tem cada vez maior dificuldade em reconhecer Jesus Cristo e o Evangelho, começando por deixarem eles próprios ser evangelizados. Como referia, “só homens agarrados por Jesus Cristo e imbuídos pelo seu Evangelho, poderão transformar a Igreja e evangelizar o mundo”²⁴⁷. Acompanhar os trabalhos sinodais é uma das ferramentas propostas para estar a *pari passu* com a vida da Igreja.

Sendo o mundo moderno uma realidade plural, a Igreja tem de, necessariamente, cultivar um ambiente plural – sabemo-lo, não é novo, mas muito apostólico, já São Paulo manifestava aos Coríntios²⁴⁸ a diversidade dos carismas dentro da Igreja. A este propósito escrevia D. José, numa reflexão sobre a Igreja Diocesana, que “quando um carisma se torna serviço permanente na Igreja, podemos chamar-lhe ministério”²⁴⁹, sendo que o que tem o primeiro lugar é o ministério ordenado. Como afirmava na carta o Reitor Policarpo aos futuros padres, “temos de estar abertos às exigências do pluralismo. Não só seremos padres num mundo pluralista, mas teremos de encontrar formas diversas de ser padre”²⁵⁰. É este sentido amplo e plural que marcará a visão sobre o sacerdócio que D. José terá ao longo de toda a sua vida.

2.2.3. CARTAS DE 1975 A 1984²⁵¹

²⁴⁶ Cf. José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 25 de Setembro de 1974, Arquivo do Seminário dos Olivais.

²⁴⁷ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, 1.

²⁴⁸ Cf. 1 Cor 12, 1-10

²⁴⁹ José Policarpo, «O Mistério da Igreja Diocesana», em *A Igreja Diocesana de Lisboa: Estudo Monográfico*, vol. II (Lisboa: Patriarcado de Lisboa, 1986), 30.

²⁵⁰ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 25 de Setembro de 1974, 1.

²⁵¹ Cf. José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 2 de Outubro de 1975, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 27 de Setembro de 1976, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 26 de Setembro de 1977, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 26 de Setembro de 1978, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», Setembro de 1979, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 29 de Setembro de 1980, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 1 de Outubro de 1981, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 30 de Setembro de 1982, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 29 de Setembro de 1983, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos

Em 1975, ano em que o seminário acolheu os retornados de Angola e arrendou uma parte das instalações à Universidade Nova de Lisboa, o Pe. Policarpo na carta lembra que “a formação sacerdotal não é só uma aprendizagem ‘técnica’ de um ‘métier’. Ela é uma descoberta existencial do que significa um ministério no contexto mais global de uma descoberta progressiva do mistério da Igreja”²⁵², descoberta esta que é assinalada para uma vivência na Igreja local concreta. Cada um é chamado a ser propulsor da construção de uma Igreja que tem um espaço concreto, Lisboa, tem um presbitério, o de Lisboa, tem um povo, o de Lisboa! Ao mesmo tempo lembra que “uma ‘personalidade pastoral’ só pode assentar sobre uma autêntica personalidade humana e cristã”²⁵³, dimensões das linhas atuais de formação²⁵⁴.

Em 1976, primeiro ano em que a carta foi caligrafada no plural, como reconheceu o Reitor, não se tratou do plural majestático, conhecido no ambiente académico eclesiástico, mas de um sinal que é clarificado na despedida feita em nome triplo, tratou-se de uma manifestação clara da comunhão fraterna da equipa formadora, marca eclesial da comunhão do presbitério, isto é, em nome também do Pe. Orlando Leitão e do Pe. Carlos Paes, que seria nomeado vice-reitor em 1978. O Pe. José partilhou o sonho de uma ida conjunta em Seminário à Terra Santa, viagem que fizera em setembro desse ano. A relevância de tal acontecimento está na forma como se encara tal expedição. Trata-se, pois, de pisar as terras que o Senhor pisou, de ler os Evangelhos no palmilhar dos locais onde são descritos, acima de tudo, encontrar Jesus Cristo no realismo do espaço onde aconteceu o Seu ministério que se fez mistério – sem dúvida uma experiência rica e intensa para aqueles que futuramente atuarão *in persona Christi*. Experiência essa que veio a ser confirmada na carta de 1977 como intensa e marcante para a vida comunitária e donde partiram os desafios anuais, nomeadamente a fidelidade à vontade do Pai, distintiva em tantos e tantas que pisaram Jerusalém na história da Salvação.

A carta de 1978 – a primeira assinada como Bispo – marcada pela escolha e primeiras palavras do novo Papa, João Paulo I, retoma a ideia de criar uma personalidade pastoral em

Olivais, «Carta de Início de Ano», 7 de Outubro de 1984, Arquivo do Seminário dos Olivais. As cartas de 1975 a 1984 foram publicadas posteriormente na revista do Seminário, Cf. José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1975», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 4–5; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1976», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 6; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1977», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 7–8; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1978», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 9–13; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1979», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 14–15; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1980», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 16–21; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1981», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 22–24; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1982», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 25–27; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1983», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 28–30; José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1984», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 31–34.

²⁵² Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 2 de Outubro de 1975, 1.

²⁵³ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, 1.

²⁵⁴ As quatro dimensões da formação sacerdotal: a formação humana, a formação espiritual, a formação intelectual e a formação pastoral. Cf. João Paulo II, «Adhortatio Apostolica Postsynodalis: Pastores Dabo Vobis», n. 43–59.

cada vocacionado que se encaminha para o sacerdócio. Isto é, que cada um seja capaz de amar a Igreja e os homens numa atitude de verdadeiro pastor, reagindo pastoralmente a todas as atividades em que se encontra, “do estudo aos acontecimentos do mundo”²⁵⁵. Como afirmava, “formar pastores para o nosso tempo, significa deixar-se repassar pelo ‘*sensus Ecclesiae*’, por um sentido sereno e obiectivo da realidade da Igreja, toda ela orientada para a missão junto dos outros homens. Não basta saber pensar a Igreja, é preciso aprender a amá-la, a servi-la, a sofrer por ela”²⁵⁶. E, inspirado por Albino Lucciani, recorda que a forma de estar ao serviço do mundo, dos outros homens, é estar, sem reservas, ao serviço da Igreja.

No ano de 1979 o SO recebeu seminaristas de Cochim, uma novidade no reitorado de D. José, marco que, a par com a peregrinação realizada a Lourdes (por ocasião do centenário de Santa Bernadette), levou a uma reflexão sobre a dimensão universal da Igreja.

Em 1980, ano da chegada de novos formadores, nomeadamente do Pe. Manuel Clemente e de mais uma diocese a ser formada nos Olivais: Portalegre, o Bispo Policarpo apresenta, advindo das reflexões do Papa João Paulo II aos padres franceses, o caminho que cada seminarista é chamado a viver partindo da marca exigente mas muito bela do ministério sacerdotal: “aí iremos buscar a inspiração para a oração, a motivação para o estudo, o entusiasmo para o trabalho pastoral, a coragem para vencer desânimos e tentações”²⁵⁷, onde são chamados a ser “defensores da comunhão e servidores da unidade”²⁵⁸.

No ano em que o SO comemorou os seus cinquenta anos de existência, 1981, e em que foram publicadas pela CEP as *Normas fundamentais para a formação sacerdotal nas Dioceses Portuguesas*²⁵⁹, ofertadas a cada um em anexo na carta do ano seguinte, D. José recordou que “nos tempos que se anunciam, e que já estão aí, tempos de pastoral planificada, tempos de corresponsabilidade laical nas tarefas pastorais, de prometedora colaboração entre clero diocesano e clero religioso, a figura do padre isolado, autodidata, senhor absoluto da sua paróquia não terá, nem lugar, nem razão de ser”²⁶⁰, frisando que a abertura aos novos tempos é uma das marcas do seminário em clara sintonia com o magistério da Igreja, lembrando a rica

²⁵⁵ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 26 de Setembro de 1978, 5.

²⁵⁶ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, 5.

²⁵⁷ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 29 de Setembro de 1980, 1. Fundamento pelo qual neste capítulo aprofundamos o magistério formativo de D. José Policarpo.

²⁵⁸ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, 2.

²⁵⁹ Para uma síntese das linhas mestras destas normas recomendamos a leitura de um artigo do Reitor publicado na revista do Seminário, Cf. José Policarpo, «Linhas de força da concepção de formação sacerdotal das Normas Fundamentais», *Novellae Olivarum*, 3, n. 2-3 (Março de 1982): 3-7. Perceberemos adiante o papel do D. José na conceção destas normas.

²⁶⁰ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 1 de Outubro de 1981, 3.

tradição litúrgica do Seminário como exemplo, visto ser precursora da própria reforma litúrgica do Vaticano II.

O ano de 1982 trouxe uma reflexão sobre a importância da disciplina e da obediência²⁶¹, pois a “verdade que vamos proclamar, os sacramentos que vamos administrar, o Deus que vamos ensinar a amar, a Igreja que vamos servir, são mistérios que precisamos de possuir, descobrir, através da oração, da meditação recolhida, do estudo acreditado. E tudo isto exige ascese, exigência, disciplina, silêncio e recolhimento”²⁶², já que o Seminário é a escola onde se aprende tais ferramentas para o ministério ordenado. Para isso, cada candidato tem de deixar ser conduzido, de ter docilidade de coração, de aceitar o plano formativo, se não, como interrogava, “que garantia dareis ao nosso Bispo de aceitardes, um dia, como padres, um projecto pastoral harmónico e coordenado, se hoje não sois capazes de aceitar o projecto de vida do Seminário?”²⁶³, não nos podemos iludir numa falsa aceitação passiva, obedece quem ama o que a Igreja propõe – questionamos se não começa aqui uma das dificuldades sentidas hoje na vida dos presbíteros.

A sua carta de 1983 destaca-se por notificar a morte de uma das colaboradoras do Seminário, evidenciado o seu testemunho cristão, como “leiga empenhada totalmente doada a Deus”²⁶⁴, estímulo para os seminaristas – é nestas pequenas referências que se nota o sentido eclesial *post* Vaticano II de D. José, dando aos futuros sacerdotes como exemplo uma leiga empenhada ao serviço da Igreja, interpelação para o ministério que os futuros padres querem abraçar.

Em 1984 o tema central é o estudo – como um dos teólogos portugueses dos últimos anos, reflete também a partir da sua experiência de vida: o futuro pastor de almas deve considerá-lo, na reflexão do Reitor Policarpo, como “uma atitude perante a vida”²⁶⁵, não se pode estudar apenas para exames ou para falar sobre um tema, é preciso que o estudo pessoal seja uma atitude constante que permita ser um padre culto – daí reconhecer que muitos seminaristas são pouco cultos, mesmo passando positivamente nas várias disciplinas teológicas.

²⁶¹ O Pe. César Izquierdo resume, num Simpósio de Teologia, partindo dos documentos conciliares, que o objeto da obediência no sacerdote diocesano é, acima de tudo, o ministério em si e os aspetos da vida que o tornam possível, nisso se inclui a revência, a ação pastoral, as recomendações do Santo Padre e as do próprio Bispo Diocesano. Cf. César Izquierdo, «Notas para la comprensión de la obediencia del sacerdote diocesano», em *Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra*, vol. XI (La formación de los sacerdotes en las circunstancias actuales, Navarra: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 1990), 687.

²⁶² Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 30 de Setembro de 1982, 2.

²⁶³ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, 2.

²⁶⁴ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 29 de Setembro de 1983, 1.

²⁶⁵ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 7 de Outubro de 1984, 1.

Um acontecimento²⁶⁶ que pensamos que possa ser lido como contributo formativo para o crescimento cultural nesse tempo foi a reunião da equipa internacional da revista *Communio*, sob a direção do teólogo Hans Urs von Balthasar, entre 8 e 12 de maio de 1986 no SO, que levou os seminaristas a contactar com alguns dos maiores teólogos daquele tempo.

O estudo não termina com o tempo de seminário, é repto para a vida de cada presbítero, nomeadamente com um estudo atualizado das ciências sagradas que o ajudará no desempenho do seu ministério, seja na catequese, nas homilias, seja até para a sua oração pessoal. O *Diretório para o ministério e vida dos Presbíteros* lembra-o bem: “é necessário que o sacerdote prepare adequadamente a sua pregação, mediante a oração, o estudo sério e atualizado”²⁶⁷, mais, para aprofundar o *sentire cum Ecclesia* propõe um tempo, “possivelmente quotidiano, ao estudo dos manuais ou ensaios de filosofia, teologia e direito canónico”²⁶⁸.

2.2.4. CARTAS DE 1985 A 1990²⁶⁹

Na carta de 1985, D. José lembra que o caminho de seminário é a chave para o futuro ministro ordenado, “quem não for capaz de viver com radicalidade e profundidade o tempo de Seminário, não se preparará para o ministério sacerdotal”²⁷⁰, profundidade essa que se concretiza na oração, no estudo e nos juízos de valor efetuados.

Em 1986, ano em que o Bispo José Policarpo celebrou as bodas de prata sacerdotais, recordou que “a caridade como motor das relações humanas é atitude fundamental para um Pastor. Só ela o torna capaz de todos acolher, para conduzir todos à comunhão com Deus, na Igreja”²⁷¹. As relações de amizade vividas em Igreja, a fraternidade cristã, têm de ser pautas pela “grandeza, a exigência e a densidade da caridade”²⁷², que nos levará, inevitavelmente, a perdoar os outros.

²⁶⁶ Cf. «Cronologia ilustrada do Seminário dos Olivais», *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 78. Possivelmente pela ação do Reitor Policarpo, que era diretor da FT nesse ano.

²⁶⁷ Congregação para o Clero, *Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros* (Lisboa: Paulus, 2013), n. 62.

²⁶⁸ Congregação para o Clero, n. 95.

²⁶⁹ Cf. José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 23 de Setembro de 1985, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 30 de Setembro de 1986, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 9 de Outubro de 1987, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 19 de Setembro de 1989, Arquivo do Seminário dos Olivais; José Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 17 de Setembro de 1990, Arquivo do Seminário dos Olivais; Carlos Paes para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 28 de Setembro de 1988, Arquivo do Seminário dos Olivais; Manuel Clemente para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 22 de Setembro de 1989, Arquivo do Seminário dos Olivais; Manuel Clemente para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 17 de Setembro de 1990, Arquivo do Seminário dos Olivais. A carta de 1985 foi publicada posteriormente na revista do Seminário, Cf. José Policarpo, «Carta aos Seminaristas em 1985», *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 35–36.

²⁷⁰ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 23 de Setembro de 1985, 1.

²⁷¹ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 30 de Setembro de 1986, 2.

²⁷² Policarpo para Seminaristas dos Olivais, 2.

No ano de 1987 a carta surgiu depois do início do ano de seminário, tendo sido enviada de Roma, onde D. José se encontrava em trabalhos sinodais, sendo por isso uma partilha em primeiro pessoa do decorrer desses trabalhos. Sobressaem alguns aspetos que o Bispo Policarpo destacou. Primeiro, a referência à presença significa de leigos, que o tema do sínodo, como vimos anteriormente, proporciona. Depois a menção ao que os vários intervenientes abordaram sobre o papel da mulher na vida da Igreja, sendo o tema mais referido do sínodo. Partilha “que não chegaremos ao ponto de termos, no encerramento do Sínodo, a ordenação sacerdotal de mulheres, mas alguma coisa de novo daqui vai surgir, pelo menos uma nova consciência eclesial sobre a importância da mulher na Igreja. Alguns dos pontos em que se tem insistido: (..) participação nas decisões; acesso a ministérios litúrgicos que não exigem o sacramento da ordem; possível restauração de uma diaconia feminina”²⁷³. Sabemos que esta preocupação de D. José pelo laicado e pelo papel significativo das mulheres na vida da Igreja esteve presente ao longo do seu ministério.

Em 1988 a carta de início de ano foi redigida pelo vice-reitor, o Pe. Carlos Paes, na esperança que o reitor escrevesse posteriormente a carta habitual, quando regressasse de uma viagem aos Estados Unidos da América ao serviço da universidade, algo que não veio a ocorrer. Essa carta, de forma sintética, transmitiu as novidades para esse ano, constando ainda as indicações das datas e horários iniciais.

Em 1989, com o Pe. Manuel Clemente a assumir funções de vice-reitor, foram enviadas duas cartas em simultâneo, a do reitor e a do vice-reitor, esta última com as indicações mais práticas dos horários e atividades iniciais do Seminário, algo que ocorreu igualmente no ano seguinte. Na carta do reitor a reflexão foi sobre a experiência comunitária, lembrando que os seminaristas não têm vocação para seminaristas, mas para padres diocesanos.

Por fim, na última carta que consta no arquivo do seminário, em 1990, D. José recorda que o “eixo de uma espiritualidade sacerdotal reside, exactamente, no fazer da relação específica com Jesus Cristo, que a vocação e consagração sacerdotais constituem, o polo unificador de toda a existência”²⁷⁴. Propondo, assim, aos candidatos ao sacerdócio a experiência da unidade de vida.

Não sabemos as razões, mas de 1991 a 1997 não constam mais cartas de início de ano, no arquivo do seminário, nem do reitor, nem do vice-reitor.

²⁷³ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 9 de Outubro de 1987, 3.

²⁷⁴ Policarpo para Seminaristas dos Olivais, «Carta de Início de Ano», 17 de Setembro de 1990, 3.

2.2 O PATRIARCA POLICARPO, BISPO DIOCESANO: SÍNTESE DO PENSAMENTO SOBRE O PRESBITÉRO

Frisamos que no período enquanto Patriarca celebraram-se algumas efemérides que impulsionaram a reflexão desta temática: as suas bodas de prata episcopais em 2003 – um jubileu com um programa de preparação e uma celebração marcante na Capelinha das Aparições a 26 de junho; o Ano Sacerdotal em 2009 – que foi ocasião para refletir: “quero dizer à Igreja de Lisboa, a vós queridas irmãs e irmãos, o que nós os sacerdotes, o presbitério de Lisboa, queremos ser para vós”²⁷⁵, e que levou mais de 250 padres ao Santuário de Fátima entres os dias 28 e 29 de janeiro para uma assembleia do clero; as suas bodas de ouro sacerdotais em 2011.

O presbitério do Patriarcado de Lisboa é marcado pela diversidade. Como recorda D. José: “O nosso presbitério tem hoje uma grande diversidade, para além da diferença de idades. Há hoje um número significativo de sacerdotes que não foram formados nos Seminários Diocesanos. Muitos são religiosos, bastantes incardinaram-se, vindos de procedências diversas. E mesmo entre os que saíram do Seminário dos Olivais, podemos considerar dois grupos: os que se ordenaram antes da crise de 1968 e os que se ordenaram depois num Seminário concebido em termos novos e com os estudos feitos na Universidade Católica”²⁷⁶. Todavia, no meio desta marca plural encontramos a marca da unidade, como veremos.

Previamente, é de realçar o padre como o agente primeiro na interpelação de jovens para a vocação sacerdotal. O seu testemunho é tantas vezes decisivo para uma provocação vocacional inicial. A falta de sacerdotes deve ser fonte de um maior empenho de cada padre através, como concretiza o Patriarca Policarpo, do “testemunho da nossa vida, que torna atraente, embora exigente, este ministério; pela disponibilidade para acompanhar pessoalmente os jovens na sua caminhada de fé e de discernimento vocacional; pela coragem de interpelar e chamar, como o Senhor chamou; pelo cultivar em toda a comunidade cristã o interesse pelas vocações sacerdotais, sobretudo através da oração, do conhecimento e amor aos nossos seminários e aos atuais candidatos ao sacerdócio”²⁷⁷.

Sem nunca esquecer que a pessoa de Jesus é o centro, o padre é instrumento de Deus: “em tudo o que fazemos, no exercício do nosso sacerdócio, somos maiores do que nós. Temos um poder que é o d’Ele, a nossa ação dá frutos que só Ele pode produzir. Sentimos isso quando a nossa palavra toca os corações, converte e nos converte; quando perdoamos os pecados, sendo nós próprios pecadores; quando celebramos a Eucaristia, tomando o lugar de Cristo na oferta

²⁷⁵ José Policarpo, «Sacerdotes para um Povo Sacerdotal», *Vida Católica*, 3, n. 35 (2010): 123.

²⁷⁶ José Policarpo, «Assembleia Jubilar do Presbitério de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 178.

²⁷⁷ José Policarpo, «Um Reino de Sacerdotes», *Vida Católica*, 3, n. 10 (2002): 195.

da Sua própria Páscoa”²⁷⁸, aqui reconhecemos o mistério que é o dom do sacerdócio ministerial, incompreendido por tantos na atualidade.

Como veremos em cada uma destas dimensões da vida do presbítero que refletiremos, a partir dos escritos do Patriarca D. José, o amor torna-se central em cada uma destas atitudes sacerdotais. Sem o amor não se vive o ministério, não se é rosto do próprio amor: “Deus é amor” (1 Jo 4, 16).

2.2.1. DOM PROFÉTICO

O presbítero é chamado a proclamar a palavra, missão do profeta. O Arcebispo Policarpo afirmava: “o sacerdote proclamar a palavra é um direito, um dever e uma urgência, é um direito porque pode fazê-lo em nome da própria Igreja; é um dever porque faz parte do seu ministério; é uma urgência se ela brotar dessa luz que Deus lhe põe no coração”²⁷⁹. Mais, “o profeta é exatamente aquele a quem salta espontaneamente à boca, a reação que tem o seu fundamento e a sua origem na palavra do Senhor”²⁸⁰, os padres são chamados a ajudar os homens a reagirem às situações da vida com os critérios de Deus.

2.2.2. UNIDADE E COMUNHÃO, OBEDIÊNCIA FILIAL E CARIDADE PASTORAL

A unidade do presbitério nasce da comunhão profunda entre cada membro. Todavia, como proferia o Cardeal Policarpo, “antes de qualquer expressão de amizade humana e fraterna, nós estamos unidos no amor de Jesus Cristo. A comunhão em Cristo dita a identidade dos sacerdotes”²⁸¹. Já que, como lembrou o Concílio, “todos têm uma mesma finalidade, que é a edificação do Corpo de Cristo, a qual, principalmente nos nossos dias, requer múltiplas actividades e novas adaptações.” (PO 8). Sinal visível desta comunhão é o próprio ritual da ordenação, onde cada presbítero presente a concelebrar é convidado a impor as mãos sobre o ordinando ou noutros momentos litúrgicos, como é o caso da consagração do óleo do Crisma, onde cada sacerdote acompanha com o gesto da mão estendida a oração do Bispo.

Esta unidade acontece na comunhão fraterna de cada presbítero com o seu Bispo, como D. José reconheceu: “sinto uma grande força, que me ajuda a sustentar esta cruz com alegria, na amizade fraterna e na comunhão sincera do meu Presbitério. Os padres e a sua caridade fraterna são a minha força e eu quero ser, em todos os momentos e circunstâncias, a força

²⁷⁸ Policarpo, «Sacerdócio Ministerial: Vocação e Compromisso», 131.

²⁷⁹ José Policarpo, «Homilia no XXVI Domingo do Tempo Comum», em *A Palavra Celebrada: Homilias*, Obras Escolhidas: no 25º aniversário da Ordenação Episcopal (1978-2003) 4 (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003), 438.

²⁸⁰ Policarpo, 438.

²⁸¹ José Policarpo, «O Presbítero, fonte sacramental da comunhão trinitária», *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 142.

deles”²⁸². “Se o presbitério estiver unido ao Bispo, as Igrejas Paroquiais estão necessariamente unidas à Catedral, [... não havendo] lugar para autonomias ou autarcias”²⁸³.

D. José testemunhou esta comunhão que tinha com o presbitério de Lisboa declarando que a “minha comunhão com este Presbitério de Lisboa acompanhou a caminhada da minha vida e a minha busca de fidelidade: ensinei-os, formei-os, ordenei-os, partilhei com eles, quase sempre na alegria, mas por vezes também na preocupação e na dor, esta aventura de amor pela Igreja de Lisboa”²⁸⁴.

Esta unidade e comunhão experimenta-se nas várias instâncias da diocese, que vimos serem criadas no *post* Concílio. Assim sendo, D. José apontava: “o Bispo não deve simplesmente impor; deve estudar com os sacerdotes essas opções pastorais, sobretudo nos órgãos colegiais, como o Conselho Presbiteral e o Conselho Pastoral”²⁸⁵. Esta foi uma preocupação constante no pontificado do Patriarca Policarpo.

Da comunhão nasce de forma intrínseca a obediência filial de cada presbítero com o seu Bispo. Não se consegue estar em comunhão e unidade sem se ser obediente de forma humilde e filial. “Os Apóstolos obedecem a Jesus, as primeiras comunidades cristãs obedecem aos Apóstolos. Esta obediência não se situa só na relação superior-subordinado. É afirmação de que quem trabalha na missão, sabe que não é o seu autor e a sua origem, mas está ao serviço de um desígnio superior”²⁸⁶. É num outro plano, “a obediência situa-nos no plano de querer sempre realizar o plano de Deus, que nos é expresso pela Igreja, e não os nossos planos e a nossa maneira pessoal de ver as coisas. A primeira atitude que a obediência nos pede é aceitar e amar esse plano que nos é pedido. Sem amarmos o que nos é pedido, não há verdadeira obediência”²⁸⁷.

A obediência também se refere ao acatamento do magistério, ainda que, como se afirma na profissão fé solene que é feita antes da ordenação diaconal ou na posse dos vários ofícios²⁸⁸, não seja dito como verdade definitiva. Como lembrava D. José: “um sacerdote ordenado, no exercício do ministério apostólico de que participa, nunca pode contrapor a sua visão pessoal à palavra de Pedro, a quem Jesus entregou a responsabilidade da palavra decisiva e orientadora em cada momento da história”²⁸⁹. Deste modo, questionou-se acerca dos sacerdotes que põem

²⁸² Policarpo, «Homilia na Ordenação Episcopal de D. António Montes Moreira», 106.

²⁸³ Policarpo, «A Catedral, sinal da unidade da Igreja Diocesana», 93.

²⁸⁴ Policarpo, «Creio na Santa Igreja», 33–34.

²⁸⁵ José Policarpo, «A Paróquia e a Nova Evangelização», *Vida Católica*, 3, n. 29 (2008): 140.

²⁸⁶ José Policarpo, «A comunhão do Presbitério na Igreja comunhão», *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 197.

²⁸⁷ José Policarpo, «Dai-nos, Senhor, um coração novo», *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 137.

²⁸⁸ Cf. *CIC*, n. 833.

²⁸⁹ José Policarpo, «O dom do Ministério Apostólico», *Vida Católica*, 3, n. 32 (2009): 132.

em causa as palavras do Santo Padre, que dilaceram a comunhão e obediência ao Vigário de Cristo.

Acrescentava ainda o Patriarca Policarpo: “quero sublinhar aqui a importância da comunhão eclesial, da comunhão dos nossos presbitérios, da comunhão com os Pastores e o seu Magistério, a comunhão com o Santo Padre, sucessor de Pedro, para contribuirmos solidamente para esse novo rosto de Igreja. Enquanto houver alguns, bispos e padres, que se consideram com o direito de decidir pela sua cabeça, os caminhos de pastoral, o sentido da existência moral, a maneira de celebrar, estamos a fragilizar a proposta cristã, num mundo que saberá aproveitar, com os seus critérios, as nossas divisões”²⁹⁰.

D. José testemunhou numa homilia esta sua obediência pessoal ao Santo Padre, evidenciado o estímulo que este acatamento pode incitar na conversão filial à Igreja, Mãe e Mestre: “na minha longa vida de ministério sacerdotal cultivei sempre esta união ao Sucessor de Pedro. A sua palavra ensinou-me o caminho da fé e da verdade e, por vezes, levou-me a corrigir perspectivas pessoais na compreensão da complexa realidade cristã”²⁹¹.

Pois como lembrava São João Paulo II: “Não existe, efectivamente ministério sacerdotal senão na comunhão com o Sumo Pontífice e com o Colégio Episcopal, e de uma forma particular com o próprio Bispo diocesano, aos quais se deve guardar «o filial respeito e a obediência» prometidos no rito da ordenação” (PDV28).

Consequentemente, como recordava o Patriarca Policarpo, “a caridade pastoral é a essência do nosso serviço sacerdotal e torna-se numa exigência radical e permanente de santidade pessoal”²⁹². Já que, do amor a Jesus brota o amor a cada fiel que lhe é confiado, participando assim na relação de amor entre Cristo e a Igreja, sendo esta a medida da autoridade de cada sacerdote: o amor. “O sacerdote pastor ama sempre e faz tudo com amor: quando acolhe, quando escuta e consola, quando orienta, quando se alegra com os que estão felizes e partilha a dor dos que sofrem; quando é exigente e quando é compreensivo e tolerante; quando ensina, todos e cada um a discernirem, no concreto das suas vidas, os caminhos do Reino de Deus”²⁹³.

2.2.3. CONSAGRAÇÃO SACERDOTAL NA IGREJA, POVO DE DEUS

A Igreja é Povo de Deus, isto é, “todos os seus membros, leigos, religiosos e sacerdotes, os «fiéis em Cristo», estão revestidos da mesma dignidade fundamental e partilham a

²⁹⁰ José Policarpo, «Crescer como Pessoas para servir como Pastores», *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 123–24.

²⁹¹ José Policarpo, «Creio na Igreja Apostólica», *Vida Católica*, 3, n. 44 (2013): 41.

²⁹² José Policarpo, «Ministério de Amor», *Vida Católica*, 3, n. 34 (2010): 414.

²⁹³ José Policarpo, «O Sacerdote, sacramento de Cristo Bom Pastor», *Vida Católica*, 3, n. 25 (2007): 223.

responsabilidade da missão”²⁹⁴. Assim, “o sacerdócio ministerial é apenas uma dimensão estruturante do Povo sacerdotal, uma forma de Cristo sacerdote se identificar com a Igreja, no ser e na ação. (...) O verdadeiro sujeito do ser e da missão da Igreja é o Povo sacerdotal: todo o Povo louva o Senhor, todo ele celebra os sacramentos, ele é o sujeito do anúncio da Palavra. É um erro pensar que a valorização da Igreja como Povo sacerdotal possa relativizar a importância dos sacerdotes ordenados”²⁹⁵.

Deste modo, como apelava o Patriarca Policarpo, o “sacerdócio ministerial encontra a sua verdade no serviço do Povo sacerdotal. Se a Igreja não se assumir como rosto de Cristo sacerdote, o sacerdócio ministerial perde o seu sentido, transforma-se em poder, torna-se incompreensível aos olhos do mundo”²⁹⁶. Como afirmava D. José numa homilia de ordenações, “a consagração sacerdotal que hoje [estes ordinandos] recebem não é por causa deles. É por causa do amor que Cristo tem ao seu povo. É por causa de vós, a Igreja de Deus”²⁹⁷.

Reconhecendo, contudo, a diferença do padre para todos os outros homens: “Deus diferenciou-nos, para bem do seu povo. Propagandear uma imagem de padre, homem como os outros, casado como os outros, a viver de um emprego secular, como os outros, é caminho subtil para anular o incómodo da sua diferença, da ordem do transcendente de Deus”²⁹⁸.

2.2.4. *ESPIRITUALIDADE SACERDOTAL*

A espiritualidade sacerdotal de um padre diocesano tem de ser valorizada *per se*, sem necessidade de estar inserido numa realidade eclesial externa, mesmo que seja de expressão sacerdotal. O teólogo e padre Jacinto Farias aponta que a “espiritualidade do clero diocesano se caracteriza, por um lado, pela caridade pastoral, a qual pressupõe uma ontologia e uma eclesiologia da comunhão, (...) e, por outro lado, e em consequência, ser essencialmente o homem da comunhão ou o fazedor de comunidade”²⁹⁹.

D. José reconheceu que na realidade paroquial “surtem problemas quando o sacerdote se identifica com um Movimento ou o privilegia. Ele é o primeiro a ter que reconhecer a variedade dos dons de Deus e a fazê-los convergir para a unidade.”³⁰⁰ O próprio seminário diocesano forma para esta espiritualidade fazendo uma “proposta aos candidatos ao sacerdócio de uma autêntica espiritualidade diocesana que emana do mistério da Igreja que vão servir como pastores e do próprio ministério sacerdotal. Procura evitar-se o modelo de Padre que trabalha

²⁹⁴ José Policarpo, «A Igreja no tempo e em cada tempo», *Vida Católica*, 3, n. Separata do n.º 28 (2008): 22.

²⁹⁵ José Policarpo, «O rosto eclesial de Jesus Cristo», *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 281.

²⁹⁶ Policarpo, 281–82.

²⁹⁷ José Policarpo, «Homilia nas Ordenações de Presbíteros e Diáconos», *Vida Católica*, 3, n. 5 (2000): 199.

²⁹⁸ Policarpo, «O Sacerdote, uma diferença que define», 158.

²⁹⁹ José Jacinto Farias, «Espiritualidade sacerdotal», *Theologica*, 2, 47, n. 2 (2012): 379.

³⁰⁰ Policarpo, «A Paróquia e a Nova Evangelização», 147.

pastoralmente mas vai buscar a inspiração da sua espiritualidade a um qualquer carisma ou movimento”³⁰¹.

A este respeito é clara a posição pessoal do Patriarca Policarpo: “todos conhecem já a minha abertura a essas diversas escolas ou movimentos, tão clara como a minha decisão pessoal de não pertencer a nenhum. Mas isso não me dispensa de garantir duas coisas: que a formação nos Seminários Diocesanos seja diocesana e inspirada na tradição e na doutrina do Magistério sobre o Sacerdócio, sobre a Igreja, sobre a Santidade; e que a Diocese tenha propostas claras para o apoio espiritual aos sacerdotes”³⁰² – procuraremos no terceiro capítulo apresentar as instâncias e as atividades que possam ser sinal deste apoio espiritual.

Concretamente, no presbitério de Lisboa, o Cardeal Policarpo reconheceu a riqueza da variedade de formas de viver a espiritualidade nos padres da diocese: “Dou graças a Deus porque esta variedade de dons constitui hoje, no nosso presbitério, mais uma riqueza do que um problema, embora um discernimento contínuo, a partir dos critérios e das exigências da unidade, deva ser atitude permanente”³⁰³. Tendo plena consciência da realidade: “Há sacerdotes diocesanos que buscam a sua espiritualidade na «Opus Dei», nos «Focolari», na «Comunhão e Libertação», no «Caminho Neo-catecumenal» e outros. Se não se relativiza esta variedade, procurando o sentido profundo da palavra espiritualidade, no essencial comum ao caminho de santidade, não construímos a unidade na imensa variedade dos carismas particulares.”³⁰⁴. Isto é, “como toda a espiritualidade cristã, a espiritualidade sacerdotal é, antes de mais, um chamamento à santidade”³⁰⁵, como recordou D. José, que aprofundamos de seguida.

2.2.5. SANTIDADE PESSOAL E MINISTÉRIO DE SANTIFICAÇÃO

Cada cristão, como afirmou categoricamente o CVII (cf. LG 11), é chamado à santidade, os padres também o são. Para os padres, como afirmava o Patriarca Policarpo, numa homília da Missa Crismal, “o ministério é um caminho de santidade pessoal. Se isso não acontecer, facilmente caímos na tentação de proclamar não a fé da Igreja, mas as nossas perspetivas e visões pessoais, o que seria uma traição ao próprio ministério recebido”³⁰⁶. Tal como o Concílio propunha: “devem os pastores da grei de Cristo, à imagem do sumo e eterno, pastor e bispo das nossas almas, desempenhar o seu ministério santamente e com entusiasmo, com humildade e

³⁰¹ Policarpo, «O Seminário na Igreja Particular», 21.

³⁰² Policarpo, «Assembleia Jubilar do Presbitério de Lisboa», 180.

³⁰³ Policarpo, 180.

³⁰⁴ José Policarpo, «A espiritualidade sacerdotal num mundo secularizado», *Vida Católica*, 3, n. 27 (2007): 101.

³⁰⁵ Policarpo, 112.

³⁰⁶ José Policarpo, «O ministério sacerdotal e a actualidade salvífica da Igreja», *Vida Católica*, 3, n. 40 (2012): 155.

fortaleza; procedendo assim, encontrarão nele um magnífico meio santificação própria” (LG 41).

Daí que, aos padres, lhes seja dito “sede santos, porque exerceis o ministério do amor e da santificação.”³⁰⁷ Naturalmente, “é uma ilusão pensar que a exigência e a santidade da nossa vida pessoal não se repercutem na fecundidade do nosso ministério”³⁰⁸. Necessariamente, se o padre viver o seu ministério da forma mais santa possível, isso será fonte para uma vivência mais santa daqueles a quem o padre é chamado a servir. Todavia, sabemos que a obra da salvação pode acontecer, pela misericórdia de Deus, através de ministros indignos (cf. PO 12). A “santidade pessoal dos sacerdotes é exigida cada vez mais pela radicalidade do seu ministério”³⁰⁹, só assim poderão ser autênticos administradores dos bens celestes.

Os padres, sendo membros de um presbitério, tornam-se corresponsáveis na fidelidade e na santidade de cada um dos outros membros. Isto é, cada um é chamado a cuidar do seu irmão padre, como pedia D. José: “Vivamos em comunhão, como se cada um fosse responsável por todos os outros. Estejamos atentos aos problemas dos nossos irmãos padres, estendendo-lhe a mão e abrindo-lhe o coração.”³¹⁰. Todavia, D. José reconheceu ainda o caminho que é preciso traçar em Lisboa neste ponto quando disse: “confesso-vos aqui, não sou capaz de meditar nesta responsabilidade partilhada sem um certo sofrimento interior, antes de mais porque não tenho a certeza de termos assumido todos esta corresponsabilidade, sempre e em todas as suas concretizações”³¹¹.

Surge assim o convite, de D. José, a que cada sacerdote identifique a “sua vida com este ministério de que somos portadores, na fragilidade da nossa natureza. Todo o nosso ministério é santo; a nossa maneira de viver em tudo, ao serviço da Igreja, deve fazer resplandecer a santidade do nosso ministério. Como o Santo Cura d’Ars, devemos orar constantemente, para que as nossas fragilidades não toldem a santidade do ministério de que somos ministros, isto é, servidores”³¹². E importa que cada padre reconheça humildemente a sua pequenez, realidade clara na reflexão de D. José: “Conhecemos a nossa fragilidade, mas acreditamos que o amor de Cristo, que é o dom do seu Espírito, nos fortalecerá e transformará o nosso coração, ensinando-

³⁰⁷ Policarpo, «Ministério de Amor», 414.

³⁰⁸ José Policarpo, «Homilia nas Ordenações Presbiterais e Diaconais», *Vida Católica*, 3, n. 11 (2002): 97.

³⁰⁹ José Policarpo, «O diaconado e o presbiterado como ministérios de vida», *Vida Católica*, 3, n. 23 (2006): 66.

³¹⁰ José Policarpo, «O sacerdócio apostólico e os desafios do momento presente», *Vida Católica*, 3, n. 43 (2013): 210.

³¹¹ Policarpo, «A comunhão do Presbitério na Igreja comunhão», 191.

³¹² Policarpo, «O dom do Ministério Apostólico», 134.

nos a ser sacramentos do seu amor redentor”³¹³. Sem a oração, que aprofundaremos de seguida, não se vive a santidade do ministério.

2.2.6. SER ORANTE: A CENTRALIDADE EUCARÍSTICA

A oração é um dos enfoques do pensamento de D. José, um dos temas centrais. O padre é chamado a não se refugiar nas ocupações que tem em detrimento do pilar da oração, pois o “ativismo e a super-ocupação podem transformar-se no tal caminho enganador que (...) afasta [o padre] da dimensão transcendente do (...) [seu] ministério”³¹⁴. A oração não é mais uma atividade do dia na vida do sacerdote, mas está na ordem do ser, o padre é, como propôs o Cardeal Policarpo, um ser orante, enquanto é uma obrigação do seu ministério, assumida na ordenação diaconal com o compromisso da oração da Liturgia das Horas³¹⁵.

Sabendo que o cume da oração é a celebração da Eucaristia diariamente³¹⁶, “centro e a raiz de toda a vida do presbítero” (PO 14). Nela, como apontava o Patriarca Policarpo, o “o sacerdote é, fundamentalmente, um grande orante, com a fé e a unção que toda a oração exige. Reza, em nome de Cristo, ao Pai; reza com a Igreja e em nome da Igreja, povo crente, a Jesus Cristo; reza em seu próprio nome e em nome da assembleia a que preside”³¹⁷. “Não há Igreja sem Eucaristia, não há Eucaristia sem sacerdócio ministerial”³¹⁸.

Deste modo, presidir à Missa é “a mais comovedora experiência do sacerdote, porque ele oferece ali a Deus, com Cristo, o fruto de tanta solicitude pastoral, no anúncio da Palavra, no crescimento da fé, na organização da caridade, na solicitude pelos doentes e pelos mais pobres”³¹⁹. É dela que parte e culmina toda ação do presbítero, como D. José aludia, “a densidade eucarística de oração prolonga-se, depois, na oração do sacerdote, na Liturgia das Horas, na adoração, na meditação silenciosa, na celebração dos outros sacramentos, na condução do Povo de Deus nos caminhos de aprofundamento da fé e de prática da caridade”³²⁰.

Mais, “a Eucaristia é o sacramento que lhes revela [aos ministros ordenados] a verdade profunda do seu ministério”³²¹. O próprio celibato, que refletiremos posteriormente, encontra sentido pleno neste cume e fonte de toda a vida cristã (cf. LG 11): “a Eucaristia a que presidireis,

³¹³ Policarpo, «Sacerdotes para um Povo Sacerdotal», 123.

³¹⁴ Policarpo, «O Sacerdote, uma diferença que define», 159.

³¹⁵ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, ed., *Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos*, 3ª, Pontifical Romano (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2007), 122.

³¹⁶ Como pede o Código de Direito Canónico, cf. CIC, n. 904.

³¹⁷ José Policarpo, «O Sacerdote na Eucaristia», *Vida Católica*, 3, n. 19 (2005): 216.

³¹⁸ Policarpo, «Um Reino de Sacerdotes», 193.

³¹⁹ Policarpo, «Sacerdócio Ministerial: Vocação e Compromisso», 132.

³²⁰ Policarpo, «O Sacerdote na Eucaristia», 216–17.

³²¹ Policarpo, «A experiência pascal do amor de Cristo, fonte de sentido do amor com que os Sacerdotes amam a Igreja», 152.

momento forte de uma relação esponsal com Cristo, esposo da Igreja, é o fogo que incendiará o vosso coração para esse amor novo e definitivo em que deixando-vos amar por Jesus Cristo, aprendereis a amar todas as pessoas em Cristo”³²².

Reconhecemos que para D. José a sua vida tem uma centralidade eucarística: “sinto que a evocação da minha vida e do meu ministério se faz, inevitavelmente, em relação à Eucaristia. (...) E porque a presidência da Eucaristia é a experiência que define a essência do ministério sacerdotal, toda a vida se define a partir da Eucaristia. A Eucaristia me alimentou, me ensinou a amar e a servir, deu contornos de exigência e de radicalidade à minha união a Jesus Cristo e à Igreja; sinto, por isso, que a Eucaristia me julgará”³²³. Identificando que “a [sua] vocação sacerdotal se esclareceu e aprofundou no mistério da Eucaristia, [já que] celebrar missa foi a primeira atração de uma vocação”³²⁴.

Daí que seja um elemento programático na própria ação pastoral: “o meu desejo de fazer da Eucaristia o centro do meu ministério e de conduzir, cada vez mais, a Igreja a que presido, a viver da Eucaristia”³²⁵. E um desafio constante na vida de cada presbítero: “aprender a celebrar a Eucaristia, guiar, como pastor, todo o povo para celebrar cada vez melhor e identificar a nossa vida com Cristo, que tornamos presente, é desafio de toda a nossa vida”³²⁶.

A concretização deste desafio começa na procura da qualidade litúrgica na ação celebrativa³²⁷. Não se pode presidir de qualquer maneira, é preciso ter consciência da grandeza da ação sacramental, como recordava D. José ao refletir sobre a correria dos padres novos, que passam o Domingo de um lado para o outro a celebrar missas: “uma coisa que, para mim, é fundamental na nossa presidência da Eucaristia, é que nós não estamos ali de qualquer maneira! Nós estamos ali, no lugar de Jesus, a presidir à celebração da sua Páscoa! Eu não posso celebrar a correr, a despachar”³²⁸.

Como lembrou o Concílio, “Os presbíteros, embora não possuam o fastígio do pontificado e dependam dos Bispos no exercício do próprio poder, estão-lhes, porém, unidos na honra do sacerdócio e, por virtude do sacramento da Ordem, são consagrados, à imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote, para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino” (LG 28).

³²² Policarpo, 154.

³²³ José Policarpo, «Um Ministério para a Eucaristia», *Vida Católica*, 3, n. 14 (2003): 130.

³²⁴ Policarpo, 131.

³²⁵ Policarpo, 133.

³²⁶ José Policarpo, «Páscoa, a Festa do Povo Sacerdotal», *Vida Católica*, 3, n. 28 (2008): 232.

³²⁷ Cf. Policarpo, «A comunhão do Presbitério na Igreja comunhão», 195.

³²⁸ Brandão, «“Não podemos anunciar a Palavra de Deus como uma rotina”»: Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo», 6.

Surge um argumento que poderia demover a centralidade orante: a falta de sacerdotes. No mundo atual os sacerdotes são menos, como comprova a estatística³²⁹ da Santa Sé. Deste modo, poderia levantar-se a questão da necessidade de tempo para suprir a atividade que outro sacerdote colaborador faria. Policarpo reconheceu o problema logo no início do seu pontificado como Patriarca: “na diocese de Lisboa, daqui a dez anos, segundo os meus cálculos, teremos dois terços do clero que temos hoje. Isso significa que a Igreja tem de se organizar past oralmente com muito menos padres”³³⁰. Por conseguinte, levantou a hipótese de se constituírem equipas pastorais com padres, diáconos, religiosos e leigos. Estando claro o caminho a seguir perante este problema: “somos poucos, sejamos mais santos, vivamos mais radicalmente a nossa consagração”³³¹.

Logo, o caminho não passa por fazer mais coisas, mas de viver mais profundamente o ministério recebido. Como afirmava, “a falta de sacerdotes pode levar-nos a fazer ainda mais coisas. Eu gostava que essa situação nos levasse a fazer as coisas melhor, o que significa, necessariamente, rezar mais”³³². Ou seja, “a falta de oração pode transformar-se numa das fragilidades do nosso presbitério [de Lisboa]. (...) Um sacerdote sem intimidade pessoal com Jesus Cristo é um anacronismo que empobrece a Igreja. Não hesiteis em limitar atividades, se for necessário, para reservardes tempo para a oração. A nossa relação com Cristo e com a Igreja é uma relação de amor. E nenhuma relação de amor subsiste sem tempo para o amor”³³³. O Pe. Leo Trese partilhava a sua experiência sobre as consequências da falta de oração nos primeiros anos de ministério: “não consigo compreender como não percebia que a falta de oração me estava arrastando para a tibieza e a moleza espiritual”³³⁴.

É da oração que nasce, em primeiro lugar, a comunhão e unidade do presbitério que aprofundávamos anteriormente: “habitue-mos a rezar sempre em união com o Bispo e com

³²⁹ Façamos uma comparação estatística rápida para compreendermos a evolução desta problemática no decorrer dos últimos anos em Portugal. Segundo o Anuário Estatístico da Igreja, em Portugal havia em 1985 3.619 padres diocesanos, em 1990 3.472, em 1995 3.362, em 2000 3.159, em 2005 2.934, em 2010 2.768 e em 2015 2.524 padres. Em 30 anos são menos 1.095 padres, isto é, ordenam-se muito menos padres do que aqueles que morrem ou abandonam o ministério. Claramente a diminuição dos presbíteros denota -se na ação pastoral, seja por ser mais difícil a nomeação de vigários paroquiais, seja pela atribuição de várias paróquias ao mesmo pároco. Cf. Secretaria Status, *Annuario Statisticum Ecclesiae*, Rationarium Generale Ecclesiae (Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1990), 159; Secretaria Status, *Annuario Statisticum Ecclesiae*, Rationarium Generale Ecclesiae (Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2000), 170; Secretaria Status, *Annuario Statisticum Ecclesiae*, Rationarium Generale Ecclesiae (Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010), 176; Secretaria Status, *Annuario Statisticum Ecclesiae*, Rationarium Generale Ecclesiae (Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016), 176.

³³⁰ José António Santos e Licínio Lima, «Igreja não irá ficar calada», *Diário de Notícias*, 12 de Abril de 1998, 47136 edição, sec. Entrevista, 6.

³³¹ Policarpo, «O Sacerdote, uma diferença que define», 159–60.

³³² José Policarpo, «Homilia nas Ordenações Presbiterais», *Vida Católica*, 3, n. 9 (2001): 98.

³³³ José Policarpo, «A unidade do Sacerdócio Apostólico, sinal da unidade da Igreja, Povo Sacerdotal», *Vida Católica*, 3, n. 22 (2006): 189–90.

³³⁴ Leo Trese, *Vaso de Argila*, 2.^a ed., Coleção Vértice 12 (São Paulo: Quadrante, 2018), 12.

os outros irmãos sacerdotes, com eles e por eles, e quanto mais profunda e assídua for a nossa oração, maior será a nossa comunhão e mais sólida a nossa unidade.”

A este propósito é muito ilustrativo o modelo dado pelo Patriarca antecessor. Contou D. José numa homilia da Missa Crismal: “O Senhor Cardeal Patriarca [António Ribeiro], durante a sua doença disse-me um dia, antes de a comoção lhe ter impedido as palavras: «Tenho pena! Vejo agora que há tanta coisa que não fiz e deveria ter feito e outras que poderia ter deixado por fazer». Ousando eu perguntar-lhe quais, respondeu-me: «deveria ter dado mais tempo a Deus e à oração, mesmo que ficassem coisas por fazer»”³³⁵!

2.2.7. CONSAGRAÇÃO VIRGINAL: O CELIBATO

O presbítero é chamado a consagrar a sua vida ao Senhor³³⁶: “A vivência do celibato, num mundo que vulgarizou a sexualidade, ocupa um lugar importante na espiritualidade sacerdotal, como expressão da entrega total ao amor de Jesus Cristo, que o sacerdote estende a toda a sua vida quando celebra a Eucaristia”³³⁷, como lembrava o Patriarca Policarpo. Não se trata de uma imposição aos candidatos ao sacerdócio, mas antes uma escolha primeira. Cada homem a ser ordenado já está antes comprometido esponsalmente com Cristo. Pois, “vivido como escolha primeira, expressão de uma radicalidade amorosa com Cristo, ele revela-se uma grande riqueza pastoral para o exercício mesmo do ministério”³³⁸.

Daí que o “celibato dificilmente se aguenta concebido apenas como privação. Ele é uma nova maneira de amar, participando da maneira de Cristo amar, leva-nos a dar uma qualidade e densidade nova ao amor com que amamos as pessoas, desafiando aqueles e aquelas que nos amam, a não o fazerem segundo a carne e o sangue, mas partilhando do Espírito do amor divino”³³⁹.

Numa sociedade secularizada, notamos a força de correntes que procuram pôr em causa a disciplina do celibato sacerdotal, como reconhecia já D. José em 2008 – e que se evidencia ainda mais nos tempos de hoje – “a sociedade pressiona-a [a Igreja] continuamente a mudanças segundo as exigências da cultura secularizada: casamentos dos padres, ordenação de mulheres, aceitação de segundos casamentos”³⁴⁰. Todavia, “essas ou outras grandes mudanças só

³³⁵ Policarpo, «O Sacerdote, uma diferença que define», 159.

³³⁶ Para um aprofundamento deste tema recomendamos a leitura de Juan María Uriarte, *O Celibato: apontamentos antropológicos, espirituais e pedagógicos* (Prior Velho: Paulinas Editora, 2018).

³³⁷ Policarpo, «A espiritualidade sacerdotal num mundo secularizado», 113.

³³⁸ Policarpo, 113–14.

³³⁹ Policarpo, «O sacerdócio apostólico e os desafios do momento presente», 210. Ou como afirmava noutra ocasião: “a virgindade sacerdotal não pode ser vista como negação, nem da sexualidade e da afetividade e de toda a capacidade humana de amar, mas como uma outra maneira de amar”, Policarpo, «Dai-nos, Senhor, um coração novo», 137.

³⁴⁰ Policarpo, «A Igreja no tempo e em cada tempo», 14.

poderiam acontecer na Igreja, ao ritmo do Espírito, porque o Senhor, que dirige a Igreja, a desafiava a mudar para anunciar melhor a mensagem de salvação”³⁴¹. A mudança na Igreja acontece por inspiração do Espírito Santo e não por capricho humano ou por seguimentos de modas passageiras ou motivações profanas, como é notório nas mudanças ocorridas com o II Concílio do Vaticano.

2.2.8. FIDELIDADE AO MINISTÉRIO ORDENADO

Depois de cada padre ser ordenado, é pedido que cada um seja fiel ao ministério recebido, não como uma atitude de mérito pessoal, mas como resposta que implica toda a Igreja. Como lembrava D. José, “a fidelidade do sacerdote não é, apenas, uma atitude pessoal; é a participação na fidelidade amorosa de Cristo à sua Igreja. E esta fidelidade de Jesus Cristo é o seu «sentimento» que resume, depois da Páscoa, toda a Sua pessoa e missão; a fidelidade ao amor faz a ponte entre o tempo e a eternidade”³⁴².

Sendo a fidelidade nos dias de hoje uma tarefa ainda mais desafiante: “sabemos quanto esta fidelidade exige hoje coragem e determinação, perante as correntes na moda, as exigências da sociedade de nos adaptarmos aos seus critérios, as próprias exigências dos cristãos pouco esclarecidos, que tantas vezes pedem à Igreja o que ela não lhes pode dar. Combate de fidelidade também na vigilância e na luta contra as nossas fragilidades pessoais”³⁴³. O padre é chamado à fidelidade total ao que prometeu ao Bispo na ordenação, isso implica, a oração, o celibato, a missão, todo o ministério.

2.3. A REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA VIDA DA IGREJA

D. José questionou-se, a partir do debate lançado na sociedade e na vida eclesial, sobre o papel das mulheres na vida da Igreja. Sempre com um tom de comunhão ao Santo Padre e fidelidade ao Magistério, propôs-se refletir sobre os possíveis caminhos de abertura aos ministérios e à ordenação de mulheres.

Fê-lo ao ritmo da Igreja, daí que surjam reflexões de acordo com o que se discutia nos vários contextos, tendo matizes diferentes com o avançar dos anos. O que escrevera aos seminaristas, aquando da sua participação no Sínodo dos Bispos que abordámos anteriormente, é uma das primeiras reflexões escritas que conhecemos da sua autoria sobre o assunto. Aí com uma marca de abertura ao tema e de uma necessária perscrutação dos sinais dos tempos.

Numa entrevista ao *Diário de Notícias*, em 1998, assegurou que “o sacerdócio feminino não tem sentido se o objectivo da sua instituição constituir uma resposta às ambições das

³⁴¹ Policarpo, 14.

³⁴² Policarpo, «Tende em vós os mesmos sentimentos de Jesus Cristo», 125–26.

³⁴³ Policarpo, «Homilia nas Ordenações Presbiterais e Diaconais», 97.

mulheres. Terá sentido para encontrar soluções no seio da Igreja de Deus e, assim, os seus membros as devem procurar. Mas soluções fora da comunhão com o Santo Padre não devem ser equacionadas”³⁴⁴. E noutra entrevista clarificou que “o que me choca mais não é pôr a hipótese de ordenar mulheres ou não ordenar. É como o problema está a ser posto, como reivindicação e direito de um grupo”³⁴⁵.

Em 1999, afirmou numa entrevista que as mulheres tendo vocação eram capazes de exercer o ministério, identificando que uma das razões para o não acesso à ordenação é sobretudo pela tradição apostólica, que reserva aos homens o ministério ordenado. Sendo necessário um amadurecimento da questão para um olhar diferente sobre a mesma, mostrou que as mulheres nesse tempo já tinham papéis em vários setores da Igreja, que há uns anos seria impossível de acontecer. Mais, admitiu que esta questão coloca-se quando se foca numa Igreja clericalizada, contrária à Igreja-Povo de Deus, que o Concílio propõe, onde o ministro ordenado faz o que lhe compete e é próprio do ministério recebido (isto é, por exemplo, celebrar os sacramentos, acompanhar as pessoas). Dando, a seu modo, relevo às outras pessoas nas várias tarefas da Igreja, principalmente, no que concerne ao âmbito pastoral (a título de exemplo: catequese, participar nos conselhos económico e pastoral, direção do centro social, grupo paroquial), como vimos anteriormente³⁴⁶.

Em 2003 propunha nesta questão a obediência acima de tudo ao Magistério: “Queridas jovens! Certamente muitas de vós estareis a pensar: que temos nós a ver com isso, se só os rapazes podem ser padres? Talvez haja mesmo algumas que perguntem: mas porque não podemos, também nós, ser chamadas ao sacerdócio? Esta interrogação está na moda. A esse respeito garanto-vos uma coisa e peço-vos outra: garanto-vos que se o Espírito de Deus guiasse por aí a sua Igreja, todos nós o aceitaríamos com alegria. Isso não depende da decisão dos homens, nem de processos reivindicativos, mas da maneira como Deus conduz a sua Igreja. E peço-vos que sejais realistas na fé, aceitando a resposta que a Igreja dá a essa questão pelo Magistério do Santo Padre, que vós admirais e amais tanto.”³⁴⁷.

Numa carta pastoral intitulada por *A Igreja no tempo e em cada tempo*, de 2008, D. José reconhecia que a sociedade impregnada pela cultura secularizada vigente exigia mudanças na Igreja, tais como a ordenação de mulheres. Todavia, como lembra o Patriarca, “em tudo, mesmo

³⁴⁴ Santos e Lima, «Igreja não irá ficar calada», 8.

³⁴⁵ António Marujo e José Manuel Fernandes, «Nunca seria do Opus Dei», *Público*, 26 de Março de 1997, 2570 edição, sec. Destaque, 4.

³⁴⁶ Cf. José Policarpo, *Igreja e Democracia: nos 25 anos do 25 de Abril, diálogos com António Marujo e Jorge Wemans, sobre os cristãos e a sociedade democrática à entrada do terceiro milénio* (Lisboa: Multinova, 1999), 81–82.

³⁴⁷ Policarpo, «Sacerdócio Ministerial: Vocação e Compromisso», 132.

na mudança, a Igreja é chamada a agir com critérios de fé, ouvindo a Palavra de Deus, escutando o Magistério e [permanecendo] fiel à Tradição contínua da Igreja ao longo de 2000 anos de confronto com as mais variadas situações humanas”³⁴⁸.

Em 2011, numa entrevista dada à Ordem dos Advogados³⁴⁹, foi questionado sobre as mulheres ocuparem lugares de responsabilidade na Igreja, isto é, o papel das mulheres. Aí afirmou que teologicamente não haveria nenhum obstáculo fundamental para a ordenação das mulheres, reconhecendo que a posição da Igreja é de manter-se sempre fiel a Jesus e ao Evangelho. Por isso, não esperava que o Papa alterasse esta lei, caso a alterasse, teria de ser por ser reconhecida como a vontade de Deus para a sua Igreja. A comunicação social portuguesa propagou as suas palavras do não impedimento teológico, que trouxeram tensão na sociedade e na Igreja, chegando, por meio de alguns vaticanistas, a Roma.

Esta propagação dos *media* portugueses levou D. José a escrever a 6 de julho um esclarecimento público³⁵⁰, em forma de retratamento, comprovando a comunhão total com o ministério petrino. Nele evidencia o sacerdócio ministerial como um chamamento e não um direito que possa ser reivindicado, nomeadamente pelos movimentos feministas que tinham vindo a ganhar maior força nesses anos, e propõe uma nova acentuação sobre o sacerdócio comum dos fiéis sem detrimento do sacerdócio ministerial.

Estas suas afirmações conduziram a que o Patriarca tivesse recebido uma carta do Cardeal William Levada, nessa data prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, entregue em mão pelo Núncio Apostólico em Lisboa, a 2 de julho, aquando das ordenações diocesanas, anterior aos seus esclarecimentos, como noticiaram os jornais; e a que tivesse uma audiência com o então Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal Tarcisio Bertone³⁵¹.

³⁴⁸ Policarpo, «A Igreja no tempo e em cada tempo», 14.

³⁴⁹ Que pode ser lida na íntegra em: Ana Isabel Cabo, «A Justiça demorada pode provocar colapso: entrev ista ao Cardeal Patriarca D. José Policarpo», *Boletim da Ordem dos Advogados*, Maio de 2011.

³⁵⁰ Cf. José Policarpo, «Esclarecimento do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, sobre a ordenação de mulheres», Patriarcado de Lisboa, 6 de Julho de 2011, <https://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?id=904>. Por se encontrar apenas no site do Patriarcado de Lisboa, achámos por bem anexá-lo à presente tese, ver Anexo 2.

³⁵¹ Não nos foi possível encontrar o paradeiro da carta, alvitamos a hipótese que esteja no arquivo pessoal do Patriarca D. José, ao qual não tivemos acesso e não está inventariado publicamente. Cf. António Marujo, «Patriarca chamado ao Vaticano para se explicar sobre ordenação de mulheres», *Público*, 1 de Agosto de 2011, 7786 edição.

CAPÍTULO 3

CUIDAR DO CLERO E GOVERNAR UMA DIOCESE

À ação que o Bispo, por ser o pastor da porção do rebanho (cf. *LG 18*) que lhe foi confiada, participando da missão do único Pastor que é Cristo, exerce na qualidade de pastor chamamos de ação pastoral. Por conseguinte, esta ação pastoral desenrola-se em torno das grandes áreas da Igreja: caridade, evangelização, celebração e a comunidade. Estando sempre articuladas, existem, contudo, instâncias específicas, isto é, ramos concretos que focam primeiramente um objetivo, concretamente, a pastoral vocacional, a pastoral familiar, a pastoral universitária, a pastoral escolar, a pastoral da juventude, a pastoral catequética, a pastoral social, a pastoral penitenciária, a pastoral missionária, a pastoral litúrgica e a pastoral da saúde.

Necessariamente, o Seminário Diocesano é também uma instância fruto da ação pastoral do Bispo Diocesano. Ele é o primeiro a quem compete cuidar da formação do seu presbitério e, por isso, cuidar daqueles que ele designa³⁵² como os educadores dos futuros presbíteros da Diocese³⁵³, ou seja, deve cultivar uma solicitude pastoral pelo seminário. Procurando incutir esta solicitude em cada diocesano para que o seminário seja preocupação de toda a diocese: bispo, padres, leigos, ou seja, de todo o “Povo de Deus”.

Como afirmava D. José na homilia da celebração, em 1981, do quinquagésimo aniversário de fundação do SO: “O Seminário é o coração da Diocese, – [expressão conciliar, *OT* n° 5] – porque está no coração do Bispo e tem o Bispo no coração. Todos nós que hoje somos o Seminário, Equipa responsável e alunos, queremos pôr o Cardeal Patriarca, como Bispo da Diocese, no centro da vida da nossa comunidade”, palavras que dirija enquanto Reitor ao Cardeal Ribeiro.

A este respeito São João Paulo II, nas suas bodas de ouro sacerdotais afirmava, “o Bispo vê a sua Igreja através do Seminário, dado que a vida eclesial depende em grande parte das vocações sacerdotais. A graça de numerosas e santas vocações sacerdotais permite-lhe olhar confiadamente para o futuro da sua missão”³⁵⁴.

Igualmente, o Bispo deve manifestar uma solicitude particular por cada filho que tem no seu Presbitério³⁵⁵, isto é, cuidar para que cada presbítero seja sempre sinal de Cristo no meio

³⁵² Nomeados pelo Bispo Diocesano. Cf. *CIC*, par. 233, 239.

³⁵³ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Diretrizes sobre a preparação dos educadores nos Seminários», *Enchiridion Vaticanum* 13 (1996): n. 1.

³⁵⁴ João Paulo II, *Dom e Mistério: nas minhas Bodas de Ouro Sacerdotais* (Lisboa: Paulinas: Conferência Episcopal Portuguesa, 1996), 110.

³⁵⁵ Cf. Congregação para o Clero, *Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros*, n. 107. A proposta de considerá-los como filhos, partindo do exemplo Evangélico de Jesus (Cf. Jo 15, 15), é reconhecida nos documentos

do mundo, unido de coração à Santa Igreja. Nomeadamente, com o acompanhamento e formação permanente do clero. Esta solicitude traduz-se no concreto do múnus episcopal, seja pela criação de instâncias diocesanas, seja pelo incremento de atividades espirituais (retiros, recoleções, partilhas da Palavra, etc.), seja com a vigilância constante através de conversas pessoais, nomeadamente com aqueles que sofrem dificuldades, de diversa ordem, no seu ministério.

O Patriarca D. José Policarpo não foi indiferente a esta solicitude e contribuiu com o incremento de novas instâncias e a renovação dos setores e serviços deixados pelo Cardeal Ribeiro³⁵⁶ – os Estatutos do Conselho Pastoral Diocesano do Patriarcado de Lisboa publicados em 1986³⁵⁷ e renovados pelo Patriarca Policarpo em 2002³⁵⁸; os Estatutos do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa publicados em 1986³⁵⁹; os Estatutos das Vigararias e dos Vigários da Vara promulgados em 1986³⁶⁰; a Casa Sacerdotal erigida em 1989³⁶¹ (pedida pela PO n.º 21); o Estatuto Económico do Clero publicado em 1990³⁶² (seguindo os princípios da PO n.º 20); o Estatuto do Fundo Paroquial publicado em 1990³⁶³; e no âmbito vocacional a criação do Pré-Seminário de Lisboa em 1982 – seu antecessor, inseridas na renovação pós-conciliar do II Concílio do Vaticano. Auxiliaram nas decisões da ação pastoral também as diretrizes e indicações vindas do magistério pontifício e das congregações romanas. Importa ainda referir o documento fruto da reflexão do Conselho Presbiteral de 21 e 22 de maio de 1985, intitulado “A vida espiritual do Padre Diocesano”³⁶⁴.

conciliares (Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, «Decretum de Pastoralis Episcoporum Munere in Ecclesia: Christus Dominus», n. 16.).

³⁵⁶ Para aprofundar o ministério (pensamento e ação, incluindo as instâncias pastorais criadas nesse tempo) do Patriarca D. António Ribeiro recomendamos a leitura de: Joaquim Loureiro, «“Convosco sou padre”: o ministério presbiteral no pensamento e ação pastoral de D. António Ribeiro : 1971-1998» (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2016).

³⁵⁷ Cf. António Ribeiro, «Estatutos do Conselho Pastoral Diocesano do Patriarcado de Lisboa: Decreto de Aprovação», *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 247–48; «Estatutos do Conselho Pastoral Diocesano do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 248–56.

³⁵⁸ Cf. José Policarpo, «Conselho Pastoral Diocesano: Decreto e Estatutos», *Vida Católica*, 3, n. 12 (2002): 223–32.

³⁵⁹ Cf. António Ribeiro, «Estatutos do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa: Decreto de Aprovação», *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 269; «Estatutos do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 270–79.

³⁶⁰ Cf. António Ribeiro, «Estatutos das Vigararias e dos Vigários da Vara: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 3 (1986): 345–46; «Estatutos das Vigararias e dos Vigários da Vara», *Vida Católica*, 2, n. 3 (1986): 346–54.

³⁶¹ Cf. António Ribeiro, «Casa Sacerdotal do Patriarcado de Lisboa: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 10 (1989): 161.

³⁶² Cf. António Ribeiro, «Estatuto Económico do Clero: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 41–44; «Estatuto Económico do Clero», *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 45–58. Com ele foi criada uma Comissão responsável pela aplicação do Estatuto Económico do Clero, que tinha como membros: o ecónomo diocesano, o diretor dos Serviços Administrativos do Patriarcado e por três padres eleitos pelo Conselho Presbiteral (um pároco urbano, um pároco do campo, e um padre que não tivesse funções paroquiais).

³⁶³ Cf. António Ribeiro, «Estatuto do Fundo Paroquial: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 59–61; «Estatuto do Fundo Paroquial», *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 62–69.

³⁶⁴ Cf. «A Vida Espiritual do Padre Diocesano», *Vida Católica*, 2, n. 3 (1986): 329–44.

A ação pastoral de D. José Policarpo é, acima de tudo, a concretização de modo ainda mais profundo e inserida no contexto atual do Concílio na vida da diocese, como afirmava nitidamente no início do seu ministério à frente do Patriarcado: “À diocese quero dizer claramente que as minhas linhas programáticas vêm sendo caldeadas há trinta anos a esta parte, aliás com a minha participação, empenhada e sincera, no esforço de edificar uma Igreja inspirada e assente nas linhas de força do Concílio Vaticano II”³⁶⁵.

Uma referência ao Dia da Igreja Diocesana (DID). Ocorrido pela primeira vez a 1 de junho 1980 no Seminários dos Olivais e presidido pelo Cardeal Ribeiro, será uma instância que D. José manterá e que será fator de reunião da igreja lisbonense e das suas várias áreas de ação pastoral. D. José presidiu à comissão promotora do primeiro DID³⁶⁶, e esteve nas diversas equipas de organização nas edições seguintes. Atualmente encontra-se extinto na diocese.

É de frisar que preparar padres para a sociedade de hoje, como o próprio D. José reconheceu, é “preparar padres para sociedades que hoje são inevitavelmente multiculturais”³⁶⁷, e acrescenta que não podemos “partir do princípio, nós os responsáveis e o povo de Deus em geral, de que as estruturas atuais estão garantidas. Não estão! Têm de estar continuamente a tentar responder às exigências do tempo e às exigências da missão da Igreja”³⁶⁸. Partindo desta adequação encontramos a chave para entender a renovação ou criação das estruturas formativas que elencaremos de seguida.

A 4 de julho de 1999 a Diocese inaugurou o seu primeiro *website* no endereço: www.patriarcado-lisboa.pt/, em fevereiro de 2011 renovou-o com um novo visual e uma mensagem de boas-vindas do Patriarca D. José³⁶⁹. A 1 de janeiro de 2011 destacou-se a mudança na forma de comunicação entre a Cúria e o Clero, passando toda a correspondência do Patriarcado a ser enviada por correio eletrónico. Passo significativo do avanço tecnológico na vida eclesial, as informações do Bispo passaram a chegar mais fácil e rapidamente aos padres³⁷⁰. Nesse mesmo ano o Patriarcado contou apenas com dois bispos auxiliares. Com a ida para Roma de D. Carlos Azevedo em outubro, ficou um único bispo auxiliar, D. Joaquim Mendes, até à ordenação do novo bispo auxiliar D. Nuno Brás em finais de novembro.

³⁶⁵ Policarpo, «A Igreja de Lisboa ao ritmo do Espírito: Comunicação nas Jornadas Diocesanas», 375.

³⁶⁶ São várias as reuniões de preparação que ocorreram nesse tempo para a preparação do primeiro DID. Cf. «Actividades Pastorais», *Noticiário*, n. 24 (1979): 3.

³⁶⁷ José Policarpo, «Os Seminários do Patriarcado de Lisboa: História, Arte e Património», *Vida Católica*, 3, n.37 (2011): 229.

³⁶⁸ Policarpo, 229.

³⁶⁹ Cf. Diogo Paiva Brandão, «Uma Igreja em diálogo: Patriarcado de Lisboa inaugura novo site», *Voz da Verdade*, 20 de Fevereiro de 2011, 3973 edição, sec. Reportagem.

³⁷⁰ Cf. José Policarpo, «Carta ao Clero do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 223–24. A alteração foi anunciada pelo Vigário Geral à diocese através de um carta de novembro de 2010, cf. Francisco Tito Espinheira, «Serviço de Informação», *Vida Católica*, 3, n. 36 (2010): 231–32.

Consequentemente ocorreram nesse ano mudanças na organização da diocese: os bispos deixaram de estar presentes nas reuniões de vigárias, indo apenas ocasionalmente, criando-se a função de Vigários Coordenador para as quatro regiões pastorais, ficando nomeados o Cón. Luís Alberto, o Pe. Rui Pedro, o Cón. Mário Pais e o Pe. Ricardo Franco. Começou a realizar-se o Conselho Episcopal Alargado, com a presença também destes vigários e do diretor do SAP. Ao mesmo tempo decretou-se a possibilidade de os vigários gerais administrarem o Sacramento da Confirmação nas paróquias. Com a libertação dos bispos destas funções retomaram-se as visitas pastorais e, acima de tudo, D. José colocou como prioritário o acompanhamento dos padres e diáconos permanentes, frisando que “esta solicitude pastoral deve prevalecer sobre os muitos empenhos de ordem circunstancial que nos são solicitados”³⁷¹.

3.1. FORMAÇÃO INICIAL

O caminho para o presbiterado é um caminho longo e implica um discernimento profundo. É nesse caminho que é dada a formação inicial a cada candidato, neste caso como seminarista. Os futuros padres da diocese são formados segundo o modelo que o Bispo traça para o Seminário da sua diocese, de acordo com as indicações dadas pelo Romano Pontífice.

O Bispo D. José enquanto Bispo Auxiliar do Patriarcado e Reitor do Seminário dos Olivas colaborou³⁷² na elaboração da *Ratio Nacional para os Seminários de Portugal*³⁷³. Isto é, depois da Congregação para a Educação Católica apresentar em 1970 a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*³⁷⁴, cada conferência episcopal foi chamada a elaborar uma *ratio* nacional, repto que Portugal respondeu em 1981 com a primeira publicação do livro das normas.

3.1.1. REESTRUTURAÇÃO DOS SEMINÁRIOS DIOCESANOS

Um dos pontos prévios que prepara esta reorganização é a ereção de um novo Seminário na diocese: o Seminário Patriarcal de São José de Caparide, ereto a 13 de julho de 1984 pelo

³⁷¹ José Policarpo, «O Ministério Episcopal na Diocese de Lisboa: Decreto», *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 175.

³⁷² D. Manuel Clemente lembrou que são praticamente da autoria de D. José, cf. Manuel Clemente, «Da Igreja para o Mundo: O Seminário da Diocese de Lisboa», *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 37.

³⁷³ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, *Normas Fundamentais para a formação sacerdotal nas dioceses Portuguesas* (Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1981). Estas normas foram revistas à luz da nova *Ratio*, incluindo a renovação do Código de Direito Canónico de 1983, conjuntamente foi escrita pela primeira vez a *Ratio Studiorum* saindo em 1992 um novo livro de normas, cf. Conferência Episcopal Portuguesa, *Normas Fundamentais para a formação sacerdotal nas dioceses Portuguesas e plano de estudos para o Seminário Maior*, Documentos 8 (Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1992). Aguarda-se neste momento uma nova *Ratio* nacional.

³⁷⁴ Cf. Congregação para a Educação Católica, «Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis», AAS 62 (1970): 321–84., para ler em português: Sagrada Congregação para a Educação Católica, *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis: Diretrizes básicas para a formação sacerdotal* (Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, 1970). Em 1985, devido à renovação do CIC de 1983, a Congregação, agora do Clero, publicou uma nova *Ratio*. Mais tarde, em 2016, foi apresentada uma nova *Ratio*, capaz de responder aos novos desafios da sociedade e do tempo presente, cf. Congregação para o Clero, *O dom da vocação presbiteral: Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis* (Prior Velho: Paulinas, 2017).

Cardeal Ribeiro³⁷⁵, passando a ser residência dos alunos que frequentavam o liceu. O outro é a renovação do SLP, que fechara em 1975 o internato – nomeadamente devido às revoluções que se sentiam no país – e abriu a 3 de novembro desse ano o Externato de Penafirme (EP), abrindo, em 1999, no espaço antigo, o Seminário de Nossa Senhora da Graça de Penafirme.

Deste modo, a 15 de agosto de 1999³⁷⁶ deu-se na diocese uma reestruturação dos seminários diocesanos. O Seminário de Nossa Senhora da Graça de Penafirme passou a ser o seminário pré-universitário da diocese (comumente chamado seminário menor, contudo o decreto não o denomina dessa forma), ficando os alunos a frequentar o EP. O seminário maior dividiu-se em duas casas: os dois primeiros anos do curso filosófico-teológico, denominada esta etapa por Seminário Vocacional, no Seminário de São José Caparide; e os três últimos anos, o Seminário Pastoral, que continuaram no Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais.

3.1.2. CRIAÇÃO DE UM SEMINÁRIO MISSIONÁRIO: O SEMINÁRIO REDEMPTORIS MATER

A 13 de maio de 2001 foi erigido canonicamente o Seminário Diocesano *Redemptoris Mater* – Nossa Senhora de Fátima³⁷⁷, procurando formar pastores em ordem à nova evangelização. Depois de ordenados, estes padres ficam incardinados na diocese, trabalham em território diocesano durante três anos e depois podem ser enviados para terras de missão, para Igrejas irmãs que precisem, por um espaço de tempo determinado pelo Patriarca. Este seminário acabou por ficar ligado ao movimento Caminho Neocatecumenal. A Diocese de Roma foi a primeira a ter um seminário deste estilo. O cariz missionário sempre foi uma marca da diocese lisboeta.

Este aspeto missionário concretiza as indicações trazidas pelo magistério, reconhecendo a universalidade do sacerdócio ministerial, dimensão por vezes esquecida em detrimento de uma perspetiva local fechada. Como lembra o *Diretório*: “a incardinação não deve fechar o sacerdote numa mentalidade restrita e particularista, mas abri-lo ao serviço de outras Igrejas, porque toda a Igreja é a realização particular da única Igreja de Jesus Cristo”³⁷⁸.

3.1.3. INCREMENTO DO ANO PROPEDÊUTICO

No ano pastoral 2001/2002 surgiu um novo ano na formação, intitulado por “Tempo Propedêutico”. Considerado como o primeiro dos três anos da etapa vocacional, assim chamada naquele tempo, no Seminário de São José de Caparide, procurava ser “um tempo de

³⁷⁵ Cf. António Ribeiro, «Decreto», *Sinal*, n. 32 (1984): 1.

³⁷⁶ Cf. José Policarpo, «Seminários do Patriarcado», *Vida Católica*, 3, n. 2 (1999): 88–90.

³⁷⁷ Cf. José Policarpo, «Decreto - Ereção Canónica do Seminário Diocesano “Redemptoris Mater - Nossa Senhora de Fátima”», *Vida Católica*, 3, n. 8 (2001): 245–46.

³⁷⁸ Congregação para o Clero, *Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros*, n. 15.

amadurecimento e de busca de uma primeira síntese da vida cristã³⁷⁹. Tendo como pilares: a vida comunitária; a vida litúrgica – onde se passava a viver os momentos mais intensos do ano litúrgico em comunidade, como é o caso do Natal e Páscoa; a vida apostólica – com um contacto mais intenso com a pobreza, as realidades sociais e com a dor humana; e a catequese – com especial relevo na leitura orante da Sagrada Escritura. Ainda hoje, embora com outros moldes e matizes, este ano acontece nesse seminário.

3.1.4. ANO PASTORAL FORMATIVO NO SEMINÁRIO DOS OLIVAIS

No ano académico 2000/2001, o 6º ano, último ano de estudos no seminário, que é necessário à ordenação, já depois do curso teológico, passou a ser lecionado no SO com o nome de Ano Pastoral. Nos anos anteriores este último ano era administrado na UCP com a seguinte denominação: “Pós-Graduação em Teologia Pastoral”, que tinha sido criado no início dos anos 90³⁸⁰. As disciplinas que eram dadas no seminário correspondiam a um cariz pastoral³⁸¹, relacionadas com a aplicação da teologia nas várias tarefas do ministério. Destacou-se pela adesão considerável de padres que aproveitaram para fazer esta formação, nomeadamente algumas cadeiras (visto a inscrição ser possível por cadeira), como foi o caso da cadeira lecionada pelo professor D. Manuel Clemente, diretor deste Ano Pastoral. Como informava o diretor-adjunto do Ano Pastoral, o Pe. Nuno Brás, sobre essa possibilidade na carta que escreveu ao clero: “As referidas disciplinas têm uma orientação eminentemente pastoral, pelo que pensamos que poderiam constituir mais uma oportunidade de formação permanente, ficando por isso aberta a sua frequência aos membros do clero”³⁸². Ainda hoje, ainda que com outras cadeiras e outros professores, este ano acontece nesse seminário.

3.2. FORMAÇÃO CONTÍNUA

Depois da ordenação a formação continua para cada padre, daí chamarmos formação contínua ou formação permanente do clero. Como lembra o Papa João Paulo II: “A formação permanente ajuda-o a vencer a tentação de reduzir o seu ministério a um ativismo que se torna fim em si mesmo, a uma impessoal prestação de coisas mesmo espirituais ou sagradas, a um

³⁷⁹ Francisco Inocêncio, «O Tempo Propedêutico», *Sinal*, n. 101 (1984): 3.

³⁸⁰ Cf. Cruz, «Expansão e consolidação da Universidade em Centros Regionais», 144–45.

³⁸¹ As disciplinas no primeiro curso deste Ano Pastoral (2000/2001) eram no 1º semestre: Questões éticas em pastoral, lecionada pelo frei Mateus Peres; Direito Sacramental, lecionado pelo Pe. João Seabra; Comunicação pastoral e homilética, lecionada pelo Cón. António Janela; Acompanhamento de pessoas e grupos, lecionado pelo Cón. Carlos Paes; Acolhimento e formação da consciência, lecionada pelo Pe. Luís Rocha e Melo; Estética e expressão da fé, lecionada pelo Pe. João Marcos. No 2º semestre: Evangelização e cultura, lecionada por D. Manuel Clemente; Administração das Paróquias, lecionada pelo Pe. Francisco Tito; Anúncio e transmissão da fé, lecionada pelo Pe. Paulo Malícia; Pastoral Litúrgica/ Múnus da Presidência, lecionada pelo Cón. José Ferreira e pelo Pe. Pedro Lourenço; Pastoral Vocacional, lecionada pelo Pe. Mário Rui Pedras; Pastoral Familiar, lecionada pelo Pe. Duarte da Cunha; Doutrina Social da Igreja, lecionada pelo Pe. Jardim Gonçalves. (cf. Nuno Brás para Clero, «Carta - Ano Pastoral 2000/2001», 4 de Setembro de 2000, pt. Anexo, Arquivo do Seminário dos Olivais.).

³⁸² Brás para Clero, 1.

mero emprego ao serviço da organização eclesial. Só a formação permanente ajuda o padre a guardar com amor vigilante o «mistério» que traz em si para o bem da Igreja e da humanidade.»³⁸³.

Esta formação aconteceu nesses anos na diocese de Lisboa através de recolções para os sacerdotes organizadas por vigararia; por momentos formativos dados pelos Bispos nas reuniões de vigararia, que por norma ocorrem sempre com a presença do Patriarca ou do Bispo Auxiliar dessa zona pastoral; pela frequência do Ano Pastoral no Seminário dos Olivais, como vimos anteriormente; por um encontro denominado formação permanente do Clero, ocorrido por norma no mês de janeiro; por momentos formativos no conselho presbiteral e na reunião de vigários.

3.3. *ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS, FORMATIVASE ECONÓMICAS*

3.3.1. *ESTATUO ECONÓMICO DO CLERO*

Em 1998 foi publicado um novo Estatuto Económico do Clero³⁸⁴ (EEC), revogando o anterior de 1990. Com ele é preparada a extinção da Fraternidade Diocesana de Previdência e Assistência ao Clero³⁸⁵ – instância que à data estava ligada às três dioceses –que ocorreu a 2 de fevereiro de 2000³⁸⁶. Ficou absorvida, no que concerne ao clero do Patriarcado, no Fundo Diocesano do Clero, que fora instituído pelo EEC de 1990. Igualmente, desaparece o regime benéfico do fundo paroquial, como pedido no novo código de 1983³⁸⁷. Esse regime foi sendo abolido gradualmente pelas várias paróquias da diocese de Lisboa.

A este propósito importa frisar a dimensão da pobreza que o clero é chamado a viver e de que o presbitério de Lisboa é testemunha. Como lembrava D. José: “No que toca à simplicidade, modéstia de vida, ausência de ganância, podemos dizer que o presbitério de Lisboa é pobre. A facilidade com que se implantou o EEC e se instituiu o Fundo Diocesano, são disso sinal. Aceitou-se, facilmente, o princípio de uma remuneração homogénea (...) e o princípio da partilha dos bens”³⁸⁸. Tendo assim como imperativo a opção pelos pobres, que

³⁸³ João Paulo II, «Adhortatio Apostolica Postsynodalis: Pastores Dabo Vobis», n. 72.

³⁸⁴ Cf. José Policarpo, «Estatuto Económico do Clero: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 439–52.

³⁸⁵ Para preparar a sua extinção são introduzidas alterações ao artigo 36º, depois de votadas e aprovadas em Assembleia Geral da Fraternidade a 2 de fevereiro de 1998 (cf. José Policarpo, Manuel Martins, e Manuel Pelino Domingues, «Revisão do estatuto da Fraternidade Diocesana de Previdência e Assistência ao Clero: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 186–87.) e confirmadas, por decreto de 8 de abril de 1998, pelos bispos diocesanos D. José Policarpo, D. Manuel Martins e D. Manuel Pelino.

³⁸⁶ Cf. José Policarpo, Gilberto Reis, e Manuel Pelino Domingues, «Fraternidade Diocesana de Previdência e Assistência ao Clero: Decreto de extinção», *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 203–5.

³⁸⁷ Com o cânone 1272: “Nas regiões onde existem benefícios propriamente ditos, cabe à Conferência dos Bispos, mediante normas oportunas, estabelecidas de acordo com a Sé Apostólica e por ela aprovadas, regulamentar a administração de tais benefícios de modo que as rendas e, quanto possível, o próprio dote dos benefícios passem, pouco a pouco, ao instituto mencionado no cân. 1274 § 1”.

³⁸⁸ Policarpo, «Assembleia Jubilar do Presbitério de Lisboa», 174.

exige a cada padre “a virtude da pobreza, que tem a sua máxima expressão num coração liberto em relação ao dinheiro e aos bens materiais”³⁸⁹.

O Patriarca Policarpo concretizou a exigência da pobreza evangélica na vida dos sacerdotes nos seguintes pontos: “a modéstia de vida, sem chamar a atenção, nem dar nas vistas; nunca fazer depender o exercício do ministério de qualquer benefício ou lucro material; orientar para o Reino de Deus o que lhe sobra; administrar sabiamente os bens da Igreja, respeitando-lhe a sua finalidade, as normas do direito e a intenção dos oferentes; a partilha fraterna dos sacerdotes entre si e com os irmãos mais necessitados”³⁹⁰, pontos chave que encontramos na base dos artigos do EEC.

A 1 de janeiro de 2001³⁹¹, depois de ouvido o CP, o Patriarca decidiu que entraria nessa data em vigor uma atualização da remuneração mensal dos sacerdotes do Patriarcado de Lisboa ficando acordados 130.000\$00 escudos, exceto para os sacerdotes hospedados nos seminários ou outras instâncias diocesanas que se manteve nos 42.500\$00 escudos. A 22 de dezembro de 2003³⁹² voltou a ser revista e atualizada para 700 € mensal para todos os sacerdotes a partir de 1 de janeiro de 2004, já com a nova moeda em vigor no país. Em 2007³⁹³ acontece nova alteração tendo ficado fixando o valor nos 784€ brutos.

3.3.2. NORMAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DAS PARÓQUIAS

Nesse mesmo ano, 1998, a 11 de junho foi apresentado à diocese o decreto sobre a Administração das Paróquias³⁹⁴, revogando as anteriores *Normas para a administração das Paróquias* de 28 de fevereiro de 1985. Estas Normas passaram a atender às novas realidades, como a gestão unificada dos bens patrimoniais da paróquia.

3.3.3. INSTITUTO DIOCESANO DA FORMAÇÃO CRISTÃ

Em 2009³⁹⁵ foi criado no Patriarcado de Lisboa o Instituto Diocesano da Formação Cristã, agregando as instâncias de formação que já existiam na diocese, como a Escola de Leigos, o Centro de Formação à Distância, a Escola de Oração São José, a Escola Diocesana de Música Sacra e o Centro de Estudos Pastorais, procurava ser a base formativa para a diocese

³⁸⁹ Policarpo, «Homilia nas Ordenações Presbiterais», 96–97.

³⁹⁰ Policarpo, «Assembleia Jubilar do Presbitério de Lisboa», 174.

³⁹¹ Cf. José Alves, «Carta: Atualização da Remuneração Mensal dos Sacerdotes», *Vida Católica*, 3, n. 7 (2001): 309.

³⁹² Cf. José Alves, «Carta: Atualização da Remuneração Mensal dos Sacerdotes», *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 317–18.

³⁹³ Cf. Álvaro Bizarro, «Remuneração Mensal dos Sacerdotes», *Vida Católica*, 3, n. 26 (2007): 235–36.

³⁹⁴ Cf. José Policarpo, «Administração das Paróquias: Decreto», *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 413–37.

³⁹⁵ Cf. José Policarpo, «Instituto Diocesano da Formação o Crisã - Patriarcado de Lisboa: Decreto e Estatutos», *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 251–59.

e, por isso, para os serviços e departamentos da cúria³⁹⁶, isto é, dos agentes pastorais. D. José Policarpo presidiu a 3 de novembro de 2009 à sessão inaugural do instituto.

3.3.4. CENTRO DIOCESANO DE ESPIRITUALIDADE

No início de 2003 foi edificado o Centro de Espiritualidade e Cultura sobre a proteção do Imaculado Coração de Maria substituindo a Casa de Retiros do Bom Pastor situada na Buraca. Procurava ser uma “infraestrutura prioritária para o exercício da ação apostólica da Igreja Diocesana”³⁹⁷, sendo assim uma casa de todos os diocesanos: padres, diáconos, religiosos e leigos. O Centro foi erigido numa propriedade do SO localizada no Turcifal, onde se realizaram obras de construção nesse ano no valor de oito milhões de euros.

A 8 de dezembro de 2003 foi inaugurado o Centro Diocesano de Espiritualidade Imaculado Coração de Maria (sofrendo assim alteração na designação do mesmo) pelo Patriarca D. José. Para esse evento convocou e mobilizou toda a Diocese a partir de uma carta³⁹⁸ que escreveu à comunidade diocesana, nela indicava a centralidade da oração para a ação pastoral e o desejo de uma renovação espiritual. Reconhecendo que a construção deste centro foi um dos projetos que formulou ao assumir a diocese. Muitos foram os retiros, as formações e as reuniões que o clero lisboeta teve nesse espaço durante os anos de pontificado do Patriarca Policarpo.

3.3.5. NORMAS PARA A CELEBRAÇÃO DOS SACRAMENTOS E SACRAMENTAIS

A 18 de maio de 2002, Dia da Igreja Diocesana, foram publicadas as *Normas para a Celebração dos Sacramentos e Sacramentais*³⁹⁹, procurando ajudar os párocos com indicações pastorais para a preparação e celebração dos sacramentos da iniciação cristã: Batismo, Confirmação e Eucaristia, sabendo que este último é a plenitude desta iniciação.

A este propósito, D. José reconheceu que estas normas procuraram unir a diocese na forma de ver e fazer, deixando as visões individuais de cada presbítero para sobressair as orientações da Igreja diocesana, discutidas em presbitério, valorizando a ação pastoral em comunhão – “há um longo caminho a realizar, de catequese, de esclarecimento dos fiéis, mas com a firmeza da verdade e orientados pelo Magistério da Igreja, expresso quer nos preceitos canónicos, quer nas orientações litúrgicas. Todos sabemos que isto depende muito dos

³⁹⁶ Cf. José Policarpo, «Bases Estatutárias da Cúria Diocesana do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 25 (2007): n. 35–41.

³⁹⁷ «Centro de Espiritualidade e Cultura: “Imaculado Coração de Maria”», *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 165.

³⁹⁸ Cf. José Policarpo, «Carta às comunidades cristãs do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 122–24.

³⁹⁹ Cf. José Policarpo, *A Celebração dos Sacramentos e Sacramentais: Normas Pastorais para o Patriarcado de Lisboa*, Separata da Vida Católica, nº 28-Terceira Série (Torres Novas: Gráfica Almodina, 2008).

sacerdotes, da sua obediência pastoral, da humildade de não impor a sua maneira de ver, tantas vezes pragmática, à orientação da Igreja”⁴⁰⁰.

3.3.6. REFORMA DA CÚRIA DIOCESANA

Em 2000 são apresentadas à diocese as *Bases Estatutárias da Cúria Diocesana*⁴⁰¹ com caráter provisório, enquanto a diocese, por sugestão da reflexão feita no Congresso Internacional para a Nova Evangelização, dava início ao processo longo de revisão da estrutura da Cúria Diocesana, procurando responder aos apelos de uma nova visão da Igreja no mundo que os caminhos pós-conciliares convocavam. Como D. José lembrava: “Procurámos sublinhar a sua natureza pastoral, a articulação com a vida de toda a Diocese e a necessária coordenação interna, além de simplificar as estruturas, evitando a tentação burocrática”⁴⁰². Com esta primeira reestruturação a designação de secretariado é reduzido aos serviços executivos de apoio, perdendo o papel principal na estruturação pastoral. Passa a estar organizada por 4 áreas, que se subdividem em setores, estes por sua vez em departamentos e estes ainda em serviços.

Assim a 22 de janeiro de 2007 são apresentadas as *Bases Estatutárias da Cúria Diocesana de Lisboa*⁴⁰³ com caráter definitivo até alteração por parte do Patriarca de Lisboa. Como pedem os números 90 e 91, foi constituído o Secretariado da Ação Pastoral (SAP)⁴⁰⁴, passando este a colaborar com o Patriarca em ações pastorais concretas, perdendo o peso central que tinha anteriormente o Diretor do SAP.

A 22 de janeiro de 2009⁴⁰⁵ o Patriarca D. José, por decreto, modifica os números 14 a 20 das *Bases Estatutárias da Cúria Diocesana de Lisboa*. Estes números referem-se ao Departamento da Comunicação e da Cultura, que são separados, tendo criado o Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. Para ajudar na sua organização foi publicado um regulamento para este centro⁴⁰⁶.

3.3.7. NORMAS PARA O DIACONADO PERMANENTE

O Cardeal Policarpo suspendeu durante um período a admissão de novos candidatos para o Diaconado Permanente, promovendo um tempo de debate e reflexão sobre o tema. A 29

⁴⁰⁰ Policarpo, «Páscoa, a Festa do Povo Sacerdotal», 233.

⁴⁰¹ Cf. José Policarpo, «Cúria Diocesana de Lisboa: Decreto de reestruturação», *Vida Católica*, 3, n. 6 (2000): 255–84.

⁴⁰² Policarpo, «Bases Estatutárias da Cúria Diocesana do Patriarcado de Lisboa», 263.

⁴⁰³ Podem ser lidas na íntegra em: Policarpo, «Bases Estatutárias da Cúria Diocesana do Patriarcado de Lisboa».

⁴⁰⁴ Cf. José Policarpo, «Constituição do Secretariado de Ação Pastoral», *Vida Católica*, 3, n. 28 (2008): 303–02.

⁴⁰⁵ Cf. José Policarpo, «Remodelação dos nn. 14 a 20 das Bases Estatutárias da Cúria Diocesana de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 324–26.

⁴⁰⁶ Cf. José Policarpo, «Regulamento do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 326–30.

de junho de 2011⁴⁰⁷ reabre com a publicação das *Normas de selecção e formação dos aspirantes e candidatos ao Diaconado Permanente no Patriarcado de Lisboa*⁴⁰⁸, que procuram valorizar o lugar, a identidade e a beleza deste ministério ordenado na ação pastoral da diocese, concretamente na paróquia e na relação com o pároco; e o respetivo programa⁴⁰⁹ de acompanhamento e lecionação.

⁴⁰⁷ Tendo a carta sido escrita a 27 de junho e enviada a todos os Párocos da Diocese, cf. José Policarpo, «Carta aos Párocos do Patriarcado de Lisboa: Diaconado Permanente», *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 177.

⁴⁰⁸ Cf. José Policarpo, «Normas de selecção e formação dos aspirantes e candidatos ao Diaconado Permanente no Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 178–97.

⁴⁰⁹ Cf. «Programa de formação dos aspirantes e candidatos ao Diaconado Permanente no Patriarcado de Lisboa», *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 198–203.

CONCLUSÃO

A presente dissertação permitiu-nos não só conhecer melhor a figura ímpar deste prelado português (com quem pudemos ainda privar em vida) e da diocese lisboeta, à qual estamos incardinados por vínculo ministerial, como aprofundar tão grande dom que Deus deu à Sua Igreja: o sacerdócio ministerial. Daí que a nossa reflexão se centre nessa figura e nesse tema concreto, reconhecendo caminhos de futuro para outras temáticas de investigação a partir dos escritos do Patriarca Policarpo, como o laicado.

A curta distância temporal para os acontecimentos e figuras que aqui frisámos, permiti-nos afirmar que os problemas apontados estão ainda muito atuais, enquanto identificámos ser um dos limites da própria investigação. Quase uma década depois do cessar funções deste Patriarca, a Diocese de Lisboa enfrenta ainda os desafios de um clero multicultural, com forte presença de congregações religiosas, onde as tensões da Igreja universal se repercutem também no presbitério local (quer a ideológica terminologia grupal progressistas-conservadores; quer as influências temáticas do pensamento moderno), e com uma sociedade civil ainda mais extremada e secularizada (que viu serem aprovados vários projetos-lei que põem em causa o humanismo cristão⁴¹⁰), onde a piedade popular parece ter dado lugar a um indiferentismo religioso.

Se por um lado temos consciência da falta de sacerdotes nas dioceses portuguesas (mas também por todo o mundo), que é acompanhada por uma debandada de muitos cristãos das comunidades cristãs, por outro lado, a profundidade e a exigência são maiores na caminhada para o ministério. Há menos rapazes a fazerem-se ao largo, a arriscar a vida por uma consagração ministerial. Todavia, se tantas vezes em tempos passados o sacerdócio serviu para um *status* social e para a possibilidade de estudos superiores, hoje fazem a formação aqueles que querem conscientemente abraçar esta vocação. Daí o caminho longo e exigente de estudos teológicos, de acompanhamento humano, afetivo e espiritual. Sim, ser padre já não é *in* – não está na moda, mas é *out* – estar em constante saída para as periferias, sair do clericalismo, da subserviência.

Não podemos continuar a viver numa Igreja onde os padres têm de fazer tudo, onde os padres têm de estar a controlar tudo, mesmo no âmbito pastoral. A colaboração eclesial entre todo o Povo de Deus, a sinodalidade nas decisões e na construção programática da pastoral têm de se tornar efetivas. Se no tempo dos Apóstolos, estes escolheram sete homens para o serviço

⁴¹⁰ Compreendemos esta afirmação na constatação de algumas iniciativas desencadeadas pelo Patriarca Policarpo, nomeadamente não nos podemos esquecer do trabalho intenso anti legalização do aborto e do casamento homossexual.

das mesas de modo a terem mais tempo para o anúncio da Palavra e para a oração – que coisa é, se não a vida de apostolado e a vida sacramental – (cf. *At* 6, 1-6), também os padres, sendo poucos, têm de ter tempo para estar com o Senhor, que está no doente que se unge, que está no pecador que se absolve, que está no fiel que se alimenta com o Pão divino. Não esquecendo o caráter apostólico fundamental do laicado no meio do mundo, a construção da Igreja implica-nos a todos. A eclesiologia conciliar tem de ser aplicada em cada igreja local e particular, em cada comunidade cristã. E o Patriarca D. José foi decisivo nesta aplicação para a Diocese de Lisboa.

“Ser Padre hoje é sem dúvida um dom providencial, e, portanto, uma graça, mas também uma enorme responsabilidade, (...) que exige a coragem da fé e mesmo a ousadia profética, o que não será possível a não ser no ancoramento de uma fecunda espiritualidade”⁴¹¹. Sabemos que para o Patriarca D. José a espiritualidade sacerdotal assenta numa plena comunhão com o presbitério e com o Bispo, e numa vida centrada na Eucaristia, inserida ao serviço da comunidade eclesial.

O padre terá, na sua vida ministerial, diversos ofícios, uns mais exigentes e de destaque que outros, mas em todos eles é chamado a ser rosto de Cristo, Bom Pastor. Para isso, precisa de dar tempo ao Amado, a rezar, a entrar na intimidade com o Mestre. Não se prega o que não se vive e não se vive o que não se prega. Como afirma cada Bispo ao ordenando diaconal: “Crê o que lês, ensina o que crês e vive o que ensinas”⁴¹². Para isso, é preciso coerência de vida, é preciso ter pilares seguros, enraizados numa vida cristocêntrica.

Aqui encontramos um dos reptos maiores deixados pelo Patriarca D. José: a centralidade eucarística. É preciso que os padres cuidem da preparação da celebração eucarística, que não sejam celebrações atabalhoadas, vazias de expressão e sentido, nem sentimentalistas, repetições de *play* à terceira Missa daquele Domingo. É preciso celebrar cada Eucaristia, como se fosse a primeira, a última e a única⁴¹³. Cada palavra pronunciada, cada gesto realizado deve corresponder à entrega de Jesus, de quem o padre é testemunha viva. O presbítero é sacramento vivo da entrega de Jesus. Preparação essa sempre no seio de uma comunidade cristã, também ela chamada a preparar. Não basta o presidente da celebração preparar, mas toda a assembleia deve concorrer para essa preparação (preparar as leituras que se escutará e não só os leitores

⁴¹¹ José Jacinto Farias, «A espiritualidade do presbítero: algumas anotações a respeito de um documento ainda recente», *Didaskalia* 35, n. 1–2 (2005): 432.

⁴¹² Conferência Episcopal Portuguesa, *Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos*, 135.

⁴¹³ Propunha o Pe. José Quadrio, sdb, nas cartas que escrevia aos novos sacerdotes em 1961, cf. Remo Bracchi, ed., *Don Giuseppe Quadrio: Lettere*, Coleção Spirito e Vita 19 (Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1991), 252,254.

que as proclamarão; saber os cânticos que se cantarão; saber as respostas às orações; conhecer os ritos, os gestos,).

É preciso rezar mais, é preciso que os padres deem, num tempo de dispersão, onde parece que não há tempo para nada, mais tempo à experiência orante. Em 1985, numa reflexão que escrevera para o BDP, o Bispo Policarpo afirmava que “um cristão que não reze, é um praticante muito incompleto”⁴¹⁴, ainda mais, o ministério sacerdotal se torna incompleto sem a oração. Para um mundo secularizado, parece inútil, insignificante, orar várias vezes ao longo do dia, como propõe a Liturgia das Horas – não exclusiva dos padres ou religiosos, mas uma proposta orante da Igreja para todo o Povo de Deus.

Por conseguinte, o tempo dado de um padre à oração em vez da atividade x ou y não é uma perda, é um bem. Não como uma desculpa para a falta de propostas pastorais por preguiça ou inércia, ou escondimento de dificuldades relacionais, em estar com as pessoas, mas sempre no combate ao ativismo desenfreado – tantas vezes abraçado para esquecer as dificuldades ou evitar solidões. São Josemaria Escrivá afirmava a este propósito que não acreditava “na eficácia ministerial de um sacerdote que não seja um homem de oração”⁴¹⁵.

Mas quem vive com Jesus não vive só ou abandonado, vive repleto de uma experiência eclesial, da comunhão dos santos, da presença do Espírito. Na vida do Cardeal Policarpo encontramos de forma clara a sua pertença à Igreja, sentia-se pedra viva na construção conjunta da Igreja. Sabia que guardava um tesouro que ousava anunciar e partilhar, sempre com um ardor de chegar a crentes e não crentes, doutores e apedeutas, abastados e pobres. Mas sozinho não era capaz de tão grande missão. Daí o segundo repto: a comunhão.

Não se é comunidade, não se é Corpo sem comunhão. Em primeiro lugar, a clara comunhão de cada presbítero ao Santo Padre, às palavras que propõe, às ações que realiza, é Pedro que leva a barca da Igreja e cada padre deve ser um tripulante que rema em conjunto nesta peregrinação até à eternidade. Onde cada fiel batizado tem também na barca o seu lugar e a sua missão, não se trata de uma exclusividade da hierarquia, mas cada um segundo a sua condição e a sua vocação. Depois, a comunhão com o Bispo local, neste caso, com o Patriarca, amar o Bispo e obedecer filialmente às missões que lhe chama. Em terceiro lugar, a comunhão entre padres, a comunhão do presbitério, que está também intimamente ligada à comunhão com

⁴¹⁴ José Policarpo, «Considerações teológicas acerca da prática teológica», *Boletim Diocesano de Pastoral*, 2, n. 1 (1985): 20.

⁴¹⁵ Pedro Rodriguez e Josemaria Escrivá de Balaguer, «Entrevista a Palabra (Madrid)», em *Entrevistas a S. Josemaria* (Lisboa: Alêtheia Editores, 2019), 19.

os diáconos, fiéis colaboradores da ordem sacerdotal. Por fim, a comunhão entre todo o Povo de Deus.

Em tudo isto é preciso ler os sinais dos tempos, interpretá-los à luz do Evangelho, ousar pôr em prática os dinamismos que o Espírito inspira para estes novos tempos. Não ter medo da transformação, também ela necessária no seio eclesial, sempre reformando para se ser fiel ao Evangelho. Os padres nem sempre foram assim, a Igreja nem sempre agiu deste modo, como vimos até pelas alterações ao processo formativo dos candidatos ao sacerdócio. Por isso, concretizámos esta reflexão em descobrir os desafios para a atualidade, em pleno século XXI.

O Beato Álvaro del Portillo em 1990 respondia a uma questão que se nos colocou também a nós ao realizar esta reflexão: «Que tipo de sacerdotes necessita hoje a Igreja e o mundo?». Tendo por base a reflexão conciliar e o pensamento do Patriarca Policarpo apresentado, a resposta terá necessariamente de ser esta: “a Igreja e o mundo necessitam de sacerdotes santos, quer dizer, sacerdotes que, conhecedores da sua própria limitação e miséria, se esforcem decididamente por percorrer os caminhos de santidade, da perfeição da caridade, da identificação com Jesus Cristo”⁴¹⁶.

Mais concretamente: Como ser padre hoje em Lisboa? Retomamos a pergunta que nos acompanhou ao longo desta dissertação. Sem dúvida que servindo e amando a exemplo de Cristo! Aqui encontramos sintetizada a resposta à pergunta que colocámos como mote para esta nossa investigação. Por tudo o que enunciamos e refletimos, a conclusão é clara: aventurem-se os padres a serem servidores, aventurem-se os padres a amar.

Deste modo, o sacerdócio ministerial é um serviço a Deus e à Igreja, na procura de levar cada homem e cada mulher ao encontro com a Pessoa de Cristo. Não se trata de uma profissão, ou da procura de dinheiro, não se é padre para a fama ou para se sustentar na vida. É-se padre para lavar os pés a quantos precisam, é-se padre para anunciar a boa-nova, é-se padre para celebrar os sacramentos, é-se padre para se ser instrumento na salvação do homem. Servir dando por completo a vida, é isto que vemos acontecer na vida que biografámos do Patriarca Policarpo. Deu a sua vida à Igreja lisbonense, mesmo nas fragilidades de quem se coloca a caminho sabendo que dá o seu contributo para uma obra muito maior, pois é obra de Deus.

Ao mesmo tempo, é uma aventura de amor. Pela consagração celibatária o padre aprende a ter um amor oblativo por todos, sem exclusividades, e a amar aqueles porque quem Cristo deu a vida. O amor é sem dúvida a chave para um ministério fecundo, para pôr em prática,

⁴¹⁶ Álvaro del Portillo, *Sacerdotes para uma nova Evangelização*, Cadernos Prumo 35 (Lisboa: Rei dos Livros: Prumo, 1994), 33.

ao estilo de Jesus, as várias tarefas pastorais. É pelo amor que o padre para tudo para ir socorrer aquele doente, tal como Jesus fez com a hemorroíssa (*Lc 8, 43-48*); é pelo amor que acompanha os que choram por um ente querido (*Jo 11, 1-44*); é pelo amor que escuta na direção espiritual a vida humana a acontecer. A caridade é o dinamismo da resposta e da ação. E o Patriarca D. José transpareceu esse amor ao longo de toda a sua vida, amou a Igreja de Lisboa, amou cada diocesano como um pastor ama o seu rebanho.

Importa propor o caminho presbiteral como um horizonte feliz e indispensável para a vida da Igreja. A humanidade precisa de padres, a Igreja precisa de pastores. Assim, é urgente intensificar a pastoral vocacional no seio das comunidades cristãs. Não esquecendo que na pastoral vocacional sacerdotal todos os padres têm ainda mais responsabilidade, e não apenas as instâncias diocesanas que têm esse fim. Há muito a fazer: rezar pelas vocações, chamar rapazes ao seguimento de Jesus, criar propostas para um sério discernimento vocacional. Não para massas, mas cada vez mais num caminho pessoal, que vai ao encontro das necessidades de cada homem.

Que saibam os padres corresponder com fidelidade à grandeza do seu ministério e que saiba o Povo cuidar do seu Clero, para que todos juntos concorram para o bem e salvação de cada homem. Que juntos edifiquem a Igreja.

BIBLIOGRAFIA: FONTES E ESTUDOS

I – FONTES: ESCRITOS DO PATRIARCA POLICARPO

- Policarpo, José. «A Catedral é sinal visível da Igreja Particular como Povo Sacerdotal». *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 143–46.
- . «A Catedral, símbolo da unidade e da fecundidade da Igreja Diocesana». *Vida Católica*, 3, n. 16 (2004): 193–98.
- . «A Catedral, sinal da unidade da Igreja Diocesana». *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 91–94.
- . *A Celebração dos Sacramentos e Sacramentais: Normas Pastorais para o Patriarcado de Lisboa*. Separata da *Vida Católica*, nº 28-Terceira Série. Torres Novas: Gráfica Almodina, 2008.
- . «A comunhão do Presbitério na Igreja comunhão». *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 189–200.
- . «A espiritualidade sacerdotal num mundo secularizado». *Vida Católica*, 3, n. 27 (2007): 101–17.
- . «A Evangelização como apelo de conversão». *Vida Católica*, 3, n. 16 (2004): 125–28.
- . «A experiência pascal do amor de Cristo, fonte de sentido do amor com que os Sacerdotes amam a Igreja». *Vida Católica*, 3, n. 20 (2005): 151–56.
- . «A fidelidade da Igreja exprime-se na fidelidade à Eucaristia». *Vida Católica*, 3, n. 35 (2010): 119–22.
- . «A Igreja actualiza o Dom perene do Sacerdócio de Cristo». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 141–45.
- . «A Igreja de Lisboa ao ritmo do Espírito: Comunicação nas Jornadas Diocesanas». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 375–88.
- . «A Igreja no tempo e em cada tempo». *Vida Católica*, 3, n. Separata do nº 28 (2008): 3–31.
- . «A laicidade». *Communio: Revista Internacional Católica*, n. 5 (2001): 389–99.
- . «A morada de Deus entre os Homens». *Vida Católica*, 3, n. 18 (2004): 175–78.

- . «A morte de Sua Eminência: comunicação aos Sacerdotes». *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 23.
- . «A Paróquia e a Nova Evangelização». *Vida Católica*, 3, n. 29 (2008): 137–51.
- . «A unidade do Sacerdócio Apostólico, sinal da unidade da Igreja, Povo Sacerdotal». *Vida Católica*, 3, n. 22 (2006): 187–91.
- . «Administração das Paróquias: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 413–37.
- . «Assembleia Jubilar Diocesana: Interpeleções lançadas». *Vida Católica*, 3, n. 5 (2000): 179–81.
- . «Assembleia Jubilar do Presbitério de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 165–81.
- . «Bases Estatutárias da Cúria Diocesana do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 25 (2007): 263–93.
- . «Carta a todos os Presbíteros que exercem o seu ministério no Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 27 (2007): 89–95.
- . «Carta acerca da Dedicção da Sé Patriarcal». *Vida Católica*, 3, n. 24 (2006): 97–98.
- . «Carta ao Clero do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 223–24.
- . «Carta aos Párcos do Patriarcado de Lisboa: Diaconado Permanente». *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 177.
- . «Carta aos Seminaristas em 1975». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 4–5.
- . «Carta aos Seminaristas em 1976». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 6.
- . «Carta aos Seminaristas em 1977». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 7–8.
- . «Carta aos Seminaristas em 1978». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 9–13.
- . «Carta aos Seminaristas em 1979». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 14–15.
- . «Carta aos Seminaristas em 1980». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 16–21.
- . «Carta aos Seminaristas em 1981». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 22–24.

- . «Carta aos Seminaristas em 1982». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 25–27.
- . «Carta aos Seminaristas em 1983». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 28–30.
- . «Carta aos Seminaristas em 1984». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 31–34.
- . «Carta aos Seminaristas em 1985». *Novellae Olivarum*, 3, n. 11 (Janeiro de 1986): 35–36.
- . «Carta às comunidades cristãs acerca da Assembleia do Presbitério de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 187–88.
- . «Carta às comunidades cristãs acerca do Dia da Igreja Diocesana». *Vida Católica*, 3, n. 23 (2006): 41–42.
- . «Carta às comunidades cristãs do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 122–24.
- . «Chamados para servir». *Vida Católica*, 3, n. 26 (2007): 95–97.
- . «Comunicação na Assembleia Jubilar do Presbitério de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 165–81.
- . «Congresso Diocesano da Pastoral Juvenil». *Raiz*, n. 50 (1985): 14.
- . «Consagração ao Sagrado Coração de Jesus». *Lumen*, 3, 60, n. 4 (1999): 26–27.
- . «Conselho Pastoral Diocesano: Decreto e Estatutos». *Vida Católica*, 3, n. 12 (2002): 223–32.
- . «Considerações teológicas acerca da prática teológica». *Boletim Diocesano de Pastoral*, 2, n. 1 (1985): 19–20.
- . «Constituição do Secretariado de Acção Pastoral». *Vida Católica*, 3, n. 28 (2008): 303–02.
- . «Coordenadas Teológicas do “Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa”». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 90 (1976): 5-8,14.
- . «Creio na Igreja Apostólica». *Vida Católica*, 3, n. 44 (2013): 39–42.
- . «Creio na Santa Igreja». *Vida Católica*, 3, n. 44 (2013): 31–34.

- . «Crescer como Pessoas para servir como Pastores». *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 113–31.
- . «Cúria Diocesana de Lisboa: Decreto de reestruturação». *Vida Católica*, 3, n. 6 (2000): 255–84.
- . «Curso Pastoral 2003/2004». *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 291–93.
- . «Dai-nos, Senhor, um coração novo». *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 135–38.
- . «Decreto - Ereção Canónica do Seminário Diocesano “Redemptoris Mater - Nossa Senhora de Fátima”». *Vida Católica*, 3, n. 8 (2001): 245–46.
- . «Discurso da Tomada de Posse como Arcebispo Coadjutor». *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 13–16.
- . «Discurso do Patriarca de Lisboa na Sessão de Abertura do Encontro». *Vida Católica*, 3, n. 6 (2006): 201–7.
- . «Discurso no lançamento da Revista Didaskalia». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 81–85.
- . «Esclarecimento do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, sobre a ordenação de mulheres». Patriarcado de Lisboa, 6 de Julho de 2011. <https://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?id=904>.
- . «Estatuto Económico do Clero: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 439–52.
- . *Evangelização, anúncio de liberdade: o futuro do evangelho em Portugal à luz do sínodo*. Lisboa: Multinova, 1975.
- . «Experimentar e sentir a Igreja». *Vida Católica*, 3, n. 19 (2005): 259–62.
- . «Fé e Cultura». *Boletim de Formação e Informação*, n. 7–8 (1990): 3–9.
- . «Homilia do Patriarca de Lisboa na Celebração Eucarística». *Vida Católica*, 3, n. 6 (2006): 197–200.
- . «Homilia na Missa Exequial de D. António Ribeiro». *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 49–51.
- . «Homilia na Ordenação Episcopal de D. António Montes Moreira». *Vida Católica*, 3, n. 9 (2001): 103–6.
- . «Homilia na Ordenação Episcopal de D. Manuel Clemente». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 73–77.

- . «Homilia na Ordenação Episcopal de D. Tomaz Nunes». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 389–93.
- . «Homilia na Solenidade de São Vicente». *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 81–84.
- . «Homilia na Solenidade dos Apóstolos São Pedro e São Paulo». Em *A Palavra Celebrada: Homilias*, 433–36. *Obras Escolhidas: no 25º aniversário da Ordenação Episcopal (1978-2003) 4*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.
- . «Homilia nas Ordenações de Presbíteros e Diáconos». *Vida Católica*, 3, n. 5 (2000): 197–201.
- . «Homilia nas Ordenações de Presbíteros e Diáconos». *Vida Católica*, 3, n. 41 (2012): 101–4.
- . «Homilia nas Ordenações Presbiterais». *Vida Católica*, 3, n. 2 (1999): 77–80.
- . «Homilia nas Ordenações Presbiterais». *Vida Católica*, 3, n. 9 (2001): 95–98.
- . «Homilia nas Ordenações Presbiterais e Diaconais». *Vida Católica*, 3, n. 11 (2002): 95–99.
- . «Homilia no 50º Aniversário da Missa Nova». *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 83–87.
- . «Homilia no casamento canónico de José Felicidade Alves». Em *A Palavra Celebrada: Homilias*, 533–37. *Obras Escolhidas: no 25º aniversário da Ordenação Episcopal (1978-2003) 4*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.
- . «Homilia no XXVI Domingo do Tempo Comum». Em *A Palavra Celebrada: Homilias*, 437–40. *Obras Escolhidas: no 25º aniversário da Ordenação Episcopal (1978-2003) 4*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.
- . «Instituto Diocesano da Formação Crisã - Patriarcado de Lisboa: Decreto e Estatutos». *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 251–59.
- . «Jesus Cristo é o Sumo Sacerdote da Nova Aliança». *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 199–203.
- . «Linhas de força da concepção de formação sacerdotal das Normas Fundamentais». *Novellae Olivarum*, 3, n. 2–3 (Março de 1982): 3–7.
- . «Mensagem Final do Patriarca de Lisboa no Encerramento do Encontro». *Vida Católica*, 3, n. 6 (2006): 211–13.
- . «Ministério de Amor». *Vida Católica*, 3, n. 34 (2010): 413–16.

- . «Ministério Episcopal, Ministério de Unidade». *Vida Católica*, 3, n. 19 (2005): 295–98.
- . «Ministérios Laicais». *Vida Católica*, 3, n. 3 (1999): 185–88.
- . «Normas de selecção e formação dos aspirantes e candidatos ao Diaconado Permanente no Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 178–97.
- . «O diaconado e o presbiterado como ministérios de vida». *Vida Católica*, 3, n. 23 (2006): 63–66.
- . «O dom do Ministério Apostólico». *Vida Católica*, 3, n. 32 (2009): 131–34.
- . «O Ministério de Pedro é um Ministério de Comunhão». *Vida Católica*, 3, n. 20 (2005): 119–21.
- . «O Ministério Episcopal na Diocese de Lisboa: Decreto». *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 173–76.
- . «O ministério sacerdotal e a actualidade salvífica da Igreja». *Vida Católica*, 3, n. 40 (2012): 153–56.
- . «O Ministério Sacerdotal numa Igreja corresponsável pela Missão». *Vida Católica*, 3, n. 1 (1999): 155–62.
- . «O Mistério da Igreja Diocesana». Em *A Igreja Diocesana de Lisboa: Estudo Monográfico*, II:23–30. Lisboa: Patriarcado de Lisboa, 1986.
- . «O Padre, peregrino da Fé». *Vida Católica*, 3, n. 42 (2012): 65–74.
- . «O Presbítero, fonte sacramental da comunhão trinitária». *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 139–44.
- . «O rosto eclesial de Jesus Cristo». *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 279–83.
- . «O sacerdócio apostólico e os desafios do momento presente». *Vida Católica*, 3, n. 43 (2013): 207–11.
- . «O Sacerdócio Apostólico: o Ministério Sacerdotal de Jesus Cristo sacramentalmente perpetuado». *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 115–20.
- . «O Sacerdote na Eucaristia». *Vida Católica*, 3, n. 19 (2005): 213–17.
- . «O Sacerdote, sacramento de Cristo Bom Pastor». *Vida Católica*, 3, n. 25 (2007): 221–25.
- . «O Sacerdote, uma diferença que define». *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 157–61.

- . «O Seminário na Igreja Particular». *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 11–23.
- . «Os Seminários do Patriarcado de Lisboa: História, Arte e Património». *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 227–29.
- . «Palavras do Reitor». *Novellae Olivarum*, 3, n. 1 (Dezembro de 1981): 7–10.
- . «Páscoa, a Festa do Povo Sacerdotal». *Vida Católica*, 3, n. 28 (2008): 229–33.
- . «Pela Obediência à Liberdade». *Vida Católica*, 3, n. 17 (2004): 123–26.
- . «Regulamento do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 326–30.
- . «Remodelação dos nn. 14 a 20 das Bases Estatutárias da Cúria Diocesana de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 31 (2009): 324–26.
- . «Sacerdócio Ministerial: Vocação e Compromisso». *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 127–33.
- . «Sacerdotes para um Povo Sacerdotal». *Vida Católica*, 3, n. 35 (2010): 123–26.
- . «Sei em Quem acreditei». *Vida Católica*, 3, n. 29 (2008): 131–35.
- . «Seminários do Patriarcado». *Vida Católica*, 3, n. 2 (1999): 88–90.
- . «Tende em vós os mesmos sentimentos de Jesus Cristo». *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 121–26.
- . «Tu és Pedro: sobre esta pedra edificarei a minha Igreja». *Vida Católica*, 3, n. 14 (2003): 87–91.
- . «Um Ministério para a Eucaristia». *Vida Católica*, 3, n. 14 (2003): 129–33.
- . «Um Povo de Ungidos e de Testemunhas». *Vida Católica*, 3, n. 7 (2001): 205–10.
- . «Um Reino de Sacerdotes». *Vida Católica*, 3, n. 10 (2002): 191–96.
- . «Vai, toma conta da minha Vinha». *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 95–98.
- Policarpo, José da Cruz. «A cidade romana e a diocese de Calíbria». *O Tratado de Alcanices e a importância Histórica das terras de Riba Côa: Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*, 1998, 107–14.
- . «Laicidade e Laicismo: Igreja, Estado e Sociedade». *Em Laicidade do Estado e da Igreja*, 127–42. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2008.

———. «Secretariado Diocesano da Pastoral Juvenil: Estatutos». Boletim Diocesano de Pastoral, n. 106–108 (1979): 35–36.

———. «Viver a Páscoa». Boletim Diocesano de Pastoral, n. 44 (1972): 2–3.

II – FONTES: REGISTOS DOS ARQUIVOS DOS SEMINÁRIOS

Brás, Nuno. Carta para Clero. «Carta - Ano Pastoral 2000/2001», 4 de Setembro de 2000. Arquivo do Seminário dos Olivais.

Clemente, Manuel. Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 22 de Setembro de 1989. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 17 de Setembro de 1990. Arquivo do Seminário dos Olivais.

Comissão de Sua Eminência Reverendíssima. Carta para Ministro da Educação Nacional. «Autorização de funções de diretor para o Pe. José da Cruz Policarpo», 14 de Outubro de 1964. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 236. Seminário Liceal de Penafirme.

Inspector Superior do Ensino Particular. Carta para José Policarpo. «Envio do diploma de diretor», 15 de Janeiro de 1965. Dossiê nº 1, Ministério. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Presidente do Seminário Liceal de Penafirme. «Pedido do envio do Alvará nº 1645 e do selo fiscal», 18 de Janeiro de 1965. Dossiê nº 1, Ministério - Livro nº E. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para José Policarpo. «Selos Fiscais para diploma de Diretor», 28 de Dezembro de 1964. Dossiê nº 1, Ministério - Livro nº 44. Seminário Liceal de Penafirme.

Leitão, Orlando. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Certidão de Nascimento do Pe. José da Cruz Policarpo», 13 de Outubro de 1961. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 150. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Estampilha Fiscal», 27 de Outubro de 1961. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 178. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Estampilhas Fiscais e Selos de Correio para os diplomas de professores», 1 de Fevereiro de 1962. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 398. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Cardeal Patriarca de Lisboa. «Justificação sumária das necessidades deste Seminário em pessoal no ano lectivo de 1961/62», 5 de Agosto de 1961. Correspondência Expedida - Ano Lectivo 1961/62 - Nº 5. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Pedidos de Diplomas», 8 de Setembro de 1964. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 224. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Processos de concessão de diploma de professor do ensino particular», 30 de Setembro de 1961. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 118. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Recepção dos diplomas 25.944 e 25.945 de professores particulares», 5 de Março de 1962. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 461. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Relações do pessoal docente e do número dos alunos do SLP», 30 de Dezembro de 1961. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 303. Seminário Liceal de Penafirme.

Marques, Aurélio. «Composição do Conselho Disciplinar 1961/1962». Atas do Conselho Disciplinar. Seminário Liceal de Penafirme, 30 de Setembro de 1961. Seminário Liceal de Penafirme.

Núncio, João. «Ata nº 117 do CD do SLP». Ata. Atas do Conselho Disciplinar. Seminário Liceal de Penafirme, 30 de Setembro de 1964. Seminário Liceal de Penafirme.

«Ordenados dos Padres (1960/61, 1961/62, 1962/63, 1963/64)». Ordenados. Seminário Liceal de Penafirme, 1960. Seminário Liceal de Penafirme.

«Ordenados dos Padres (1964/65, 1965/66, 1966/67)». Ordenados. Seminário Liceal de Penafirme, 1964. Seminário Liceal de Penafirme.

Paes, Carlos. Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 28 de Setembro de 1988. Arquivo do Seminário dos Olivais.

Policarpo, José. Carta para Ministro da Educação Nacional. «Autorização de funções de diretor para o Pe. António Crisóstomo», 26 de Setembro de 1966. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 25. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Cardeal Patriarca de Lisboa. «Carta ao Cardeal-Patriarca», 1 de Fevereiro de 1965. Correspondência Expedida (1964-1965) - Ofício nº 363. Seminário Liceal de Penafirme.

- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 4 de Outubro de 1971. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 22 de Setembro de 1972. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 25 de Setembro de 1974. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 2 de Outubro de 1975. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 27 de Setembro de 1976. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 26 de Setembro de 1977. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 26 de Setembro de 1978. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», Setembro de 1979. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 29 de Setembro de 1980. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 1 de Outubro de 1981. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 30 de Setembro de 1982. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 29 de Setembro de 1983. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 7 de Outubro de 1984. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 23 de Setembro de 1985. Arquivo do Seminário dos Olivais.
- . Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 30 de Setembro de 1986. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 9 de Outubro de 1987. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 19 de Setembro de 1989. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. Carta para Seminaristas dos Olivais. «Carta de Início de Ano», 17 de Setembro de 1990. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Certificado de Missas», 15 de Setembro de 1964. Correspondência Expedida - Ano Lectivo 1964/65 - Nº 178. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Envio do Alvará e da importância solicitada pelo Inspector», 22 de Janeiro de 1965. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 347. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Inspector Superior do Ensino Particular. «Estampilha Fiscal para diploma de Diretor», 30 de Dezembro de 1964. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 323. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Ministro da Educação Nacional. «Professor Mário de Sousa Oliveira», 20 de Setembro de 1965. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 39. Seminário Liceal de Penafirme.

———. Carta para Ministro da Educação Nacional. «Professora Maria Amélia Calheiros», 20 de Setembro de 1965. Dossiê nº 1, Ministério - Ofício nº 38. Seminário Liceal de Penafirme.

Policarpo, José, Manuel Clemente, Manuel Pires de Campos, Álvaro Bizarro, e Mário Pedras. «Reunião dos Padres dos Seminários e Pré-Seminário». Lisboa, 30 de Novembro de 1989. Arquivo do Pré-Seminário de Lisboa.

Seminário dos Olivais: Livro de Honra, 1964.

Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais. «Livro das Crónicas do Seminário», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Livro de Registos das Ordens», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

Seminário Patriarcal de Cristo-Rei. «Livro de Exames do 1º Ano de Filosofia», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Livro de Exames do 1º Ano de Teologia», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Livro de Exames do 2º Ano de Filosofia», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Livro de Exames do 2º Ano de Teologia», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Livro de Exames do 3º Ano de Teologia», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

———. «Livro de Exames do 4º Ano de Teologia», sem data. Arquivo do Seminário dos Olivais.

Seminário Patriarcal de Santarém. «Livro de Matrículas», 1949_1950. Arquivo Diocesano de Santarém.

———. «Processos de Admissão», 1949_1950. Arquivo Diocesano de Santarém.

———. «Termos de Exames do Curso Secundário», 1950_1951. UI 646. Arquivo Diocesano de Santarém.

———. «Termos de Exames do Curso Secundário», 1949_1950. UI 647. Arquivo Diocesano de Santarém.

———. «Termos de Exames do Curso Secundário», 1951_1952. UI 649. Arquivo Diocesano de Santarém.

III – FONTES MAGISTERIAIS DA IGREJA

Catecismo da Igreja Católica. 2ª edição. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999.

Código de Direito Canónico. 2ª Edição anotada. Braga: Edições Theologica, 1997.

Conferência Episcopal Portuguesa. Normas Fundamentais para a formação sacerdotal nas dioceses Portuguesas. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1981.

———. Normas Fundamentais para a formação sacerdotal nas dioceses Portuguesas e plano de estudos para o Seminário Maior. Documentos 8. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1992.

Congregação para a Educação Católica. «Diretrizes sobre a preparação dos educadores nos Seminários». *Enchiridion Vaticanum* 13 (1996): 3151–52.

———. «Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis». *AAS* 62 (1970): 321–84.

Congregação para o Clero. Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros. Lisboa: Paulus, 2013.

———. O dom da vocação presbiteral: Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis. Prior Velho: Paulinas, 2017.

———. O presbítero, pastor e guia da comunidade paroquial. São Paulo: Paulus, 2003.

Francisco. «Discurso do Papa Francisco à Plenária da Congregação para o Clero». L'Osservatore Romano. 3 de Outubro de 2014, 226 edição.

João Paulo II. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis: Pastores Dabo Vobis». AAS, n. 84 (1992): 657–804.

Paulo VI. «Allocutiones XII: tertia exacta Oecumenicae Synodi Sessione promulgatisque Constitutione dogmatica de Ecclesia atque Decretis de Oecumenismo et de Ecclesiis Orientalibus catholicis». AAS 56, n. 16 (1964): 1007–18.

———. «Litterae Apostolicae Motu Proprio datae: Ad Pascendum». AAS 64, n. 8 (1972): 534–40.

———. «Litterae Apostolicae Motu Proprio datae: Ministeria Quaedamitterae». AAS 64, n. 8 (1972): 529–34.

Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. «Constitutio Dogmatica de Ecclesia: Lumen Gentium». AAS 57 (1965): 5–71.

———. «Constitutio Pastoralis de Ecclesia: Gaudium et Spes». AAS 58 (1966): 1025–1120.

———. «Decretum de Institutione Sacerdotali: Optatam Totius». AAS 58 (1966): 713–27.

———. «Decretum de Pastoralis Episcoporum Munere in Ecclesia: Christus Dominus». AAS 58 (1966): 673–701.

———. «Decretum de Presbyterorum Ministerio et Vita: Presbyterorum Ordinis». AAS 58 (1966): 991–1024.

Sagrada Congregação para a Educação Católica. Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis: Diretrizes básicas para a formação sacerdotal. Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, 1970.

IV – FONTES DE IMPRENSA E TELEVISÃO

Voz da Verdade. «A TVI continua a assumir-se como “um projecto diferente”: declarações de Roberto Carneiro sobre a TVI», 16 de Maio de 1993, 3159 edição.

Voz da Verdade. «Activado novo emissor da TVI», 30 de Maio de 1993, 3161 edição.

Região de Cister. «Antiga escola primária de Frei Domingos vai acolher museu dedicado a D. José Policarpo», 25 de Março de 2021, 1440 edição.

Voz da Verdade. «Bispos do Patriarcado: responsabilidades e tarefas pastorais», 6 de Agosto de 1978, 2430 edição.

Brandão, Diogo Paiva. «“Não podemos anunciar a Palavra de Deus como uma rotina”: Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo». Voz da Verdade, 30 de Outubro de 2011, 4004 edição, sec. Grande Entrevista.

———. «Ser Padre é uma aventura de serviço e de amor». Voz da Verdade, 23 de Junho de 2013, 4082 edição.

———. «Um pontificado em fotos e testemunhos: D. José Policarpo». Voz da Verdade, 30 de Junho de 2013, 4083 edição, sec. Especial.

———. «Uma Igreja em diálogo: Patriarcado de Lisboa inaugura novo site». Voz da Verdade, 20 de Fevereiro de 2011, 3973 edição, sec. Reportagem.

Canilho, João. «Uma Palavra de Reconhecimento». Voz da Verdade, 30 de Junho de 2013, 4083 edição.

Cerejeira, Manuel. «Mensagem do Senhor Cardeal-Patriarca sobre o Seminário dos Olivais». Novidades, 13 de Outubro de 1968, 24308 edição.

Voz da Verdade. «D. José da Cruz Policarpo: Novo Bispo Auxiliar do Patriarcado», 11 de Junho de 1978, 2422 edição.

«Entrevista biográfica de Carlos Cruz a Dom José Policarpo». Carlos Cruz - Quarta Feira. Lisboa: RTP 1, 23 de Dezembro de 1998. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jose-antonio-policarpo-parte-i/>. Arquivo RTP.

Faria, Natália, Andreia Sanches, Maria João Lopes, e Bárbara Wong. «Morreu o patriarca “que não pedia licença para dizer o que pensava”». Público. 13 de Março de 2014, 8735 edição.

Fernandes, Nuno Rosário. «Igreja de Lisboa expressa gratidão ao seu Bispo». Voz da Verdade, 27 de Fevereiro de 2011, 3974 edição.

Marante, Margarida. «Televisão Privada em Portugal». Actual. Lisboa: RTP 1, 27 de Maio de 1986. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/televisao-privada-em-portugal/>. Arquivo RTP.

Marujo, António. «Patriarca chamado ao Vaticano para se explicar sobre ordenação de mulheres». Público. 1 de Agosto de 2011, 7786 edição.

Marujo, António, e José Manuel Fernandes. «Nunca seria do Opus Dei». Público. 26 de Março de 1997, 2570 edição, sec. Destaque.

Mateus, Bruno Contreiras, Isabel Faria, e Vanessa Fidalgo. «Um “santo” com os pés na terra». Domingo, 20 de Fevereiro de 2011.

Mendes, Joaquim. «D. José Policarpo». Voz da Verdade, 30 de Junho de 2013, 4083 edição.

Mendonça, José Tolentino. «D. José Policarpo: o timoneiro sábio da normalidade». Público. 13 de Março de 2014, 8735 edição.

Voz da Verdade. «Para breve uma associação de amigos da TVI», 27 de Junho de 1993, 3165 edição.

Voz da Verdade. «Patriarca no Parlamento», 19 de Abril de 1998, 3395 edição, sec. Igreja em Portugal.

Praça, Afonso. «D. José Policarpo: Modernidade, cigarros e bacalhau». Visão, 27 de Fevereiro de 1997.

Rebelo, Tiago. «Debate sobre a Igreja Católica na RTP: Debate parlamentar sobre a atribuição de um espaço televisivo, no canal 2 da RTP, à Igreja Católica». Telejornal. Lisboa: RTP 1, 8 de Março de 1990. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/debate-sobre-a-igreja-catolica-na-rtp/>. Arquivo RTP.

Ribeiro, António. «O Bispo ao serviço da fé da Igreja». Voz da Verdade, 9 de Julho de 1978, 2426 edição.

Robalo, Mário, e Rosa Pedroso Lima. «D. José Policarpo: “O meu modelo é o padre de aldeia”». Revista Expresso, 15 de Março de 1997.

Santos, José António, e Licínio Lima. «Igreja não irá ficar calada». Diário de Notícias, 12 de Abril de 1998, 47136 edição, sec. Entrevista.

———. «Uma doutrina socializante». Diário de Notícias, 13 de Abril de 1998, 47137 edição, sec. Entrevista.

Silva, Aníbal Cavaco. «Palavras». Voz da Verdade, 23 de Março de 2014, 4115 edição.

Voz da Verdade. «TVI e Catequese: que colaboração», 11 de Abril de 1993, 3154 edição.

«Um canal de TV para a Igreja Católica: Cronologia do processo de atribuição de um espaço televisivo ou canal de televisão privado à Igreja Católica». Telejornal. Lisboa: RTP 1, 7 de Março de 1990. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/um-canal-de-tv-para-a-igreja-catolica/>. Arquivo RTP.

V – ARTIGOS E ESTUDOS

- «A Vida Espiritual do Padre Diocesano». *Vida Católica*, 2, n. 3 (1986): 329–44.
- «Acta da Tomada de Posse de D. Manuel José Macário do Nascimento Clemente». *Vida Católica*, 4, n. 1 (2013): 31–32.
- «Actividades Pastorais». *Noticiário*, n. 13 (1979): 3–4.
- «Actividades Pastorais». *Noticiário*, n. 24 (1979): 3–4.
- «Actividades Pastorais». *Noticiário*, n. 38 (1981): 2–3.
- «Actividades Pastorais». *Noticiário*, n. 54–55 (1982): 4.
- «Actividades Pastorais». *Noticiário*, n. 52–53 (1982): 3–4.
- «Actividades Pastorais». *Noticiário*, n. 97 (1986): 5.
- Alves, José. «Carta: Actualização da Remuneração Mensal dos Sacerdotes». *Vida Católica*, 3, n. 7 (2001): 309.
- . «Carta: Actualização da Remuneração Mensal dos Sacerdotes». *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 317–18.
- «Anteprojecto de Plano Pastoral para a Diocese de Lisboa». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 83–84 (1975): 4–7.
- «Assembleia do Clero do Patriarcado». *Boletim de Informação Pastoral*, n. 48–49 (1966): 9–19.
- Ataíde, Mendo. «A questão da formação sacerdotal no contexto das transformações paradigmáticas do século XX em Portugal: o caso do Seminário dos Olivais». Universidade Católica Portuguesa, 2019.
- Ávila, João de, e Felipe de Azevedo Ramos. «A elevação do ofício sacerdotal pede elevação de santidade». *Lumen Veritatis - Revista de inspiração tomista* 11, n. 42–43 (2018): 116–23.
- Azevedo, Carlos. *Ser padre*. Campus do saber 7. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004.
- Bento XVI. *Diálogo de Bento XVI com os Sacerdotes*. Lisboa: Paulus, 2009.
- Bizarro, Álvaro. «Remuneração Mensal dos Sacerdotes». *Vida Católica*, 3, n. 26 (2007): 235–36.
- Bracchi, Remo, ed. *Don Giuseppe Quadrio: Lettere*. Coleção Spirito e Vita 19. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1991.
- Brás, Nuno. «D. José Policarpo e a Formação Sacerdotal». *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 259–69.
- Bur, Jacques. *A espiritualidade sacerdotal*. Traduzido por Margarida Osório Gonçalves. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1998.

- Cabo, Ana Isabel. «A Justiça demorada pode provocar colapso: entrevista ao Cardeal Patriarca D. José Policarpo». *Boletim da Ordem dos Advogados*, Maio de 2011.
- Carvalho, Maria. «A relação Igreja-Mundo na obra de D. José Policarpo». *Didaskalia* 29, n. 1–2 (1999): 11–19.
- «Centro de Espiritualidade e Cultura: “Imaculado Coração de Maria”». *Vida Católica*, 3, n. 13 (2003): 165–66.
- Cerejeira, Manuel. «Comunicação ao Clero e Fiéis sobre as Vocações e Seminários». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 27–28 (1970): 9–10.
- . «Decreto de Criação do Conselho Pastoral do Patriarcado». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 25–26 (1970): 14.
- . «Decreto de Criação do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 1 (1968): 6.
- . «Decreto de Criação duma Comissão Preparatória para a Reestruturação Pastoral do Patriarcado de Lisboa». *Lumen* 30, n. 4 (1966): 406–8.
- . «O Patriarcado na hora da renovação: Carta do Senhor Cardeal Patriarca ao Clero e Decreto de convocação do Conselho Presbiteral». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 11–12 (1969): 17–22.
- . «Provisão a nomear os membros do Conselho Pastoral». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 25–26 (1970): 14–15.
- . «Reestruturação Pastoral do Patriarcado de Lisboa: Decreto». *Lumen* 30, n. 5 (1966): 488–91.
- . «Reestruturação Pastoral do Patriarcado de Lisboa: Provisão». *Lumen* 30, n. 6 (1966): 589–90.
- «Ciclo de Conferências sobre a Família». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 50 (1972): 5.
- Clemente, Manuel. «Cardeal Policarpo, ou o tempo assinalado». Em *Atraídos pelo infinito*, 99–129. Lisboa: Alêtheia Editores, 2011.
- . «D. José da Cruz Policarpo». *Didaskalia* 29, n. 1–2 (1999): 7–10.
- . «D. José Policarpo, Reitor dos Olivais (1970-1997): Vida e Pedagogia». *Novellae Olivarum*, n. 24 (Fevereiro de 2003): 11–21.
- . «Da Igreja para o Mundo: O Seminário da Diocese de Lisboa». *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 25–38.
- . «Mensagem do Patriarca de Lisboa ao Clero do Patriarcado». *Vida Católica*, 4, n. 2 (2014): 31.
- «Clero e Religiosos». *Noticiário*, n. 34 (1980): 7.
- Cleto, Albino. «Crónica». *Novellae Olivarum*, n. 133 (Abril de 1956): 94–96.

- . «Um Testemunho Amigo». *Novellae Olivarum*, n. 24 (Fevereiro de 2003): 27–29.
- «Coadjutor Patriarcal de Lisboa». *Lumen*, 3, 58, n. 2 (1997): 79.
- Codina, Víctor. «Pacíficas considerações sobre a vida dos presbíteros». *Perspectiva Teológica* 42, n. 116 (2010): 91–103.
- Conferência Episcopal Portuguesa, ed. *Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos*. 3ª. Pontifical Romano. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2007.
- «Conferência Episcopal Portuguesa: Comunicado». *Lumen*, 2, 39, n. 8–9 (1978): 358.
- «Congregatio pro Episcopis: Provisio Ecclesiarum». *AAS* 89, n. 4 (1997): 260–61.
- «Congregatio pro Episcopis: Provisio Ecclesiarum». *AAS* 105, n. 6 (2013): 475–77.
- Couto, A. Sílvio. *Dom e Carisma de Ser Padre: contributos para uma reflexão teológico-pastoral sobre o ministério sacerdotal*. Ensaio 17. Prior Velho: Paulinas, 2008.
- «Cronologia ilustrada do Seminário dos Olivais». *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 47–82.
- Cruz, Manuel Braga da. «Expansão e consolidação da Universidade em Centros Regionais». Em *História da Universidade Católica Portuguesa*, 141–72. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018.
- Cunha, Isabel Ferin. «D. José Policarpo na imprensa portuguesa». *Didaskalia* 29, n. 1–2 (1999): 693–725.
- Cura Elena, Santiago. «Carácter Sacerdotal». Em *Diccionario del Sacerdocio*, editado por Profesores de la Facultad de Teología de Burgos, 73–80. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005.
- «Curso de Actualização Teológico-Pastoral para o Clero do Patriarcado». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 18–19 (1969): 6–7.
- «Curso Diocesano da Pastoral da Caridade». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 31–32 (1971): 15.
- D. José da Cruz Policarpo, Cardeal - Patriarca de Lisboa. Lisboa: Paulus, 2001.
- Site oficial do Sporting Clube de Portugal. «D. José Policarpo: Nota de pesar», 12 de Março de 2014. <https://www.sporting.pt/pt/noticias/clube/2014-03-12/d-jose-policarpo-0>.
- Dianich, Severino. «Ministério Pastoral». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 750–61. São Paulo: Edições Paulinas - Edições Paulistas, 1989.
- «Diarium Romanae Curiae». *AAS* 93, n. 7 (2001): 500–503.
- «Diarium Romanae Curiae». *AAS* 93, n. 3 (2001): 190–91.
- «Diversos». *Noticiário*, n. 24 (1979): 8.
- «Dois encontros do novo Patriarca com os padres da Diocese de Lisboa». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 37-38–39 (1971): 8.

- Duque, João Manuel. «A relação do presbitério com o bispo diocesano». *Eboresia*, n. 23 (2010): 167–76.
- Escrivá de Balaguer, Josemaria. *Sacerdote para a eternidade*. Traduzido por Maria da Conceição da Rocha Páris. Homilias 7. Lisboa: Diel, 2004.
- Espinheira, Francisco Tito. «Serviço de Informação». *Vida Católica*, 3, n. 36 (2010): 231–32.
- «Estatuto do Fundo Paroquial». *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 62–69.
- «Estatuto Económico do Clero». *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 45–58.
- Estatutos da Faculdade de Teologia (2020).
- «Estatutos das Vigararias e dos Vigários da Vara». *Vida Católica*, 2, n. 3 (1986): 346–54.
- «Estatutos do Conselho Pastoral Diocesano do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 248–56.
- «Estatutos do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 270–79.
- Farias, José Jacinto. «A espiritualidade do presbítero: algumas anotações a respeito de um documento ainda recente». *Didaskalia* 35, n. 1–2 (2005): 417–32.
- . «Espiritualidade sacerdotal». *Theologica*, 2, 47, n. 2 (2012): 379–87.
- Fontes, Paulo. «O catolicismo português no século xx: da separação a democracia». Em *História Religiosa de Portugal*, 3:129–351. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- Francisco. «Telegrama de Sua Santidade o Papa Francisco». *Vida Católica*, 4, n. 2 (2014): 29–30.
- Freitas Barros, J. C. *Da Tonsura ao Episcopado: Notas sobre o Sacramento da Ordem*. Lisboa, 1957.
- Gomes, Manuel Saturino. «Apresentação». *Didaskalia* 29, n. 1–2 (1999): 3–6.
- Greshake, Gisbert. *Ser sacerdote hoy: Teología, praxis pastoral y espiritualidad*. 2.^a ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.
- Hackmann, Geraldo. «A identidade presbiteral depois do Vaticano II». *Horizonte* 9, n. 24 (2011): 1090–1112. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2011v9n24p1090>.
- «Imposição do Pálio ao Senhor Patriarca D. José da Cruz Policarpo». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 403–4.
- «Ingressio in Conclave». *AAS* 105, n. 4–5 (2013): 360–61.
- «Initium Conclavis». *AAS* 97, n. 5 (2005): 685–92.
- Inocência, Francisco. «O Tempo Propedêutico». *Sinal*, n. 101 (1984): 2–4.
- Izquierdo, César. «Notas para la comprensión de la obediencia del sacerdote diocesano». Em *Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra*, XI:679–89. Navarra: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 1990.

- João Paulo II. *Dom e Mistério: nas minhas Bodas de Ouro Sacerdotais*. Lisboa: Paulinas : Conferencia Episcopal Portuguesa, 1996.
- Lopes, Luís. «Restauração do Diaconado Permanente». *Boletim Diocesano de Pastoral*, 2, n. 6 (1986): 27–31.
- López Martínez, Nicolás. «Presbiterado». Em *Diccionario del Sacerdocio*, editado por Profesores de la Facultad de Teología de Burgos, 619–29. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005.
- Loureiro, Joaquim. «“Convosco sou padre”: o ministério presbiteral no pensamento e ação pastoral de D. António Ribeiro : 1971-1998». Universidade Católica Portuguesa, 2016.
- Lourenço, João. «Os anos da consolidação da Faculdade (1981-2017)». Em *História da Universidade Católica Portuguesa*, 428–40. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018.
- Machado, Bruno. «Editorial». *Novellae Olivarum*, IV, n. 24 (Fevereiro de 2003): 5–7.
- Mafra, Luís. «Breve apanhado da história da elaboração do Plano de Acção Pastoral do Patriarcado - PAP apresentado à diocese em 15 de Setembro de 1976». *Lusitania Sacra*, 2, n. 8–9 (1997 de 1996): 681–707.
- Marujo, António, e Jorge Wemans. «Uma voz na mudança do século». Em *Igreja e Democracia*, 9–10. Lisboa: Multinova, 1999.
- Mateo Seco, Lucas. «La teología del sacerdocio en el Concilio Vaticano II». *Scripta Theologica* 44, n. 2 (2012): 399–432. <https://revistas.unav.edu/index.php/scripta-theologica/article/view/1303>.
- Ministério da Educação Nacional. Decreto-Lei, Pub. L. No. 307/71, § 165, Série I Diário do Governo 1019 (1971).
- Moreira, António Montes. «Fundação e Organização Estrutural (1968-1981)». Em *História da Universidade Católica Portuguesa*, 401–28. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018.
- . «Relações exteriores da Faculdade de Teologia (1968-1981)». *Ephata* 3, n. 1 (2021): 205–33. <https://doi.org/10.34632/ephata.2021.9479>.
- Morujão, Manuel. «Sacerdotes como Cristo quer e a Igreja precisa para o mundo atual». Em *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, 155–60. Lisboa: Paulus, 2012.
- «Movimento da Renovação Pastoral». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 3 (1968): 4–7.
- «Necrologio». *AAS* 106, n. 4 (2014): 342.
- Neves, Ricardo. «D. José: Um testemunho...» *Novellae Olivarum*, n. 24 (Fevereiro de 2003): 39–41.
- «Noticiário». *Sinal*, n. 43 (1986): 4.
- «Novas Dioceses de Setúbal e Santarém». *Lumen*, 2, 36, n. 8–9 (1975): 378.
- «Novo Bispo Auxiliar de Lisboa». *Lumen*, 2, 39, n. 8–9 (1978): 357.

- «Novos Bispos Auxiliares de Lisboa». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 405–6.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 13 (1979): 2.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 16 (1979): 2.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 32–33 (1980): 2.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 30 (1980): 4.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 37 (1981): 2.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 56–57 (1982): 2.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 50 (1982): 2.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 49 (1982): 3.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 66 (1983): 3.
- «Ordenações». *Noticiário*, n. 65 (1983): 2.
- «Ordenações». *Vida Católica*, 2, n. 36 (1997): 538.
- «Ordenações». *Vida Católica*, 2, n. 38 (1998): 477.
- «Ordenações». *Vida Católica*, 2, n. 39 (1998): 710.
- Paes, Carlos. «O Seminário Patriarcal de Lisboa: 75 anos nos Olivais - reflexões sobre a década de 70». *Novellae Olivarum*, n. Especial (75 anos do Seminário) (Outubro de 2006): 39–46.
- . «O Testemunho de um Colaborador». *Novellae Olivarum*, n. 24 (Fevereiro de 2003): 31–34.
- «Plano de Acção Pastoral». *Noticiário*, n. 2 (1978): 3.
- «Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 89 (1976): 7–19.
- Policarpo, José. *Igreja e Democracia: nos 25 anos do 25 de Abril, diálogos com António Marujo e Jorge Wemans, sobre os cristãos e a sociedade democrática à entrada do terceiro milénio*. Lisboa: Multinova, 1999.
- Policarpo, José, e Eduardo Prado Coelho. *Diálogos sobre a Fé. 3ª. Testemunhos*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.
- Policarpo, José, Manuel Martins, e Manuel Pelino Domingues. «Revisão do estatuto da Fraternidade Diocesana de Previdência e Assistência ao Clero: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 37 (1998): 186–87.
- Policarpo, José, Gilberto Reis, e Manuel Pelino Domingues. «Fraternidade Diocesana de Previdência e Assistência ao Clero: Decreto de extinção». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 203–5.
- Ponce Cuéllar, Miguel. *Llamados a servir: teología del sacerdocio ministerial*. Barcelona: Herder, 2001.

Portillo, Álvaro del. *Sacerdotes para uma nova Evangelização. Cadernos Prumo 35*. Lisboa: Rei dos Livros : Prumo, 1994.

Presidência do Conselho de Ministros. «Decreto n.º 7-A/2014». *Diário da República*, I, n. 51 (13 de Março de 2014): 1864 (2). <https://data.dre.pt/eli/dec/7-a/2014/03/13/p/dre/pt/html>.

«Previstos em 1970-71 seis turnos do Curso de Actualização do Clero». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 25–26 (1970): 9.

«Primeiro passo para a organização da pastoral de conjunto». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 3 (1968): 7–8.

«Programa de formação dos aspirantes e candidatos ao Diaconado Permanente no Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 198–203.

Ratzinger, Joseph. «Sobre a natureza do sacerdócio». Em *Compreender a Igreja hoje: Vocação para a comunhão*, 59–73. Petrópolis: Vozes, 1992.

«Reciclagem do Clero». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 31–32 (1971): 17–19.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 4 (2000): 201–14.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 5 (2000): 225–35.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 8 (2001): 245–59.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 11 (2002): 115–27.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 14 (2003): 171–84.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 15 (2003): 295–314.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 17 (2004): 179–89.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 23 (2006): 123–50.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 26 (2007): 239–63.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 28 (2008): 303–10.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 29 (2008): 275–311.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 33 (2009): 247–70.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 35 (2010): 153–68.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 38 (2011): 177–224.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 37 (2011): 293–300.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 39 (2011): 168–87.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 41 (2012): 183–221.

«Registo de Actos Oficiais». *Vida Católica*, 3, n. 44 (2013): 55–60.

Rego, António. «Sínodo dos Bispos - 87: o cristão leigo protagonista do mundo». *Boletim Diocesano de Pastoral*, 2, n. 10–11 (1987): 17–24.

«Retiros para o Clero do Patriarcado». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 54 (1973): 3.

- «Reunião Plenária de 10 de dezembro de 1998». Diário da Assembleia da República, Série I: VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, n. 26 (11 de Dezembro de 1998): 917–1010.
- Ribeiro, António. «Casa Sacerdotal do Patriarcado de Lisboa: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 10 (1989): 161.
- . «Comunicado de Imprensa: Nomeação do Arcebispo Coadjutor do Patriarcado de Lisboa». *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 5.
- . «Decreto». *Sinal*, n. 32 (1984): 1.
- . «Decreto da constituição e convocação do segundo Conselho Presbiteral». *Boletim Diocesano de Pastoral*, n. 42 (1972): 2–3.
- . «Decreto: Nomeação de Vigário-Geral». *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 17.
- . «Estatuto do Fundo Paroquial: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 59–61.
- . «Estatuto Económico do Clero: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 13 (1990): 41–44.
- . «Estatutos das Vigararias e dos Vigários da Vara: Decreto». *Vida Católica*, 2, n. 3 (1986): 345–46.
- . «Estatutos do Conselho Pastoral Diocesano do Patriarcado de Lisboa: Decreto de Aprovação». *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 247–48.
- . «Estatutos do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa: Decreto de Aprovação». *Vida Católica*, 2, n. 2 (1986): 269.
- . «Hora de esperança e de alegria». *Vida Católica*, 2, n. 34 (1997): 9–11.
- Rocha, Georgino. «Espiritualidade do presbítero diocesano secular». *Humanística e Teologia Tomo XIV*, n. 2 (1993): 181–201.
- Rodriguez, Pedro, e Josemaria Escrivá de Balaguer. «Entrevista a Palavra (Madrid)». Em *Entrevistas a S. Josemaria*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2019.
- «Sacra Congregatio pro Episcopis: Provisio Ecclesiarum». *AAS* 70, n. 11 (1978): 788.
- Secretaria Status. *Annuario Statisticum Ecclesiae. Rationarium Generale Ecclesiae*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1990.
- . *Annuario Statisticum Ecclesiae. Rationarium Generale Ecclesiae*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2000.
- . *Annuario Statisticum Ecclesiae. Rationarium Generale Ecclesiae*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010.
- . *Annuario Statisticum Ecclesiae. Rationarium Generale Ecclesiae*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016.
- «Secretariados e Serviços». *Noticiário*, n. 39 (1981): 6–7.
- «Segreteria di Stato: Nomine». *AAS* 74, n. 3 (1982): 362–65.
- «Segreteria di Stato: Nomine». *AAS* 79, n. 5 (1987): 623–24.

- «Segreteria di Stato: Nomine». AAS 81, n. 7 (1989): 895–96.
- «Segreteria di Stato: Nomine». AAS 90 (1998): 1045–47.
- «Segreteria di Stato: Nomine». AAS 98, n. 6 (2006): 493–95.
- «Segreteria di Stato: Nomine». AAS 100, n. 4 (2008): 260–63.
- «Segreteria di Stato: Nomine». AAS 104, n. 7 (2012): 618–21.
- «Segreteria di Stato: Nomine». AAS 105, n. 12 (2013): 1184–85.
- «Seminários». Noticiário, n. 40 (1981): 4–5.
- «Seminários». Noticiário, n. 39 (1981): 5.
- «Seminários». Noticiário, n. 72 (1983): 5.
- «Seminários». Noticiário, n. 88 (1985): 5.
- Silva, Carlos Aleixo. *O Seminário Liceal de Penafirme (1960-1977)*. 1.^a ed., 2010.
- Stilwell, Peter. «As minhas recordações». *Novellae Olivarum*, n. 24 (sem data): 35–37.
- Terra, Domingos. *A leitura crente dos sinais dos tempos: fundamentação, procedimento e dificuldades*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012.
- Trese, Leo. *Vaso de Argila*. 2.^a ed. Coleção Vértice 12. São Paulo: Quadrante, 2018.
- «Um pouco de História: as Bodas de Ouro do Seminário dos Olivais». *Sinal*, n. 18 (1981): 2–3.
- Universidade Católica Portuguesa., ed. *Igreja e Ministérios. Semana de Estudos Teológicos 7*. Lisboa: Rei dos Livros, 1995.
- Uriarte, Juan María. *O Celibato: apontamentos antropológicos, espirituais e pedagógicos*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2018.
- Vilela, Albano. «O presbítero diocesano à luz do concílio». *Lumen*, n. 31 (1967): 165–77.

ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA DE JOSÉ DA CRUZ POLICARPO AO CARDEAL-PATRIARCA DE LISBOA COM O PEDIDO DA SUA ADMISSÃO NO SEMINÁRIO DE SANTARÉM

Em.^{mo} Rev. ^{mo} Senhor Cardial Patriarca,

José da Cruz Policarpo, de 13 anos de idade, natural e residente na freguesia de Alvorninha deste Patriarcado, filho legítimo de José Policarpo e Maria Gertrudes, sentindo vocação para o estado eclesiástico, mui humilde e respeitosamente, pede a V. Em. Rev.^{ma} a graça de o admitir como aluno no Seminário de Santarém na classe dos gratuitos. Tomaram conta da minha educação os meus pais; por isso mui respeitosamente,

Peço a V. Em. Rev.^{ma} se digne assim deferir.

Alvorninha, 16 de Agosto de 1949

José da Cruz Policarpo

ANEXO 2 - ESCLARECIMENTO DO CARDEAL-PATRIARCA DE LISBOA, D. JOSÉ POLICARPO, SOBRE A ORDENAÇÃO DE MULHERES

ESCLARECIMENTO

1. Numa entrevista concedida à revista “Ordem dos Advogados”, a entrevistadora pôs-me a questão da ordenação de mulheres. A minha resposta provocou reacções várias e mesmo indignação. Devo confessar que nunca tratei deste assunto sistematicamente. Sempre me referi a ele ou respondendo a perguntas de entrevistadores, ou a perguntas do público no diálogo que se seguia a conferências minhas sobre variados temas. As reacções a esta entrevista obrigaram-me a olhar para o tema com mais cuidado e verifiquei que, sobretudo por não ter tido na devida conta as últimas declarações do Magistério sobre o tema, dei azo a essas reacções. Sinto-me, assim, na obrigação de expor claramente o meu pensamento, em comunhão com o Santo Padre e com o Magistério da Igreja, obrigação minha como Bispo e Pastor do Povo de Deus (cf. LG. nº 25).

2. O não conferir a mulheres o sacerdócio apostólico, através da ordenação sacerdotal, é uma tradição que radica no Novo Testamento, no próprio Jesus Cristo e na maneira como lançou as bases da Sua Igreja.

Nosso Senhor Jesus Cristo leva à plenitude a criação e dessa plenitude faz parte a harmonia de homens e mulheres, na sua diferença complementar e na sua igual dignidade, dando pleno cumprimento à narração da Criação: “Deus criou o homem à Sua Imagem; à Imagem de Deus Ele o criou; homem e mulher Ele os criou” (Gen. 1,27). Esta complementaridade do homem e da mulher na história da salvação, atinge a sua plenitude na relação de Cristo e de Maria. O lugar e a missão de Maria inspiram fortemente a Igreja, na complementaridade da missão. A contemplação de Nossa Senhora é importante para compreender o rosto feminino da Igreja.

Quando Jesus escolheu os seus Apóstolos, escolheu homens embora fosse sempre seguido por mulheres que O acompanham até à Cruz. É certo que a consideração cultural e social da mulher na sociedade judaica, não facilitaria a escolha de mulheres para a missão de apóstolos. O Santo Padre Bento XVI, no II vol. de “Jesus de Nazaré”, reconhece que, no testemunho da Ressurreição, na tradição sob a forma de profissão, são referidos apenas homens, talvez porque na tradição judaica, apenas eram aceites como testemunhas em tribunal os homens, o testemunho das mulheres sendo considerado não credível.

Esta forma de discriminação social não impede de sublinhar o papel decisivo das mulheres: “na tradição sob a forma de narração as mulheres têm um papel decisivo”. A diferença de ministério não diminui a dignidade da missão. Cito Bento XVI: “Na sua estrutura jurídica, a Igreja está fundada sobre Pedro e os onze, mas, na forma concreta da vida eclesial, são sempre as mulheres que abrem a porta ao Senhor”[1].

3. Depois do Pentecostes começa o tempo da Igreja, que continua o ministério de Jesus Cristo. A sucessão apostólica é dinamismo fundante e fundamental da Igreja nascente. Os Apóstolos impõem as mãos a homens que continuarão o seu ministério apostólico. O facto de não constarem mulheres entre estes sucessores e cooperadores, não significa uma minimização da mulher, mas a busca daquela complementaridade entre masculino e feminino, plenamente realizada na relação de Cristo com Maria. Nas Igrejas paulinas aparecem mulheres em grande relevo e com responsabilidade, quer na missão, quer na dinamização das comunidades cristãs. Mas o Apóstolo não lhes impõe as mãos. Na Igreja de Roma é conhecida a importância das “virgens” mártires.

Nestes primeiros tempos da Igreja é notória a harmonia entre o facto de o sacerdócio apostólico ser conferido a homens e a importância e dignidade das mulheres na Igreja. A dignidade fundamental de todos os fiéis procede da sua união a Jesus Cristo, o único Sacerdote.

Toda a Igreja participa dessa dignidade, pois ela é um Povo Sacerdotal. A Primeira Carta de São Pedro é clara: “Vós, como pedras vivas, prestai-vos à edificação de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, por Jesus Cristo” (2,5); “Vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo adquirido, para anunciar os louvores d’Aquele que vos chamou das trevas à Sua luz admirável” (2,9).

Todos os membros da Igreja, homens e mulheres, participam desta dignidade real e sacerdotal, que exprimem sobretudo quando celebram a Eucaristia. Esta expressão supõe continuamente a presidência de Jesus Cristo, Cabeça da Igreja e Seu Senhor, que Ele exerce através do sacerdócio apostólico que, “in persona Christi”, garante a toda a Igreja a vivência da sua dignidade sacerdotal. Esta harmonia foi vivida e construída, de forma indiscutível, ao longo dos séculos. O ministério dos sacerdotes ordenados encontra a sua verdade na vivência da Igreja como Povo Sacerdotal.

4. A questão da ordenação de mulheres para o ministério do sacerdócio apostólico surge recentemente, sobretudo nos países ocidentais e explica-se por factores diversos:

* Os movimentos de promoção da mulher, que defendem, não apenas a sua dignidade, mas a sua igualdade de direitos e funções nas sociedades modernas. Os movimentos feministas concretizaram esta luta na reivindicação de as mulheres serem iguais aos homens em todas as funções da sociedade. Os critérios teológicos da grande Tradição da Igreja são substituídos por critérios culturais e sociológicos.

* A perda da consciência da dignidade sacerdotal de todos os membros da Igreja, reduzindo a expressão sacerdotal ao sacerdócio ordenado.

* A compreensão do sacerdócio ministerial como um direito e um poder, não percebendo que ninguém, homens e mulheres, podem reivindicar esse direito, mas sim aceitar o chamamento da Igreja para o serviço, que inclui o dom da própria vida.

Este dado novo da sociedade provocou uma reflexão teológica e as mais claras intervenções do Magistério sobre esta matéria. A teologia séria, num primeiro momento, valorizou esta longa tradição da Igreja, mas não excluiu que se tratasse de uma questão aberta, na atenção que se deve prestar à actuação do Espírito Santo, na busca da expressão do mistério da Igreja nas realidades novas.

5. O mais recente Magistério dos Papas interpreta esta tradição ininterrupta, que tem a sua origem em Cristo e no corpo apostólico, não apenas como uma maneira prática de proceder, podendo mudar ao ritmo da acção do Espírito Santo, mas como sendo expressão do próprio mistério da Igreja, que devemos acolher na fé. Cito o texto do Papa João Paulo II, na Carta Apostólica “*Ordinatio Sacerdotalis*”: “Embora a doutrina sobre a ordenação sacerdotal que deve

reservar-se somente aos homens, se mantenha na Tradição constante e universal da Igreja e seja firmemente ensinada pelo Magistério nos documentos mais recentes, todavia actualmente em diversos lugares continua-se a retê-la como discutível, ou atribui-se um valor meramente disciplinar à decisão da Igreja de não admitir as mulheres à ordenação sacerdotal. Portanto, para que seja excluída qualquer dúvida em assunto da máxima importância, que pertence à própria constituição divina da Igreja, em virtude do meu ministério de confirmar os irmãos (cf. Lc. 22,32), declaro que a Igreja não tem absolutamente a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres e que esta sentença deve ser considerada como definitiva por todos os fiéis da Igreja”.

Somos, assim, convidados a acatar o Magistério do Santo Padre, na humildade da nossa fé e continuarmos a aprofundar a relação do sacerdócio ministerial com a qualidade sacerdotal de todo o Povo de Deus e a descobrir a maneira feminina de construir a Igreja, no papel decisivo da missão das nossas irmãs mulheres.

6. Neste ano em que celebro 50 anos da minha ordenação sacerdotal, grande manifestação da bondade de Deus para comigo, foi bom prestar este esclarecimento aos meus diocesanos. Seria para mim doloroso que as minhas palavras pudessem gerar confusão na nossa adesão à Igreja e à palavra do Santo Padre. Creio que vos tenho mostrado bem que a comunhão com o Santo Padre é uma atitude absoluta no exercício do meu ministério.

Lisboa, 6 de Julho de 2011

† JOSÉ, Cardeal-Patriarca

[1] Bento XVI, Jesus de Nazaré, II vol., ed. Portuguesa, pág. 214

ANEXO 3 – TESTEMUNHO DO CÓN. ANTÓNIO ALMEIDA JANELA SOBRE D. JOSÉ POLICARPO

PORMENORES DE UM ITINERÁRIO

Conhecemo-nos no Seminário dos Olivais, em 1958. Era eu um jovem recém-chegado ao Seminário, aluno da Filosofia, olhando respeitosa e à distância, os alunos de Teologia mais adiantados. Um conhecimento mais próximo aconteceu quando me iniciei como catequista na velhinha igreja de Sacavém. O José Policarpo ainda não era “Dom”, mas já revelava muitos dons, nomeadamente o de líder, como responsável da Catequese que nós seminaristas fazíamos

à quinta-feira nas redondezas. Depois, foram as missas novas de dois neo-presbíteros na freguesia natal, em Alvorninha – sim, naquele dia, em Agosto de 1961, na mesma igreja houve duas, uma de manhã e outra de tarde – numa festa grande, em que conheci os seus familiares.

Já ordenado padre (1965), então professor de Religião e Moral e assistente da JEC, em Lisboa, só retenho a lembrança do Padre Policarpo - ao tempo responsável do Seminário de Penafirme - de algumas visitas ali feitas em férias de Verão. Porém, recordo um episódio nos anos 60 - que terá tido consequências, ou seja, a sua ida para Roma para fazer o doutoramento, na Gregoriana: numa conferência de um “avançado” teólogo holandês, na Casa de Retiros da Buraca, este foi “destemidamente” enfrentado por aquele jovem padre que viria a ser, anos depois, teólogo de nomeada, Director da Faculdade de Teologia e meu Reitor na UCP, quando lá estive como docente. Mas, antes, fora o nosso encontro, em finais de 1969, no antigo Colégio Português, em Roma, em que tive o proveito de ser seu “herdeiro” do quarto e de alguns bens de inverno, que triste destino tiveram... As suas vindas a Roma, ultimando o doutoramento, enquanto já regressado ao Seminário dos Olivais, como Reitor, nas refeições e nas tertúlias do café de almoço, em que ambos participávamos, permitiram-me a passagem de um companheirismo respeitoso a uma amizade fraterna. Foi inesquecível aquela brilhante defesa da sua tese de doutoramento na Universidade Gregoriana – sobre os “sinais dos tempos” - e a confraternização que se lhe seguiu, com o seu grupo de amigos, num modesto self-service romano. Ainda recordo o filme que vimos depois...

No Advento de 1972, naquela que ficou sendo designada por “Capela do Rato”, houve um ciclo de conferências muito participado, com a presença de vários militares, nas quais se distinguiu o Padre Doutor Policarpo apresentando, com toda a frontalidade, a doutrina conciliar sobre alguns temas então considerados pelo Regime como tabu. Ventos semeados que colheram, pouco tempo depois, aquela “tempestade” que foi o “caso da Capela do Rato”...

Para além do tempo de férias, em Agosto, vivido nas Penhas Douradas, na “Arca de Noé”, voltámos a ter um convívio mais assíduo quando, em Maio de 1989, estando eu pároco em Olivais-Sul e Dom José Policarpo Bispo Auxiliar, na qualidade de Reitor do Seminário dos Olivais veio convidar-me a regressar ao Seminário para aí ser formador e seu colaborador directo no Centro de Estudos Pastorais. Só lhe fiz uma pergunta: “Quem é o Vice-Reitor?” respondeu-me: “O Manuel Clemente”. E eu disse, prontamente: “Ah, então vou”.

Muito aprendi com o seu profundo saber teológico aplicado à reflexão e prática pastoral pois, reconhecidamente, foi um fecundo pastoralista, académica e ministerialmente. Foram onze anos que considero ricos em partilha e em iniciativas pastorais naquela equipa liderada por Dom José Policarpo, quer no Seminário dos Olivais - o seu fundamental contributo na

transcrição da Ratio e sua concretização nos nossos seminários - quer no Secretariado de Acção Pastoral (SAP) quando, entretanto, fui nomeado responsável da equipa coordenadora.

Para uma acção pastoral planificada, na recepção diocesana do Concílio Vaticano II, em finais dos anos sessenta foi constituído, “informalmente”, um grupo eclesial, que se foi alargando em princípios de setenta, em que creio poder destacar - sem desprimor para os restantes... - o protagonismo do Padre Luís de Azevedo Mafra e, regressado de Roma e já Reitor do Seminário dos Olivais, o Padre José Policarpo.

Quando nomeado sucessor do Cardeal Cerejeira, em 1971, foi entregue a Dom António Ribeiro a Proposta elaborada pelo referido grupo - “Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa” (“PAP”). Ao fazer sua a proposta apresentada, Dom António Ribeiro, em Comunicado à Diocese, em 15 de Setembro de 1976, escrevia: “A partir de hoje, o Patriarcado de Lisboa tem o seu plano escrito de acção pastoral [...] é fruto de uma larga reflexão e de várias consultas efectuadas a grupos de leigos e de religiosos, e a todo o presbitério diocesano...”. Logo em 8 de Novembro do mesmo ano, o Padre José Policarpo, no Boletim Diocesano de Pastoral, num actualíssimo artigo - bem revelador do seu fundamental contributo na elaboração do PAP - definia as coordenadas teológicas do “Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa”: “... estamos conscientes de que quanto mais completa for a sua leitura [do PAP] mais exigentes serão os programas de acção elaborados a partir dele”. De facto, ao longo do pontificado de Dom António Ribeiro os Programas Diocesanos tiveram a sua matriz nas opções básicas do PAP e no plano para a realização pastoral das mesmas: opção comunitária; opção de evangelização; opção de pobreza e de serviço dos pobres; opção de empenhamento na construção da cidade terrestre; opção de corresponsabilidade; opção de pluralismo.

Não posso deixar de referir que o novo Patriarca, até então Arcebispo Coadjutor, Dom José Policarpo, assumindo a liderança da Diocese convocou, com intenção pré-sinodal, 540 diocesanos para participarem, em 1 e 2 de Maio, nas Jornadas Diocesanas de Pastoral/1998: “À diocese quero dizer claramente que as minhas linhas programáticas vêm sendo caldeadas há trinta anos a esta parte, aliás com a minha participação, empenhada e sincera, no esforço de edificar uma igreja inspirada e assente nas linhas de força do Concílio Vaticano II [...] As grandes opções do nosso Plano de Acção Pastoral continuam actuais, os nossos programas anuais têm tido o mérito de as sublinhar e actualizar, à luz do tempo presente, em sintonia com o ritmo da Igreja Universal. Não está tudo feito e, por isso, vamos continuar”. E foi, assim, o pontificado do Cardeal Policarpo; a História o registará.

Numa tarde de Fevereiro de 1997, estando no seu quarto de Reitor, de perna estendida, por mor daquela recorrente erisipela que o imobilizava, chamou-me e pediu para o conduzir à Nunciatura. Lá chegados, fiquei a aguardar. Quando, silencioso e abatido, regressou e entrou

no carro, logo me atrevi a perguntar: “Então... Senhor Arcebispo Coadjutor, agora para onde deseja ir?”. Sorriu, simplesmente: segredo pontifício “oblige”...

Com o este meu feíto de “respingão” – Dom José dixit... – teremos tido alguns desencontros, no entanto, sempre sanados por um mútuo espírito eclesial. Nunca deixei de lhe expressar a minha lealdade numa colaboração dedicada, mas frontal. E não esquecerei a sua amizade revelada, entre outras manifestações, em ter querido presidir, já Bispo Auxiliar, às exéquias de meu pai e de minha mãe.

Ainda duas notas que sempre admirei em Dom José: uma memória prodigiosa – nunca o vi tomar um apontamento nas reuniões, mas quando necessário tudo se tornava presente, até ao pormenor; e um apurado sentido de humor que nos desconcertava, mesmo em circunstâncias formais...

17/11/2021